RETROSPECTIVA 87

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 2 FEVEREIRO DE 1988

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S.A.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Bruno Marcus Rangel Pessanha, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Participaram da elaboração desta Retrospectiva: Boris Gheventer **(produto real, fatores de produção)**; Bruno Marcus Rangel Pessanha **(pecuária)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(tomate)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(arroz, feijão, uva e vinho)**; Fernando da Silva Santiago **(amendoim, café e fumo)**; Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa **(algodão e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(cebola e mamona)**; Leila Tendrih de Freitas Almeida **(soja e trigo)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; e Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, cevada e sorgo)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, fone: 233-6338; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**, fone: 233-6195; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**, fone: 233-8588; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**, fone: 253-2066.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 233-6040; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S.A.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

Este número de ***Agroanalysis*** *se compõe da* ***Retrospectiva-87,*** *balancete anual que há décadas faz o* ***Cea/Ibre/FGV*** *e é publicado em resumo, na* ***Conjuntura Econômica*** *e, por inteiro, sob a forma de folheto. A* ***Retrospectiva*** *constitui-se, hoje, em fonte obrigatória de consultas, por quem se interessa pela economia agrícola brasileira, sendo, por isso, grandemente requisitada. Ao usar, desta feita, o* ***Agroanalysis*** *como veículo desse trabalho, o* ***Cea*** *atende, por outro lado, os constantes estímulos que recebe no sentido de publicá-lo prestemente.*

SUMÁRIO

1 POLÍTICA AGRÍCOLA – Em 1987, o principal empenho foi para buscar soluções diante dos problemas criados pelo *Plano Cruzado*. No fim do ano, decreto tentou organizar a comercialização da safra de 1988 2

2 PRODUTO REAL – Crescimento recorde da produção, queda assustadora dos preços ao produtor 4

3 FATORES DE PRODUÇÃO 6

AGROTÓXICOS – Preços altos e consumo sem precauções 6

FERTILIZANTES – Queda nas vendas menor do que a esperada 7

TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS – Estagnação no uso do equipamento 8

4 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS 9

LAVOURAS 9

ALGODÃO – Dificuldades financeiras impedem que produtor rural se beneficie com alta das cotações. Política cambial favorece aumento das exportações 9

AMENDOIM – Continua a decadência da lavoura, mas os preços não reagem 12

ARROZ – Maior safra da história tem comercialização difícil. Excesso de importações autorizadas em 1986 repercute no mercado 13

AVEIA – Condições climáticas favorecem a lavoura 18

CAFÉ – Safra recorde e preços declinantes. Cláusulas econômicas do *Acordo Internacional* sustentam, a partir de setembro, cotações mundiais 18

CEBOLA – Crise financeira compromete produtores e provoca prorrogação dos contratos de custeio 20

CEVADA – Produção aumenta e consumo se reduz, ainda assim, indústria paga ao produtor mais do que o preço mínimo 22

FEIJÃO – Importações de *feijão-preto* da *Argentina* e cobrança do *ICM* sobre gêneros alimentícios desagradam produtores rurais 23

FUMO – Também os produtores de fumo enfrentam cotações baixas, apesar da modesta expansão da safra 28

LARANJA – Contratos de participação são vantajosos em ano de alta nos preços internacionais 28

MAMONA – Recuperação dos preços internacionais permite venda de estoques da *CFP* 33

MILHO – Deterioração salarial reduz demanda por carnes e, conseqüentemente, por rações. Juros altos dificultam estocagem privada 34

SOJA – Consumo industrial cresce expressivamente. Política cambial sustenta preços internos 35

SORGO – Grande safra de milho dificulta comercialização 39

TOMATE – Apesar dos fatores de desestímulo, produção paulista de tomate industrial se mantém estável 40

TRIGO – Produção nacional segue rota ascendente. Apesar dos anúncios, subsídio ao consumo não foi efetivamente extinto 43

UVA – Retração da demanda pelo vinho. Preços recebidos pelos produtores apresentam desempenho satisfatório 45

VINHO – Crise econômica e altos impostos reduzem consumo de vinho 47

PRODUTOS ANIMAIS 50

CARNE AVÍCOLA – Queda do poder aquisitivo da população urbana contribui para deterioração dos preços recebidos pelos agricultores. Custos de produção crescem 50

CARNE BOVINA – Volta a crescer o abate de matrizes. Instabilidade conjuntural repercute no ciclo pecuário 50

CARNE SUÍNA – Maior oferta de suínos e deterioração dos salários repercutem sobre os preços. Abates atingem recorde de treze anos 53

LEITE – Aumento da produção de leite demonstra importância de preços adequados no nível do produtor, mas a política salarial impede expansão do consumo 55

OVOS – Produção elevada e preços baixos 56

1

POLÍTICA AGRÍCOLA – Em 1987, o principal empenho foi para buscar soluções diante dos problemas criados pelo Plano Cruzado. **No fim do ano, decreto tentou organizar a comercialização da safra de 1988.**

Nos dois últimos anos, 1986 e 1987, assistiu-se ao aprofundamento da já tradicional inconstância da política agrícola brasileira.

O ano de 1986 iniciou-se sob a ameaça de uma quebra de safra no **Centro-Sul,** provocada pela estiagem que, desde 1985, assolava parte daquela região. Os preços dos produtos agrícolas aumentavam, a partir do segundo semestre de 1985, antecipando a redução da safra seguinte, e o governo adotava medidas que se propunham a amenizar a crise que poderia vir a atingir o **Setor Agrícola.** O **Banco Central do Brasil** concedeu diversas prorrogações nos débitos do custeio (da safra de 1985), autorizou créditos de emergência para manutenção do produtor e sua família e ampliou o prazo de concentração dos créditos de custeio relativos à safra de 1986. No nível do consumidor, as autoridades punham à venda seus estoques, para impedir a **explosão** dos índices de preços urbanos e anunciavam importações futuras, visando à garantia do abastecimento. Apesar dos alertas de alguns especialistas, pouco se fez para incentivar a produção em outras regiões, o que poderia vir a compensar a possível quebra da safra de verão. Foi neste ambiente de tensão que foi decretado o **Plano de Estabilização Econômica,** em fevereiro de 1986.

O **congelamento** geral dos preços, nos valores vigentes em 12/02/86, criou uma situação anômala no que se refere aos preços dos produtos de origem agrícola, em seus vários estágios de comercialização. No nível do produtor rural, vigiam os preços mínimos, estabelecidos em agosto de 1985 e corrigidos mensalmente até fevereiro, quando se deu o **congelamento.** No atacado, os detentores dos estoques remanescentes de 1985 tinham incorrido em elevadas despesas, decorrentes de compras feitas sob a suspeita de uma iminente quebra de safra e dos pesados encargos financeiros, conseqüência da aceleração inflacionária dos meses de outubro de 1985 e janeiro de 1986. No varejo, entretanto, esses aumentos ainda não tinham sido totalmente absorvidos. Desta forma, quando o **congelamento** entrou em vigor, o diferencial de preços nos vários níveis da comercialização estava inferior às margens de comercialização tradicionais. Este foi, sem dúvida, um dos fatores que acentuaram a crise de abastecimento que viria a se desenrolar nos meses subseqüentes, uma vez que nenhum segmento do mercado aceitava abrir mão de suas margens.

Por outro lado, à medida em que a colheita se completava, era possível verificar que a quebra de safra não fora tão intensa quanto se tinha anunciado (entre 1985 e 1986, de fato, a produção de arroz cresceu 15%, a de algodão caiu 19%, a de feijão, 13%, a de milho, 7% e, a de soja, 27%; observe-se, contudo, que a safra de 1985 foi das maiores da década) o que dificultou a comercialização, no nível do agricultor, que vendeu grandes quantidades ao governo.

O anúncio (e a concretização) de importações de alimentos foi outro dos fatores que contribuíram para a deterioração dos preços no meio rural. Nos centros urbanos, por outro lado, a impossibilidade de elevar preços para recompor as margens de comercialização desestimulava a expansão da oferta de certos alimentos. O caso mais flagrante foi o da carne bovina que, por sua vez, provocou um aumento da demanda pela carne de frango, as filas nos supermercados e o anúncio de maiores importações. Concretamente, entretanto, não há indícios de que tenha havido escassez generalizada de alimentos básicos. O ano de 1986 se encerrou com

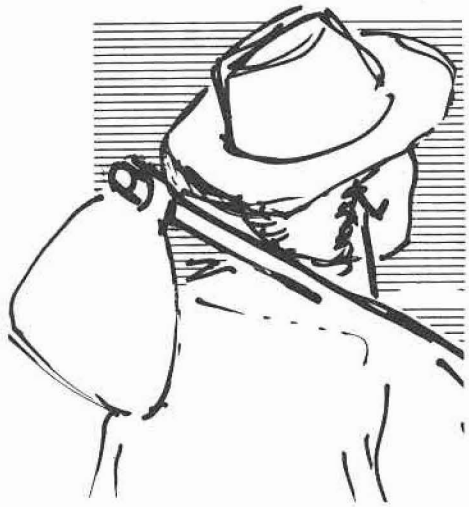
amplos estoques de arroz, milho e até de feijão.

Em termos de política agrícola, exceto no que se refere à fixação de taxas de juros para o crédito rural, quase nada foi feito até agosto. Naquele mês lançou-se um ambicioso **Plano de Metas para a Agricultura,** que tinha como principais metas estabelecer um conjunto sincronizado de ações de política econômica em geral, dada a necessidade da "obtenção de adequadas taxas de crescimento da produção de alimentos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca, ovos, leite e carnes)", tendo em vista não só o crescimento da renda e do emprego, como o desejo adicional de atender populações carentes. O governo pretendia, ainda, garantir alimentação adequada a todas as crianças brasileiras na faixa etária de 0 a 6 anos, expandindo programa de suplementação alimentar, de modo a beneficiar 13,7 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até quatro anos e ampliar o programa nacional de alimentação escolar, que atualmente atende 22,2 milhões de crianças (passará para 34,1 milhões, em 1989), atingindo não apenas os alunos regularmente matriculados, mas também seus irmãos de quatro a seis anos.

Foram fixadas metas de crescimento físico da produção de 7% a.a. para o arroz e o milho; de 5% a.a., para o feijão; e de 4,7% a.a., para a soja. No que se refere ao trigo, estava indicado que "dentro da política de racionalização dos gastos públicos, os subsídios ao trigo deverão ser reduzidos nos próximos anos, o que implica que sua produção deverá ultrapassar em pouco o volume esperado para 1986, próximo de 6 milhões de toneladas". Para os produtos de origem animal, o crescimento deveria ser de 7,5% a.a., tanto para o leite como para a carne bovina.

Quanto à produção de aves e suínos, constava apenas que tem condições de responder rapidamente aos estímulos da demanda, porém não houve fixação de metas quantitativas.

No capítulo referente à política comercial, o documento se refere à formação de estoques dos produtos considerados prioritários e à liberação das regras para a comercialização externa, propondo uma menor interferência do governo, em favor da maior participação da iniciativa privada. "As aquisições dos estoques reguladores serão realizadas pelo governo, de preferência por ocasião das safras, procurando evitar preços deprimidos para os agricultores. A venda dos estoques ocorrerá quando os preços de mercado estiverem muito aquecidos, sendo que o governo deverá incorporar aos preços os custos de manutenção de tais estoques. As medidas de política de preços mínimos e de estoques reguladores serão consistentes com o objetivo de beneficiar consumidores e produtores agrícolas com preços estáveis e, ao mesmo tempo, deixar espaço para que o setor privado desempenhe seu papel na comercialização e manutenção de estoque".



Criou-se um novo instrumento de captação de recursos, a **Caderneta Verde,** isto é, uma caderneta de poupança cujos recursos seriam destinados a financiar o **Setor Agrícola** e que só foi regulamentada em fevereiro de 1987 **(Circular nº 1.130, de 12/02/87,** do **Banco Central do Brasil).** À semelhança do que o governo federal estabeleceu quanto aos salários **(Decreto-Lei nº 2.284/86),** os preços mínimos plurianuais teriam reajuste anual de 80% da variação do **Índice de Preços Pagos (IPP),** a partir de agosto de 1987, e haveria um gatilho, quando a variação desse índice atingisse o patamar de 20%. O indicador previsto era aquele novo índice **(IPP),** cuja construção ficou a cargo da **Companhia de Financiamento da Produção (CFP).**

A idéia de preços mínimos plurianuais vinha sendo discutida, há alguns anos, como forma de se dar ao agricultor uma indicação melhor para o planejamento de suas atividades, reduzindo as incertezas que as cercam. Lamentavelmente, esta idéia foi implantada sem que tivesse havido uma discussão aprofundada dos níveis dos preços mínimos. Dentro do espírito de congelamento de preços que presidia a economia, os preços mínimos, para a safra 1986/87, foram praticamente os vigentes na safra anterior. Houve, apenas, a substituição do valor para o algodão que, no **Centro-Sul,** tornou-se equivalente ao que fora decretado na safra anterior para o **Norte-Nordeste,** implicando uma redução de Cz$ 71,85/15 kg para Cz$ 66,90/15 kg e a fixação de um novo preço mínimo para o milho plantado na região **Sul** e no estado de **São Paulo,** igual a Cz$ 84,60/60 kg, permanecendo nos demais estados o preço de Cz$ 79,20/60 kg. No caso do feijão, houve acréscimo, de Cz$ 292,20 para Cz$ 318,20.

A perspectiva de taxas de juros baixas e de preços mínimos adequados (em função do **gatilho**) compensaram a experiência de preços defasados ao longo de 1986 e os agricultores expandiram (ou não reduziram) a área destinada às lavouras na safra de 1987. Contudo, sérios problemas se manifestaram nos últimos meses de 1986, em conseqüência da generalização do **ágio** na comercialização de insumos.

O ano de 1987 teve início em um ambiente de intranqüilidade. Quando **venceram** os primeiros contratos de crédito rural, os agricultores se surpreenderam com a cobrança de uma correção monetária não prevista. Este era o resultado de uma instrução normativa da **CVM (Instrução CVM nº 57, de 17/12/86,** publicada no **D.O.U.,** de 18/12/86) que reinstituíra a correção monetária nos ativos das instituições financeiras e que, por força das exigências das normas contábeis, implicava em correção do passivo. A demora na divulgação do **IPP** foi outro fator de tensão. Embora do ponto de vista técnico, a montagem de um índice seja um processo lento e minucioso, sua transformação em principal instrumento de política agrícola tornava urgente sua entrada em vigor. Os movimentos de protesto se sucederam, culminando com a chamada **Marcha a Brasília,** realizada em 12/02/87 e que reuniu o maior nú-

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER EAESP/FGV

mero de agricultores registrado no país em eventos deste tipo: cerca de 20 mil.

Como resposta, as autoridades decidiram instituir um novo mecanismo de correção dos empréstimos rurais: o uso do **IPR** como fator de atualização e um reajuste dos preços mínimos em nível superior à variação do **IPP.** Decidiu-se, também, reestudar a questão dos encargos financeiros do período entre fevereiro de 1986 e fevereiro de 1987. Várias **Resoluções do Banco Central do Brasil** trataram de adequar a realidade de 1987 (uma economia em que a inflação tinha retornado com todo vigor) às condições propostas em 1986, quando se prometia um futuro sem inflação. A **Resolução nº 1.266, de 27/02/87,** instituía, a partir de 1º/03/87, juros de 10% para os empréstimos de custeio e para os EGF de produtos **in natura,** 6% para os créditos de investimento e 15% para os **EGF** relativos a produtos industrializados; instituiu-se a atualização monetária equivalente à variação do **IPR** ou da **LBC** (a que fosse mais baixa) para os créditos de custeio e **EGF.** Para o financiamento destinado ao investimento, atualização monetária idêntica à das cadernetas de poupança. Mantinham-se os encargos anteriores à **Resolução** para o crédito rural de regiões incentivadas e ao amparo do **Proine** e do **PAPP.** A **Resolução nº 1.306, de 10/04/87,** permitia a recomposição das operações formalizadas até 28/02/86 com mini e pequenos produtores do **Centro-Sul** (medida posteriormente aplicada aos agricultores do **Nordeste**). Diversas **Circulares** e **Cartas-Circulares,** do **Banco Central do Brasil,** esclareciam as dúvidas que surgiam, à medida em que tais **Resoluções** eram aplicadas na prática.

A comercialização da safra, em 1987, também foi bastante tumultuada. A colheita foi maior do que a do ano anterior, o mercado detinha estoques e as importações autorizadas em 1986 continuavam chegando. Do lado da demanda, a aceleração inflacionária até junho e o **congelamento** dos preços, mas sobretudo dos salários, foram fatores de redução do consumo, o que, junto com a situação da oferta, constituiu um quadro de compressão dos preços. Novamente, as **Aquisições do Governo Federal** atingiram cifras recordes. De novo, no período julho/agosto, quando são propostos os **Valores Básicos de Custeio** e os **Preços Mínimos** para a safra futura, as regras da política agrícola foram alteradas. Os encargos financeiros do crédito rural voltaram a ser reajustados pela variação da **OTN** (que, a partir do chamado **Plano Bresser,** tornou-se o indexador geral dos preços mínimos). A política de plurianualidade dos preços mínimos dos alimentos básicos foi mantida, os valores básicos de custeio e os preços mínimos fixados em **OTN** e, no caso dos produtos destinados prioritariamente à exportação, introduziu-se o uso de um redutor de preço para as **AGF** efetuadas no período de safra. Visando a impedir que, como em anos anteriores, os preços de mercado permaneçam em níveis inferiores ao mínimo oficial, o **Decreto nº 95.457** criou um mecanismo de intervenção do governo no mercado, pelo qual estoques serão comprados e/ou vendidos e importações liberadas ou restringidas quando os preços de mercado extrapolarem uma faixa de preços denominada de **faixa de livre mercado.** O limite superior desta faixa é um preço de



referência definido para cada produto e região; o limite inferior é o próprio preço mínimo. O preço de referência é equivalente à média dos preços corrigidos no nível do atacado, acrescido de uma margem para cada produto/região; o cálculo será elaborado a cada safra, contando-se um intervalo de sessenta meses até noventa dias antes do plantio (junho, no **Centro-Sul,** segundo o próprio **Decreto**). A margem foi fixada, para a safra 1987/88 em 12% para o arroz e o milho e 17% para o feijão. O governo acionará a venda de seus estoques, ou a liberação das importações, sempre que o preço do mercado superar o preço de referência durante duas semanas consecutivas, dando início às vendas na terceira semana. As vendas dos estoques e a liberação de importações serão interrompidas quando os preços de mercado baixarem para níveis iguais ou inferiores aos preços de referência.

2

PRODUTO REAL – Crescimento recorde da produção, queda assustadora dos preços ao produtor.

Os dados primários do **IBGE,** referentes ao mês de dezembro, no caso das lavouras e novembro, para a produção animal e, quanto ao café, estimativa do **IBC,** indicam uma expansão de aproximadamente 14% do **produto real** da agropecuária, em 1987. Esse percentual significa a terceira maior taxa dos últimos 67 anos, ultrapassada somente em 1928 (19%) e 1965 (20%).

No ano que findou, as lavouras cresceram cerca de 17%. A produção animal, por seu turno, aumentou 10%. No ano anterior, a taxa de variação da agropecuária foi de 7,3% negativos, verificando-se queda de 10% na produção vegetal e 4% na produção animal. A evolução acumulada (5,3%), no biênio 1986-87, foi suficiente para atender os acréscimos da população e renda **per capita.**

O desempenho da agropecuária, em 1987, refletiu, em boa parte, a recuperação da lavoura cafeeira (+ 116%), após a ínfima colheita do ano anterior. Sem computar no cálculo essa lavoura, a expansão do **Setor** se reduziu para 8,5%, que também é um resultado bastante expressivo. Na verdade, a produção agropecuária de 1987 garantiu o abastecimento interno, que transcorreu tranqüilo, fato que se deveu também às importações autorizadas em 1986 (em alguns casos, só entraram no país em 1987)

QUADRO 01 – BRASIL – ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS – 1986/87

PRODUTO	PRODUÇÃO (em t)		VARIAÇÃO
	1986	1987	%
Abacaxi (1.000 frutos)	838.535	957.068	14
Algodão arbóreo em caroço	116.103	60.499	-48
Algodão herbáceo em caroço	2.198.437	1.611.994	-27
Alho	62.976	75.550	20
Amendoim em casca	216.261	196.355	- 9
Arroz em casca	10.404.676	10.421.592	0
Aveia	133.637	181.343	36
Banana (1.000 cachos)	504.216	514.726	2
Batata-inglesa	1.833.651	2.342.586	28
Cacau em amêndoa	460.442	337.034	-27
Cana-de-açúcar	238.493.366	270.431.405	13
Cebola	635.251	856.021	35
Centeio em grão	5.095	4.202	-17
Cevada em grão	185.520	193.404	4
Coco-da-baía (1.000 frutos)	579.195	598.586	3
Feijão em grão	2.219.478	2.019.460	- 9
Fumo em folha	387.257	398.149	3
Juta	27.857	19.435	-30
Laranja (1.000 frutos)	66.633.107	73.363.833	10
Malva	35.840	46.121	29
Mamona	261.378	106.809	-59
Mandioca	25.555.997	23.398.728	- 8
Milho em grão	20.541.227	26.786.647	30
Pimenta-do-reino	45.432	46.548	2
Rami	7.000	15.500	121
Sisal	246.232	191.294	-22
Soja em grão	13.334.691	16.813.832	26
Sorgo em grão	370.122	460.729	24
Tomate	1.838.334	2.043.177	11
Trigo em grão	5.638.470	5.889.395	4
Uva	589.775	559.254	- 5

FONTE – IBGE – Levantamento de dezembro de 1987.

e à substancial redução do poder aquisitivo da população.

Nas lavouras, além do café, destacaram-se outras importantes culturas como as do milho (30%), batata-inglesa (28%) e soja (26%), conforme evidencia o Quadro 01. Dentre os produtos animais, sobressaíram-se as produções de carne suína (18%) e leite (15%).

O aumento da oferta e a menor capacidade de compra do consumidor repercutiram negativamente sobre os preços recebidos pelos agricultores. Em valores **nominais**, durante os onze primeiros meses de 1987, os preços recebidos cresceram 221%, enquanto que a inflação, medida pelo **IGP-DI**, totalizou 345%. Nas lavouras, o aumento foi de 222% e na produção animal, de 212%. Dentre os 30 produtos relacionados no Quadro 02, nota-se que apenas 4 situaram-se acima da variação dos preços em geral (algodão, mamona, soja e leite). Os preços da batata-inglesa e café experimentaram espetaculares quedas **reais**.

Deflacionados pelo **IGP-DI**, os preços recebidos caíram 28%. O percentual, como se vê, é superior ao da evolução da produção física, ou seja, o **Setor Agrícola** obteve receitas **reais** declinantes, no referido ano de 1987, porém, as perdas do produtor rural teriam sido maiores, em face da deterioração da relação de trocas. Entre janeiro e novembro, os preços pagos pelos agricultores, nas lavouras, elevaram-se 292%, com destaque para as altas dos combustíveis (377%), fertilizantes (400%) e empreitadas de tratores (440%).

No meio urbano, os assalariados igualmente ficaram mais pobres, de modo que a população restringiu seu já insuficiente consumo de alimentos, ainda mais por causa da acentuada majoração dos preços no mercado varejista. Na cidade do Rio de Janeiro, o custo de alimentação subiu 319%, nos mencionados meses de 1987.

Em que pese a safra abundante (ou por causa dela), a agropecuária passou, em 1987, por uma das suas piores crises. Os preços recebidos pelos agricultores, como se viu, revelaram extraordinária queda **real**. Os prejuízos foram enormes e muitos pequenos agricultores, descapitalizados e afetados pelos juros excessivos, não tiveram outra alternativa senão a de ofertarem suas propriedades, para saldar dívidas. Em conseqüência, os preços **reais** das terras agrícolas caíram e concentrou-se, ainda mais, a renda fundiária. Refletindo o estorvamento das atividades agrícolas, bem como a situação recessiva da economia, a remuneração da mão-de-obra ficou muito aquém da taxa inflacionária.

QUADRO 02 – BRASIL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1987

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
LAVOURAS	**222**
Algodão em caroço	445
Amendoim em casca	208
Arroz em casca	191
Banana	201
Batata-inglesa	11
Cacau em amêndoa	278
Café em coco	11
Cana-de-açúcar	314
Cebola	64
Coco-da-baía	184
Feijão em grão	232
Fumo em folha	61
Juta	99
Laranja	181
Malva	88
Mamona	402
Mandioca	240
Milho	229
Pimenta-do-reino	225
Sisal	168
Soja	379
Tomate	182
Trigo	199
Uva	224
PRODUTOS ANIMAIS	**212**
Boi gordo para corte	150
Suíno para corte	105
Frango de corte	178
Leite	381
Ovos	134
Mel de abelhas	271
AGROPECUÁRIA	**221**

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

3

FATORES DE PRODUÇÃO

AGROTÓXICOS – Preços altos e consumo sem precauções.

Em 1987, o valor das vendas de agrotóxicos para o mercado interno foi estimado pela **Andef** em cerca de US$ 800 milhões, ou seja, menos 4% em relação a 1986. Nas quantidades vendidas, a estimativa foi de queda relativamente maior (-12%), tendo em vista a alta elasticidade-preço dos agrotóxicos e a colocação de novos produtos no mercado. Também a oferta de alguns tipos de herbicidas e inseticidas foi escassa, em razão das dificuldades encontradas na importação de suas matérias-primas e, principalmente, do desinteresse dos fabricantes na sua produção e/ou comercialização. Como resultado, os preços desses insumos revelaram altas incomuns.

Na média brasileira, os preços dos agrotóxicos evoluíram 387% no ano de 1987, isto é, aquém dos índices de inflação, medidos pelo **IGP-DI.** Subiram mais, entretanto, do que os preços recebidos pelos agricultores. Ao longo do ano, os maiores aumentos dos agrotóxicos registraram-se nos meses de abril (28%) e julho (20%). Igualmente importantes foram os acréscimos verificados em maio (17%), junho (18%) e agosto (18%). Aliás, tomando-se como base o mês de março de 1987, os referidos insumos tiveram majoração acumulada de 305% nos derradeiros nove meses do ano. Em igual período, o **IGP-DI** cresceu 251%.

QUADRO 03 – PERNAMBUCO, SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS MÉDIOS DOS PRINCIPAIS AGROTÓXICOS PAGOS PELOS AGRICULTORES – JANEIRO A DEZEMBRO DE 1987

AGROTÓXICO	PERNAMBUCO	SÃO PAULO	PARANÁ	MATO GROSSO DO SUL
Inseticidas				
Decis 2,5 CI	...	243	204	242
Dipterex 50%	...	534	...	523
Folidol 60%	591	...	543	...
Furadan 350	...	...	497	642
Lorsban 4 E	...	299	355	366
Isca Formicida	372	319	350	364
Nuvacron 400	407	377	351	352
Paration 60%	...	526	525	548
Perfection 50%	...	483	363	348
Sevin/Carvin 85%	280	233	380	...
Herbicidas				
Bi-hedonal	...	389	402	358
Karmex/Diuron 80%	...	357	310	319
Lexone 70	...	...	355	368
Primextra 500	...	669	590	467
Propanil/Stan 36%	...	273	380	...
Treflan 44,5%	...	341	308	309
Fungicidas				
Benlate 50%	...	488	384	359
Difolatan 4 F	...	...	...	373
Kasumin	...	380	...	501
Manzate 80%	550	528	450	430
Rodiauran 70	...	427	320	...

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

O Quadro 03 discrimina a expansão percentual dos preços dos principais agrotóxicos pagos pelos agricultores, em 1987, nos estados de **Pernambuco, São Paulo, Paraná** e **Mato Grosso do Sul.** No caso dos inseticidas, destacaram-se os aumentos do **Folidol** (591%), em **Pernambuco** e **Furadan** (642%), em **Mato Grosso do Sul.** O preço do herbicida **Primextra** subiu 669%, em **São Paulo** e 590%, no **Paraná.** Quanto aos fungicidas, o **Benlate** ficou 488% mais caro em **São Paulo,** o **Kasumin** 501%, em **Mato Grosso do Sul** e o **Manzate** 550%, em **Pernambuco.**

Nas lavouras, as aplicações de agrotóxicos prosseguem indisciplinadas, não obstante a ampla divulgação de informações sobre os malefícios causados por estes insumos. Recente pesquisa, realizada por amostragem, na região do Alto Vale do Uruguai (**RS**), constatou que metade dos 3.580 agricultores entrevistados recorre ao **Receituário Agronômico,** mas quase 90% não observam os necessários cuidados durante as pulverizações e a maioria (2.000 produtores) abandona nas lavouras ou, então, despeja nos rios, os restos dos venenos.

A obrigatoriedade do **Receituário Agronômico** foi instituída, em 1977, de forma pioneira, no **Rio Grande do Sul,** medida que se estendeu, a partir de março de 1981, oficialmente, para todo o país. Na prática, como se vê, o produtor agrícola continua desamparado.



FERTILIZANTES – Queda nas vendas menor do que a esperada.

Em 1987, as vendas de fertilizantes ficaram 3% aquém das realizadas no ano anterior. O resultado surpreendeu a própria indústria que inicialmente, estimava comercializar menos 10%. Em relação a 1985, as entregas foram 17% maiores. No consumo efetivo, a queda foi mais acentuada. Os estoques dos fabricantes e consumidores cresceram, de modo que, em fins de 1987, representavam 13% do total dos adubos vendidos no ano. A estocagem normal gira em torno de 7% e o aumento é explicado, em boa parte, pelo crescimento de 11% das importações (Quadro 04).

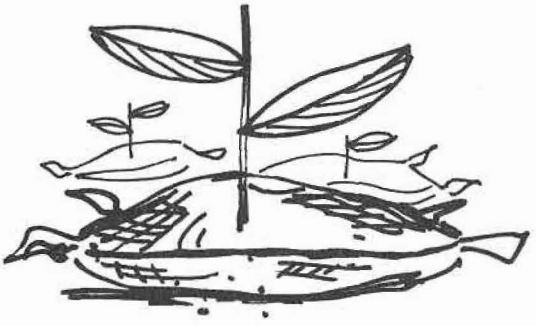
A demanda dos referidos insumos foi liderada pela soja. Os produtores de algodão, cana-de-açúcar e laranja também aumentaram suas compras. Reduziram-se, por outro lado, as aquisições para a adubação do café, milho e arroz. A distribuição das vendas, como de praxe, refletiu a variação dos preços recebidos pelos agricultores, segundo as respectivas culturas.

Os preços finais dos fertilizantes elevaram-se substancialmente, refletindo os custos de fabricação ou importação, associados às despesas de estocagem e transporte interno. Na média brasileira, entre janeiro e dezembro de 1987, o acréscimo geral foi de 423%. O Quadro 05 discrimina as altas registradas em cinco importantes tipos de adubos químicos utilizados nas lavouras paulistas, paranaenses e gaúchas.

É bom que se diga que os reajustes dos preços, autorizados pelo **CIP**, estiveram longe de satisfazer aos fabricantes. Contudo, segundo a **Anda**, a produção nacional de fertilizantes nitrogenados, durante os onze primeiros meses do ano, expandiu-se 5% e a de fosfatados, 3%. No concernente às matérias-primas, a fabricação de amônia diminiu 1%, a de ácido sulfúrico, 6%. O **Ibrafos**, por sua vez, registrou menos 2% de ácido fosfórico e mais 6% de rocha fosfática, em 1987.

Na verdade, a produção interna de fertilizantes e suas matérias-primas está próxima dos limites da capacidade de substituir importações. Assim sendo, as previsões com relação ao dispêndio de divisas são de crescimento em ritmo acelerado. Além disso, a fabricação desses insumos é custosa e os preços finais dos fertilizantes são ainda mais onerados pelos custos dos fretes, uma vez que os grandes mercados do **Centro-Sul** encontram-se, geralmente, muito distanciados dos locais de produção. Para se ter uma idéia, as despesas com o transporte interno representam hoje cerca de 30% do preço dos adubos químicos pagos pelos agricultores.

O atual **Programa Nacional de Fertilizantes** objetiva atenuar aqueles problemas, prevendo aplicações, entre 1987 e 1995, da ordem de US$ 1,4 bilhão, em novas fábricas de matérias-primas e na ampliação das já existentes, a fim de expandir a produção de amônia, uréia, ácido nítrico, rocha fosfática, ácido fosfórico e ácido sulfúrico. Nos investimentos previstos, a iniciativa privada deverá ter uma participação mais significativa do que a dos últimos anos.



De acordo com o **Programa**, a produção de fertilizantes, em nutrientes, deverá crescer em torno de 400 mil t entre 1987 e 1991, e 700 mil t até 1995. O consumo evoluirá de forma mais rápida, estimando-se déficits crescentes, ao longo do período, especialmente de potássicos. Para as matérias-primas, haverá relativo equilíbrio entre a fabricação interna e o consumo de amônia, ácido nítrico, rocha fosfática e déficits de ácido fosfórico e ácido sulfúrico. No caso específico do enxofre, as importações continuarão representando cerca de 90% das necessidades internas.

QUADRO 05 – SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO MÉDIO PAGOS PELOS AGRICULTORES, SEGUNDO TIPOS SELECIONADOS DE FERTILIZANTES – JANEIRO A DEZEMBRO DE 1987

FERTILIZANTE	SÃO PAULO	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL
Cloreto de Potássio	370	423	445
Sulfato de Amônia	367	387	395
Superfosfato de Cálcio Simples	373	405	497
Superfosfato de Cálcio Triplo	323	382	459
Uréia	401	413	436

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

QUADRO 04 - BRASIL – IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES E SUAS MATÉRIAS-PRIMAS – 1986-87 (em t de nutrientes)

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	VARIAÇÃO (%)
Fertilizantes	**1.701.797**	**1.891.234**	**11**
Nitrogênio (N)	275.437	217.064	-21
Fósforo (P_2O_5)	146.282	172.467	18
Potássio (K_2O)	1.218.078	1.501.703	17
Matérias-primas	**317.512**	**354.048**	**11**
Nitrogenadas (N)	42.345	28.972	-32
Fosfatadas (P_2O_5)	275.167	325.076	18

FONTE – Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo.

TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS – Estagnação no uso do equipamento.

A indústria de máquinas e implementos agrícolas revelou modesto desempenho em 1987, comparativamente ao ano anterior, quando, então, os produtores rurais, estimulados pelo **Plano Cruzado**, ampliaram a área plantada e realizaram novos investimentos. Em 1987, os preços recebidos pelos agricultores involuíram, em termos **reais**, os juros foram excessivos, e, além disso, dispararam os preços dos tratores, colheitadeiras, plantadeiras, grades, arados e outros implementos, bem como os dos combustíveis. Em conseqüência, a demanda diminuiu.



A comercialização de colheitadeiras automotrizes totalizou 6,4 mil unidades, significando 14% de decréscimo, em relação a 1986. No caso dos tratores de rodas, foram colocados no mercado interno 39.800 unidades (–15%), segundo a **Anfavea** (ver Quadro 06). Na verdade, as vendas ficaram bem próximas das realizadas em 1985, ano considerado razoável pelos fabricantes. Vale ainda notar que as exportações de tratores revelaram números expressivos. De qualquer modo, as fábricas funcionaram com apenas 60% de sua capacidade produtiva.

QUADRO 06 – BRASIL – PRODUÇÃO E VENDA DE TRATORES E CULTIVADORES 1986-87 (em unidades)

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	VARIAÇÃO (%)
Produção			
Tratores	51.895	47.753	– 8
Cultivadores motorizados	7.128	4.313	–39
Tratores de esteiras	2.409	2.652	10
Vendas para o mercado interno			
Tratores	46.717	39.800	–15
Cultivadores motorizados	6.558	3.593	–45
Tratores de esteiras	2.245	2.022	–10
Vendas para o mercado externo			
Tratores	5.470	6.658	22
Cultivadores motorizados	467	641	37
Tratores de esteiras	200	544	172

FONTE – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea.

De maneira geral, a relação entre os preços recebidos pelos agricultores e os preços das principais máquinas e equipamentos, em 1987, desfavoreceu o **Setor Agrícola**. Os tratores ficaram entre 600% e 700% mais caros, os arados subiram, em média, cerca de 350% e as grades, 320%. Os preços recebidos evoluíram apenas 273%.

Como se vê, a razão entre os preços recebidos e os preços dos tratores deteriorou-se de modo mais acentuado. No Paraná, necessitou-se de 115 t de arroz para adquirir, à vista, um trator médio, em dezembro de 1987, o que, em igual mês de 1986, se fez com 48 t. No Rio Grande do Sul, a razão subiu de 40 t para 106 t e, em São Paulo, de 38 t para 73 t. Nas lavouras de soja, os termos de troca apresentaram-se menos desfavoráveis, conforme ilustra o Quadro 07.

De acordo com o **Censo Agropecuário** de 1985, há na agricultura brasileira 652 mil tratores em uso, sendo expressivo o número daqueles com mais de dez anos. É de se supor, portanto, que as aquisições realizadas nos dois últimos anos foram suficientes apenas para repor as máquinas desgastadas. O grau de mecanização está em torno de 80 ha cultivados por trator, em média, o que coloca o **Brasil** numa situação de inferioridade comparativa, no nível internacional. Segundo a **Fao**, o índice médio mundial é de 62 ha/trator e nos **EUA**, de 41 ha/trator. Registre-se, ainda, que nas regiões Sul e Sudeste do **Brasil**, o grau de mecanização é de 52 ha/trator e 57 ha/trator, respectivamente.

QUADRO 07 – SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – ARROZ E SOJA – – TONELADAS NECESSÁRIAS PARA ADQUIRIR UM TRATOR MÉDIO, À VISTA DEZEMBRO DE 1986 E 1987

ESTADO	ARROZ		SOJA	
	dez/86	dez/87	dez/86	dez/87
São Paulo	38	73	39	45
Paraná	48	115	52	58
Rio Grande do Sul	40	106	47	65

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

4

ANÁLISES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

LAVOURAS

ALGODÃO – Dificuldades financeiras impedem que produtor rural se beneficie com alta das cotações. Política cambial favorece aumento das exportações.

No início do ano, a comercialização da safra 1986/87 se prenunciava tranqüila, em virtude dos elevados estoques de passagem da safra 1985/86, estimados pela **CFP** em 444 mil t de algodão em pluma, quantidade suficiente para suprir o mercado durante sete meses. Além disso, essa perspectiva era corroborada pela primeira estimativa da safra, feita pelo **IBGE**, que anunciava uma produção de algodão em caroço da ordem de 1,65 milhão de t. Em março, as condições de suprimento do algodão em pluma apresentavam-se relativamente **folgadas**, frente a uma demanda que se esperava menor do que a do ano anterior.

Os sinais do mercado não indicavam, àquela época, uma tendência de alta **real** nos preços, preocupando os produtores, já assoberbados com a inesperada alta dos custos de produção, sobretudo em três itens. O primeiro, relativo aos insumos, com a intensificação do uso de produtos fitossanitários para o combate ao **bicudo**; o segundo, com o aumento do custo de mão-de-obra, para a colheita, provocada pela rápida e quase uniforme abertura dos capulhos, que acelerou a apanha e fez elevar a procura por trabalhadores volantes; o terceiro, com a liberação da taxa de juros, em janeiro.

Por outro lado, as regras que regulam os **Empréstimos do Governo Federal (EGF)** vieram atrasadas, quando a maioria dos produtores já havia liquidado seus débitos. Até mesmo no **Paraná**, onde o acesso ao crédito de comercialização é facilitado pela larga penetração das cooperativas, a situação de iliqüidez do agricultor não permitiu que ele estocasse seu produto, à espera de melhoria nas condições de mercado.

Esse foi, pois, o principal motivo da rápida comercialização da produção. Estima-se que entre 75% e 80% da safra foram comercializados entre março e maio, a preços pouco superiores ao mínimo (Cz$ 100,05/@). A receita dos cotonicultores foi ainda prejudicada pela redução da produtividade física, em virtude das chuvas de janeiro e fevereiro (fase de formação das maçãs) e pela infestação do **bicudo**, mormente em **São Paulo** e **Goiás**, onde seu ataque foi mais intenso.

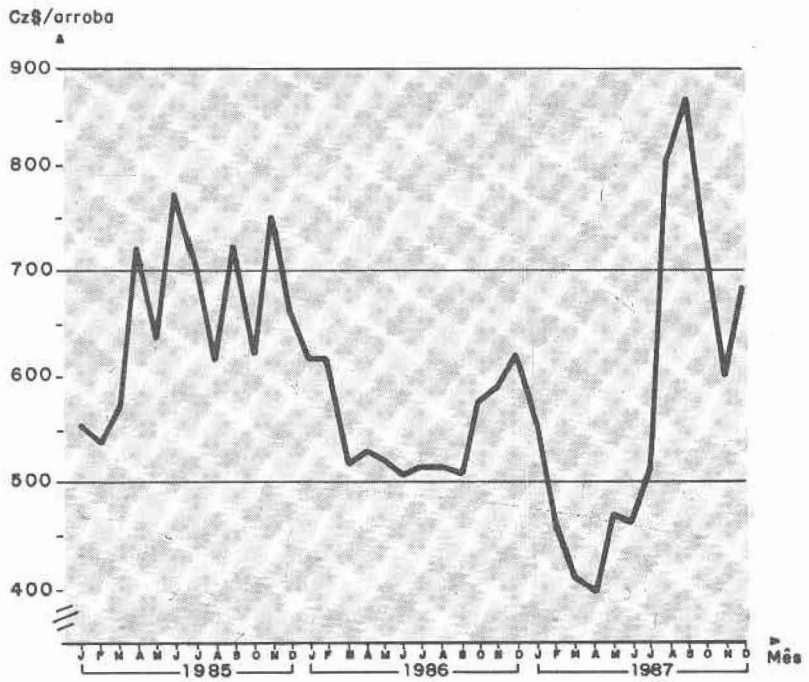
Já em maio, em função da alteração do balanço estimado de oferta e demanda, as cotações começaram a subir. Em apenas três meses (julho, agosto e setembro), os preços do produto valorizaram-se 92% acima da inflação (21,1%) do período, beneficiando maquinistas que lançaram mão dos **EGF** e industriais que adquiriram o algodão no início da comercialização da safra (ver Gráfico 01).

Os fatores que contribuíram para a elevação dos preços foram: a) a revisão, para baixo, das estimativas de produção; b) o comprometimento do suprimento de tipos de melhor qualidade; c) a valorização das cotações internacionais, possibilitando a colocação de grande excedente de fibras piores no mercado internacional e, principalmente, d) a expectativa de que a indústria têxtil consumisse mais do que se supunha no início do ano.

A explicação do primeiro item estaria na política agrícola implementada no ano passado, quando o governo, propositadamente, estimulou a produção destinada ao mercado interno. Assim, os produtores, já prejudicados pelos baixos preços da safra precedente, depararam-se com medidas governamentais fortemente restritivas. Os grandes estoques acumulados durante as duas safras anteriores e a depressão das cotações internacionais, que alcançaram seu mais baixo nível desde meados

ALGODÃO EM PLUMA – MÉDIA MENSAL[1] DAS COTAÇÕES DIÁRIAS DO PRIMEIRO FUTURO NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO – 1985-87 – (Cz$/@)

GRÁFICO 01



FONTE – BMSP.

1 Valores Corrigidos pelo IGP-DI, para abril de 1987.

@ = 15 kg.

de 1972, serviram de base à decisão de reduzir nominalmente o preço mínimo, além de limitar os financiamentos de custeio para a safra 1986/87.

Em conseqüência, a área plantada na região **Centro-Sul** reduziu-se 9,8% em relação à anterior e a produção, prejudicada pelo clima adverso e pelo ataque do **bicudo**, ficou em torno de 1,5 milhão de t do produto em caroço (estimativa de dezembro), ou seja, 18% a menos do que a colheita passada (ver Quadro 08).

A lavoura nordestina, que normalmente é pouco produtiva, foi, este ano, fortemente afetada pela infestação, não controlada, do **bicudo**. Em janeiro, esperava-se que se colhessem 435 mil t de algodão em caroço. A estimativa de dezembro, contudo, revelou que a colheita não deverá superar 200 mil t. Desse modo, em termos do pluma, a produção brasileira deverá alcançar, no máximo, 575 mil t.

Adicionando-se os estoques remanescentes da safra 1985/1986, a disponibilidade interna foi de 1,02 milhão de t, quantidade suficiente, à primeira vista, para suprir com tranqüilidade o mercado, uma vez que o consumo estimado pelas indústrias têxteis não deverá, este ano, ultrapassar 700 mil t. Destarte, não havia razão aparente para a alta acentuada dos preços.

Entretanto, o balanço do suprimento deve ser feito por tipo de fibras, já que, segundo a indústria, 96% da demanda são direcionados para os tipos melhores (6/7 para menos) em virtude de restrições técnicas da maquinaria têxtil.

Como, da oferta total, apenas 640 mil t (192 mil t do estoque inicial e 450 mil t oriundas da safra meridional) são de fibras de boa qualidade, isto é, que atendem às exigências industriais, o suprimento interno já estaria comprometido. A esse quadro deve ser acrescentada, ainda, a notícia de que se pretendeu exportar quantidade razoável, composta, segundo a **Cacex**, apenas de tipos piores.

Em relação aos grandes estoques de fibras de má qualidade, em poder do governo e de particulares (sob **EGF**), a **Cacex** liberou a exportação de uma quota de 150 mil t, a fim de aproveitar a alta de preços no mercado internacional. Segundo o balanço do suprimento, a oferta desses tipos pode até superar as 370 mil t (250 mil t em estoques e 120 mil t da produção deste ano).

No receio de que, nesta operação, tipos de melhor qualidade estariam sendo também comercializados, algumas indústrias entraram agressivamente no mercado, antecipando uma recomposição nos seus estoques. Em meados do ano, foram suspensos novos registros para exportar como forma de conter a alta especulativa dos preços. Até agosto, estima-se que, das 150 mil t previstas para exportação, 140 mil t haviam sido vendidas, e 93 mil t foram efetivamente embarcadas. Paralelamente, a suspensão do diferimento do pagamento do **ICM** por 120 dias e a demora na concessão de prazos mais dilatados para o embarque tornaram morosas as exportações do pluma. Não obstante essas medidas, o mercado continuou em ascensão, evidenciando fortes indícios de recuperação do consumo interno. No início de setembro, a cotação do pluma alcançou Cz$ 1.750/@ (20% acima da paridade internacional), invertendo a situação favorável às vendas externas, vigente até o início de agosto.

Alguns indicadores mostram, assim, ser bem provável um consumo superior às 700 mil t estimadas, hipótese que as estatísticas sobre os negócios, registrados na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, parecem confirmar: no primeiro semestre, houve aumento de 79% em relação ao mesmo período do ano passado (379 mil t contra 212,2 mil t). Tais números refletiram uma reversão pessimista do desempenho do segmento têxtil. A redução das vendas de produtos têxteis manufaturados, prevista para o mercado interno, foi menor do que se esperava, em virtude das liquidações promovidas pelas lojas especializadas.

QUADRO 08 - ESTADOS SELECIONADOS DA REGIÃO CENTRO-SUL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALGODÃO EM CAROÇO SAFRA 1985/86 E 1986/87

ESTADO	1985/86	1986/87 1ª estimativa[1]	1986/87 2ª estimativa[2]
Paraná			
área (ha)	415.000	390.000	386.000
produção (t)	768.434	741.000	711.880
rendimento (kg/ha)	1.852	1.900	1.844
São Paulo			
área (ha)	355.975	324.000	325.300
produção (t)	701.270	587.088	567.131
rendimento (kg/ha)	1.970	1.812	1.743
Minas Gerais			
área (ha)	161.604	140.750	131.436
produção (t)	169.903	187.197	59.923
rendimento (kg/ha)	1.051	1.330	456
Goiás			
área (ha)	34.564	20.900	25.332
produção (t)	85.740	42.180	58.000
rendimento (kg/ha)	2.481	2.018	2.290
Mato Grosso do Sul			
área (ha)	49.955	50.000	50.300
produção (t)	61.151	75.000	67.974
rendimento (kg/ha)	1.224	1.500	1.351
Mato Grosso			
área (ha)	16.015	17.500	13.307
produção (t)	20.408	22.038	16.308
rendimento (kg/ha)	1.274	1.259	1.226
Total			
área (ha)	1.033.153	943.150	931.675
produção (t)	1.806.906	1.654.503	1.481.216
rendimento (kg/ha)	1.749	1.754	1.518

FONTE – IBGE.
[1] Janeiro de 1987;
[2] dezembro de 1987.

Não obstante o panorama interno favorável, o aumento das exportações foi o que sustentou os maiores níveis da atividade industrial.

Neste sentido, destaca-se o papel da política cambial para o aumento da competitividade dos artigos brasileiros, além dos incentivos na área fiscal e da própria desvalorização do dólar no âmbito internacional.

Paralelamente, a alta dos preços do algodão no mercado internacional, majorando os preços médios de exportação dos produtos têxteis manufaturados, incentivou a colocação dos produtos brasileiros. A renovação do **Acordo Multifibras** em bases mais promissoras e a possibilidade de preenchimento das quotas não totalmente utilizadas em 1986, também contribuíram para o aumento das vendas externas.

Assim sendo, o segmento têxtil previu, para 1987, uma receita de divisas da ordem de US$ 1 bilhão, próxima ao recorde obtido em 1984.

Dessa forma, a demanda pelo algodão em pluma deve ter superado de 5% a 10% a previsão oficial, alcançando quantidade entre 735 mil t e 750 mil t. Em conseqüência, o suprimento esteve bastante vulnerável também para todos os tipos de fibras (supondo que a indústria consumiria toda a oferta disponível, já descontada a exportação, ver Quadro 09).

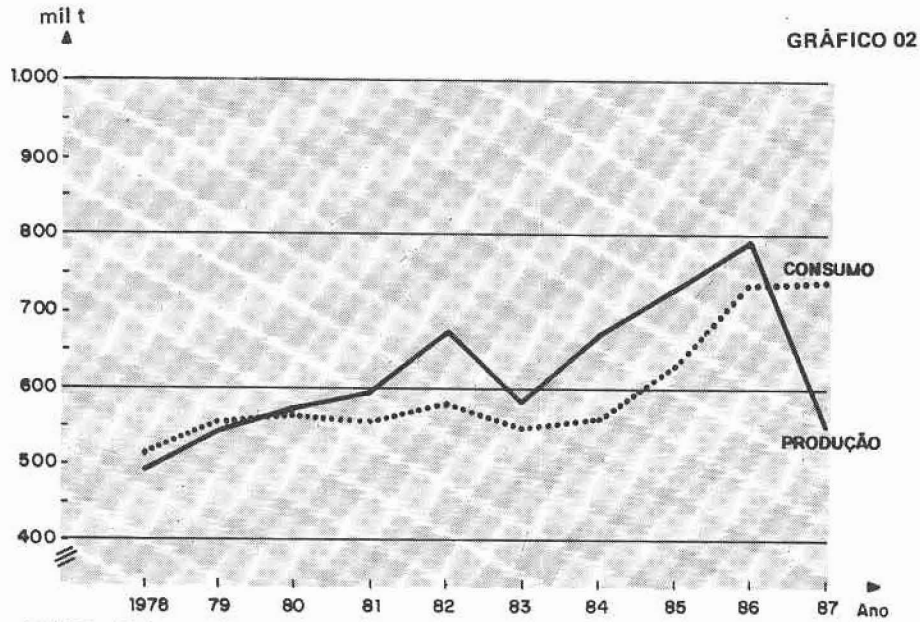
À medida que os preços praticados no mercado interno ficavam gravosos, favorecendo as importações, o governo iniciava a venda dos estoques, através de leilões semanais. Ficou evidente, porém, que as 151,8 mil t disponíveis (ver Quadro 09) não seriam suficientes para assegurar o pleno abastecimento de fibras melhores, levando-se em conta o estoque de segurança. A venda, pois, serviu mais como fator de controle do que como garantia de suprimento.

Como o governo é o maior ofertante de algodão em pluma até a entrada da nova safra meridional (em março de 1988), o estoque remanescente para 1988 será irrisório, composto de tipos de baixa qualidade, além de algodão nordestino, cuja colheita se iniciou em setembro/outubro de 1987.

Assim sendo, apesar de ter ocorrido um certo **esfriamento** nos preços

BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO INDUSTRIAL DE ALGODÃO EM PLUMA – 1978-87[1] – (em mil t)

GRÁFICO 02



FONTE – CFP.

1 Estimativa preliminar.

internos, desestimulando possíveis importações, a perspectiva de um estoque de passagem diminuto constitui indicador de firmeza nas cotações em 1988.

Segundo a **CFP**, até 15/12/87, os estoques do governo montaram a 64,6 mil t, sendo compostos em mais de 60% por tipos inferiores a 7. Como os leilões deverão prosseguir até meados de fevereiro de 1988, certamente os tipos superiores deverão ser totalmente consumidos até a entrada da nova safra.

No mercado internacional, a existência de alentado estoque mundial de passagem – 31,5 milhões de fardos, contra a média histórica de 23

QUADRO 09 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA, SEGUNDO OS TIPOS – 1987 – (em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL		TIPO 6/7 P/MELHOR[1]		TIPO 7 PARA PIOR	
	A	B	A	B	A	B
ESTOQUE INICIAL	444,0	444,0	192,2	192,2	251,8	251,8
Governo	151,8	151,8	50,0	50,0	101,8	101,8
Setor Privado	292,2	292,2	142,2	142,2	150,0	150,0
PRODUÇÃO TOTAL	613,0	575,0	464,4	451,3	148,5	123,6
Centro-Sul	513,0	518,0	424,2	428,4	88,7	89,6
Norte-Nordeste	100,0	57,0	40,2	22,9	59,8	34,0
SUPRIMENTO TOTAL	1.057,0	1.019,0	656,6	643,5	400,3	375,4
Consumo	700,0	742,5[2]	669,9	710,6	30,1	31,9
Excedente	357,0	276,5	(13,3)	(66,5)	370,2	343,5
Exportação	150,0	150,0	–	–	150,0	150,0
Estoque Final	207,0	126,5	(13,3)	(66,5)	220,0	193,5
ESTOQUE DE SEGURANÇA[3]	116,0	123,7	111,6	118,4	5,0	5,3

FONTE – CFP, IBGE.

1 Equivalente a 82,7% da produção do Centro-Sul, **40,2% do** Norte-Nordeste **e 95,7% do consumo total;**

2 média do intervalo 735 mil t – 750 mil t;

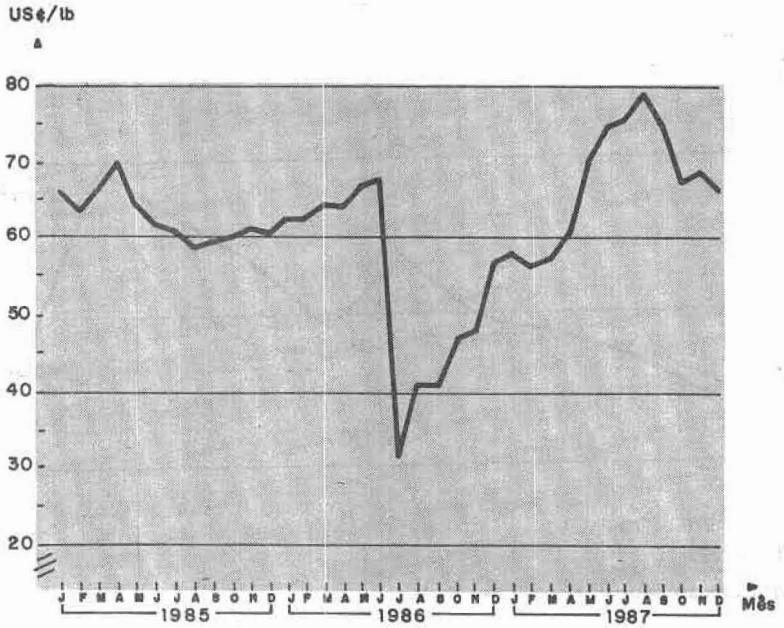
3 equivale a dois meses de consumo industrial.

(A) estimativa de março de 1987;

(B) estimativa de agosto de 1987.

ALGODÃO EM PLUMA (1-1/6") – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DIÁRIAS DO PRIMEIRO FUTURO NA BOLSA DE NOVA IORQUE – 1985-87 – (US¢/libra-peso)

GRÁFICO 03



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.

milhões de fardos – não impediu o movimento altista, desde meados do ano passado. A expansão das exportações norte-americanas e a redução nos estoques chineses, denunciando problemas de abastecimento interno com possíveis importações, elevaram as cotações de um patamar de US$ 30/lb-peso, em julho de 1986, para perto de US$ 70/lb-peso, em maio de 1987. Mesmo com a perspectiva de aumento generalizado da produção mundial para a safra 1987/88, mormente nos **EUA** e na **China,** a quantidade final ficará ainda aquém da demanda, reduzindo os estoques finais para cerca de 24,2 milhões de fardos. Além disso, a redução prevista nas produções da **Índia** e da **URSS,** face a condições climáticas adversas, foi o principal fator de aumento e firmeza das cotações externas, mesmo durante o período de entrada da safra do **Hemisfério Norte,** de setembro a novembro (ver Gráfico 03).



AMENDOIM – Continua a decadência da lavoura, mas os preços não reagem.

A produção total ficou restrita a apenas 196 mil t, em 1987. Observando-se as colheitas desde 1960, constata-se ter sido esta a menor do período e 78,8% inferior à produção de 1970, a maior já registrada. Em relação à produção do ano anterior, a queda foi de 9,26% (ver Quadro 10).

Na primeira safra de 1987, foram obtidas pouco mais de 154 mil t, tendo **São Paulo** contribuído com 84,5% e o **Paraná** com 8%, destacadamente os maiores produtores. Na segunda safra, de 42 mil t, **São Paulo** respondeu por 81,8% e o segundo maior produtor foi a **Bahia,** com 8,7%.

O desestímulo ao plantio do amendoim tem decorrido dos baixos preços recebidos pelos agricultores, que refletem, por sua vez, as reduções no mercado internacional. A crescente produção do óleo de palma, principalmente na **Malaísia,** vem aumentando a oferta mundial deste óleo comestível e deprimindo as cotações de todos os demais óleos concorrentes.

De 1977 a 1981, as exportações do óleo de amendoim foram efetuadas por preços acima de US$ 700/t, em média. No início de 1987, houve vendas a menos de US$ 400/t.

Até o mês de novembro, o preço médio de exportação do óleo limitou-se a US$ 445/t, permitindo o

QUADRO 10 – BRASIL – PRODUÇÃO DE AMENDOIM EM CASCA – – 1960 A 1987 (em mil t)

ANO	QUANTIDADE (em mil t)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1960	408	–
1961	584	43,14
1962	648	10,96
1963	604	– 6,79
1964	470	–22,19
1965	743	58,09
1966	895	20,46
1967	751	–16,09
1968	754	0,40
1969	754	0
1970	928	23,08
1971	...	...
1972	...	...
1973	590	...
1974	439	–25,59
1975	442	0,68
1976	510	15,38
1977	321	–37,06
1978	325	1,25
1979	462	42,15
1980	483	4,55
1981	355	–26,50
1982	317	–10,70
1983	284	–10,41
1984	249	–12,32
1985	339	36,14
1986	216	–36,28
1987	196	– 9,26

FONTE – IBGE.

QUADRO 11 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AMENDOIM – JANEIRO-NOVEMBRO DE 1986 A 1987

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US$ 1000 FOB)			QUANTIDADE (mil t)			PREÇO MÉDIO (US$/t FOB)		
	1987	1986	Δ %	1987	1986	Δ %	1987	1986	Δ %
Semente	5.478	7.521	–27	8.055	11.213	–28	680	671	1
Farelo	737	1.982	–63	8.525	25.152	–66	86	79	9
Óleo	14.578	7.424	96	32.710	13.619	140	445	545	–18

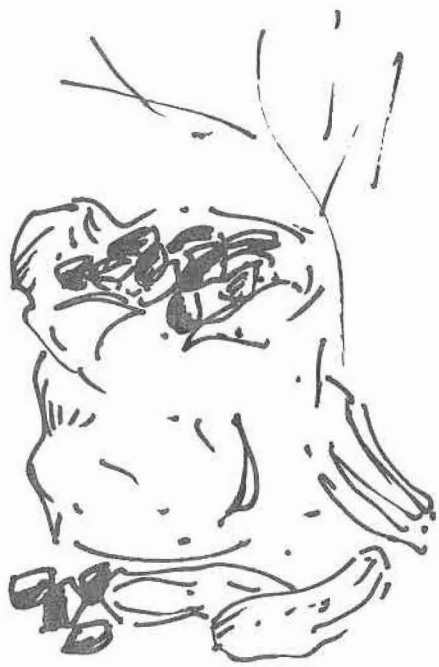
FONTE – Cacex.

aumento de 140% na quantidade vendida e o incremento de 96% na receita em dólar. A semente e o farelo tiveram seus preços elevados em 1% e 9%, mas as vendas caíram 28% e 66%, respectivamente, provocando as reduções de 27% e 63% em suas receitas (ver Quadro 11).

Para o agricultor brasileiro, os preços médios obtidos ao longo do ano foram inferiores aos de 1986, quando já se desconta o efeito inflacionário (ver Quadro 12). O preço mínimo em vigor no início do ano, de Cz$ 68 pela saca de 25 kg, foi considerado insuficiente para cobrir os custos de produção e, ainda, bastante inferior aos preços de mercado que, na ocasião, em **São Paulo,** variavam entre Cz$ 80 e Cz$ 160 a saca, dependendo da qualidade. Os **VBC** também não foram considerados adequados para fazer face aos custos. As três faixas de produtividade (até 1.400 kg/ha), de 1.401 a 2.300 kg/ha e acima de 2.300 kg/ha, receberam Cz$ 1.628, Cz$3.725 e Cz$ 4.180, respectivamente.

Em março, quando o preço mínimo foi reajustado para Cz$ 100 a saca, o custo de produção por saca já era estimado ligeiramente maior, as indústrias estavam retraídas e não pagavam mais do que Cz$ 75, devido à queda de preços no mercado internacional.

Nos últimos meses do ano, em decorrência de problemas climáticos na **Malaísia** e **Índia,** os óleos comestíveis registraram ligeira elevação de preços no mercado externo, permitindo que as indústrias brasileiras remunerassem melhor os agricultores. Em **São Paulo,** houve casos de vendas a Cz$ 300 a saca de 25 kg.



QUADRO 12 – AMENDOIM EM CASCA – PREÇO MÉDIO RECEBIDO[1] PELO AGRICULTOR BRASILEIRO – 1986 E 1987 (Cz$/kg)

MÊS	1986	1987	VARIAÇÃO (%)
Jan	18,45	13,26	–28
Fev	18,10	11,35	–37
Mar	15,27	11,06	–28
Abr	14,27	9,73	–32
Mai	13,96	8,37	–40
Jun	14,26	7,47	–48
Jul	15,12	8,19	–46
Ago	15,54	9,75	–37
Set	16,25	11,24	–31
Out	16,66	12,20	–28
Nov	16,24	11,38	–30

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Corrigido pelo IGP-DI, para novembro de 1987.

ARROZ – Maior safra da história tem comercialização difícil. Excesso de importações autorizadas em 1986 repercutem no mercado.

Os produtores de arroz, em 1986/87, mais uma vez responderam de forma positiva aos estímulos do mercado e da política agrícola. No início do ano, imaginava-se que, pela segunda safra consecutiva, o objetivo proposto para a orizicultura no denominado **Plano de Metas** para a agricultura fosse ultrapassado. A área de plantio aumentou e a colhida alcançou cerca de 6 milhões de ha (ver Quadro 13). A produção, que poderia ter ultrapassado amplamente 11 milhões de t, totalizou 10,4 milhões de t, ainda assim a maior safra já colhida no país.

Um legado incômodo do ano anterior, as importações descontroladas de arroz subsidiado na origem, porém, viria trazer dificuldades de toda ordem à comercialização da grande safra. Logo no início do ano, a demanda pelo arroz brasileiro aumentava, mas sem reflexo nas cotações. A **Companhia de Financiamento da Produção,** na ocasião, não sabia se atribuía a maior procura à reposição dos estoques privados ou à redução, talvez fim, da disponibilidade do arroz estrangeiro. Supunha-se que ainda havia cerca de 300 mil t deste produto a serem comercializadas por empresas privadas, mas, em janeiro, detectou-se maior interesse na liquidação dos **EGF** e na compra dos estoques do governo.

A **CFP** iniciou o ano com 1,3 milhão de t estocadas, tendo vendido apenas 418 mil t das 1,7 milhão de t adquiridas em 1986 e assumiu os custos da venda a preços baixos aos centros de consumo. A precária si-

QUADRO 13 – ARROZ – PRODUÇÃO DA SAFRA 1986/1987

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	803.098	3.561.498	4.435
Goiás	1.182.084	1.501.040	1.270
Mato Grosso	678.243	922.384	1.360
Minas Gerais	624.561	909.359	1.456
Maranhão	930.237	595.829	641
São Paulo	303.193	552.160	1.821
Santa Catarina	154.222	504.756	3.273
Mato Grosso do Sul	325.998	465.987	1.429
Paraná	202.923	342.844	1.690
Rondônia	136.913	213.322	1.558
Piauí	222.273	162.496	731
Pará	115.937	145.407	1.254
Espírito Santo	39.587	120.430	3.042
Ceará	51.422	113.967	2.216
Rio de Janeiro	29.686	95.139	3.205
Bahia	105.402	52.174	495
Acre	29.194	41.009	1.405
Pernambuco	7.964	30.148	3.786
Sergipe	9.747	27.730	2.845
Paraíba	12.609	17.642	1.399
Alagoas	6.642	17.318	2.607
Distrito Federal	11.102	12.477	1.124
Roraima	6.887	10.644	1.546
Amazonas	2.720	3.310	1.217
Rio Grande do Norte	3.777	2.082	551
Amapá	647	440	680
BRASIL	5.997.068	10.421.592	1.738

FONTE – IBGE.

tuação do mercado fez com que representantes dos produtores rurais se dirigissem a Brasília (houve manifestações de protesto anteriores, em mais de uma centena de municípios gaúchos) para reclamarem contra a defasagem, segundo eles, de 20%, entre os custos de produção e o preço mínimo. Este havia sido inviabilizado, por um lado pelas altas taxas de juros no mercado e pelos maiores custos de embalagem e frete e, por outro lado, pela tabela da **Sunab.** A palavra-chave, então, entre os agentes envolvidos no processo, era o **realinhamento** dos preços. Em janeiro, os **EGF** vencidos foram substituídos por títulos representativos da venda e, em 6/1, aprovaram-se, **ad referendum** do **Conselho Monetário Nacional**, os **VBC** para a safra nordestina.

Para não perturbar a estocagem da safra a ser colhida proximamente, o **Ministério da Agricultura** e a **CFP** consideraram a possibilidade de que se beneficiasse o arroz em casca colocado sob **EGF**, sem que os produtores perdessem as opções de venda. Em 15/1, foram reiniciados os leilões, também com intenção de desocupar os armazéns, pois se vislumbrava mais uma safra **cheia.** No fim do mês, o **Banco Central do Brasil** prorrogou por mais 45 dias o pagamento dos débitos dos orizicultores, vencidos ou a vencer em 31/1.

Em fevereiro, o desestímulo à formação de estoques privados prosseguiu e até se agravou, com as taxas de juros bancários para o desconto de duplicatas atingindo 18% ao mês. A alta dos preços no mês anterior não se sustentou, pois o esperado **realinhamento** dos preços não acontecia e recomeçavam as vendas da **Seap/Cobal.** Como a nova safra de arroz já se definia como realmente farta, a **CFP** decidiu suspender as vendas em Bolsas até a entressafra e propôs que se liberassem os preços, que não poderiam, mesmo, subir muito, dada a conjuntura de superoferta. Preocupação semelhante gerou controvérsia, então, pois se fez o **realinhamento** de modo isolado, no varejo, com a criação dos **Preços Máximos ao Varejista (Portaria 024,** da **Sunab,** de 9/2), com margem de 20%, sem repasse ao consumidor, muito maior do que a usualmente praticada pelos supermercados (de 8%), o que acarretou paralisação das atividades comerciais e pronta queda dos preços no mercado, de Cz$ 115/50 kg, para Cz$ 93/50 kg.

Diante da falta de perspectivas para o mercado arrozeiro, o governo liberou as exportações mas, não querendo errar de maneira inversa à de 1986, quando perdeu o controle sobre as importações desnecessárias, decidiu que estas vendas só se efetuariam após avaliações seguras da abundância da safra. Os produtores gaúchos, cujas entidades representativas há anos reivindicam a criação de uma quota de exportação de arroz **agulhinha** de qualidade, imediatamente procuraram opções no exterior, mas a boa oferta mundial e os preços não-competitivos de seu produto fizeram com que as exportações não acontecessem, durante todo o ano. Na ocasião, o **Irga** anunciou o início de estudos com vistas à determinação do total de subsídios necessários a propiciar a exportação de 1 milhão de t.

No fim do mês, já revogada a **Portaria 024**, afinal estabeleceram-se os preços mínimos, em Cz$ 175,50/50 kg, para as lavouras irrigadas (quando o mercado pagava Cz$ 115/50 kg) e Cz$ 180,60/60 kg para as de sequeiro (+ 35% sobre os preços mínimos anteriores), os maiores já fixados, excetuando-se os da safra 1984/85. A correção destes preços seria pelo **Índice de Preços Pagos (IPP)** entre abril e junho. Temia-se a estatização da atividade, no entanto, o movimento classista denominado **Frente Ampla da Agropecuária Brasileira** reivindicava a compra oficial dos estoques em poder dos produtores rurais, e sua posterior exportação.

A liberação dos preços finalmente aconteceu em março, após prolongadas **démarches,** e não subiram muito, como se esperava. Corretores da **Bolsa de Cereais de São Paulo** supunham, mesmo, que as cotações poderiam cair. Terminando o mês, viu-se que a alta fora de 30%, com o **agulhinha tipo 2** alcançando entre Cz$ 220 e Cz$ 240 **Fob**-RS, abaixo do **parâmetro** adotado pelas entidades

de classe gaúchas (Cz$ 270/fardo-**Fob** para vendas para fora do Rio Grande do Sul). A comercialização da nova safra, então, não ia bem: fora do âmbito da **Política de Garantia de Preços Mínimos**, pagava-se de Cz$ 130 a Cz$ 140/50 kg, 20% abaixo do preço mínimo.

As notícias de quebra da safra gaúcha há pouco divulgadas, revelaram-se exageradas mas, no **Maranhão**, as perdas realmente foram importantes. O replantio efetuado em janeiro não teve sucesso e a esperança de uma produção de 1,4 milhão de t foi reduzida à certeza de que a seca dizimara as plantações, acarretando a colheita de apenas 596 mil t, a menor desde 1983. Aliás, os arrozais maranhenses, nesta década, alternam safras boas e péssimas (1980: 1,28 milhão de t; 1981: 722 mil t; 1982: 1,58 milhão de t; 1983: 431 mil t; 1984: 1,14 milhão de t; 1985: 623 mil t; 1986: 1,29 milhão de t). A frustração da colheita maranhense não causou problemas no abastecimento, sequer no do **Nordeste**, em razão dos elevados estoques governamentais.

Para incentivar produtores, cooperativas e indústrias a participarem mais ativamente da comercialização, o governo decidiu que o financiamento do **EGF** (também para o algodão, milho e soja) corresponderia a 100% do valor do preço mínimo. O acesso ao financiamento seria de 80% da produção, para agricultores e cooperativas e as indústrias beneficiadoras de arroz receberiam **EGF** para até 60% da capacidade apurada durante a safra. Os produtores que armazenassem na propriedade poderiam contratar **EGF** sem opção de venda, permitindo-se, também, o **pré-EGF** para quem mantivesse a produção na lavoura.

Chegado o mês de abril, calculava-se a existência de cerca de 100 mil t importadas ainda a serem comercializadas e os preços caíam ainda mais. De acordo com a **Bolsa de Cereais de São Paulo**, havia vendas de arroz dos **EUA** por Cz$ 420/60 kg, com **ICM** de 17% e da **Tailândia**, por Cz$ 360/60 kg. Havia regras de intervenção governamental no mercado, regionalizadas, estabelecidas pela **Seap**, segundo as quais a **Cobal** começaria a vender seus estoques se os preços de mercado subissem certo percentual acima da planilha de custos elaborada pela **CFP**.

A situação dos produtores era ruim, mas ainda se vendia principalmente arroz da safra anterior, cujos custos de produção, evidentemente, tinham sido bem menores. Na comercialização, no entanto, predominavam as **AGF**, até mesmo no **Rio Grande do Sul**, onde os **EGF** sempre foram majoritários. No estado de **São Paulo**, a crise, que também se manifestava do lado da demanda, fez com que os supermercados iniciassem vendas promocionais do arroz importado.



Visando a tranquilização dos agricultores, o **Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial** prorrogou, então, o vencimento dos **EGF** de 1985/86 até 30/9, enquanto a **CFP** não aceitava a proposta de beneficiamento de 200 mil t do arroz gaúcho contratadas em **AGF**.

Logo no início de maio, podia-se prever que a **estatização** do mercado, caminhando a passos largos, faria com que as **AGF** superassem 3 milhões de t, em 1987. Iniciou-se, então, a reação dos preços do arroz **agulhinha**, com o término da disponibilidade do importado, em situação de parcos estoques mantidos pelos supermercados. No **Rio de Janeiro**, o arroz dos **EUA** era comercializado, no atacado, por Cz$ 410/60 kg.

No que se refere ao arroz de **sequeiro**, a situação só fazia se agravar. Não havia mais negócios, com o Estado detendo mais de 90% da produção do **Centro-Oeste**. A desativação dos engenhos obrigou os maquinistas a pedirem ao governo a venda de seus estoques de arroz em casca.

No fim do mês, também o arroz velho começou a escassear e, em apenas uma semana, os preços foram majorados em 20%, ficando na faixa entre Cz$ 330 e Cz$ 350, pelo fardo de 30 kg. Os recursos para **EGF** foram suficientes (90% da safra gaúcha foram vinculados ao **EGF-preparo**) e o novo reajuste do preço mínimo pelo **IPP**, em junho (colocando-o sempre acima do preço vigente no mercado) levaria a maior número de **AGF**. Com efeito, o processo de compras oficiais continuou (ver Quadro 14) contudo, em princípios de junho, o atacado registrou evolução de 30% e logo circularam rumores de que o governo sustaria a alta. A colocação de arroz de **sequeiro**, em casca, dos estoques oficiais, no mercado, seria benéfica, por permitir a reativação das agroindústrias do **Centro-Oeste**. No varejo, o suprimento era basicamente composto pelo arroz **agulhinha**.

Ocorreu, então, mais um tabelamento, inserido em mais uma tentativa visando ao controle dos rumos da economia: o chamado **Plano Bresser**, que atingiu o mercado arrozeiro em fase de alta. Os produtores gaúchos logo protestaram, pois tiveram o arroz do **tipo 2** tabelado em Cz$ 16,90/kg, após estarem praticando Cz$ 19 a Cz$ 20/kg. Com a baixa da taxa de juros e o emprego de uma tabela abaixo da paridade com o preço mínimo oficial, os preços recuaram mais de 20%. Em fins de junho, o governo detinha em **AGF** 2,54 milhões de t e os **EGF** somavam 2,59 milhões de t.

As vendas dos estoques de arroz de **sequeiro**, em julho, nos estados centrais, mediante subsídio (agravado com a equalização do custo do **EGF** à tabela) eram esperadas e sempre foram um bom negócio para os cerealistas locais, todavia, o governo resolveu oferecer seu produto pelo preço mínimo oficial, acrescido de 5% e acabou vendendo muito pouco. Segundo a **CFP**, o custo médio do **EGF** contratado em junho, último mês da correção dos preços mínimos, foi de Cz$ 300/50 kg, incompatível com a tabela adotada no varejo. No que se referia aos leilões, resolveu-se fixar preços diferenciados conforme a qualidade, para permitir a venda do produto inferior estocado

QUADRO 14 – ARROZ – SITUAÇÃO[1] DAS AQUISIÇÕES E DOS EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL – 1987 – (em t e Cz$ mil)

UF	AGF		EGF	
	t	Cz$ mil	t	Cz$ mil
Rondônia	52.832	229.263	1.739	8.342
Acre	–	–	51	237
Amazonas	78	378	–	–
Roraima	2.616	12.292	–	–
Pará	12.510	60.761	2.546	13.186
Maranhão	77.466	355.182	8.116	39.346
Piauí	8.695	32.230	1.902	8.161
Ceará	4.613	23.698	35	140
Rio Grande do Norte	38	129	–	–
Paraíba	12	52	–	–
Pernambuco	999	4.946	15	40
Alagoas	100	392	–	–
Sergipe	–	–	500	1.502
Bahia	24.848	122.705	5.272	22.476
Minas Gerais	151.162	658.367	37.050	152.055
Espírito Santo	8.600	37.651	2.655	11.248
Rio de Janeiro	6.536	31.236	12.477	50.927
São Paulo	104.837	472.245	28.444	128.331
Paraná	41.658	160.618	34.948	137.696
Santa Catarina	17.431	71.282	103.350	438.278
Rio Grande do Sul	274.295	1.221.746	2.758.523	12.691.994
Mato Grosso do Sul	291.093	1.182.795	14.652	53.902
Mato Grosso	746.808	3.628.681	35.506	161.820
Goiás	1.004.741	4.081.802	106.344	470.649
Distrito Federal	5.415	25.089	2.548	9.708
TOTAL	2.837.377	12.413.540	3.156.673	14.400.038

FONTE – CFP.
[1] **Em 31 de dezembro.**

pelo governo. A venda dos estoques governamentais realizada em 5/8, no entanto, surpreendeu favoravelmente as autoridades da área. Seu controle sobre a comercialização chegava a tal ponto que se esperava que o Estado pudesse administrar 70% do consumo previsto para o ano-safra iniciado em 1º/03/87. Aliás, tendo alcançado o máximo em 1985/86 (10,24 milhões de t) o consumo brasileiro de arroz caiu em 1986/87 (ver Quadro 15), estimando-se que volte a subir em 1987/88, pelo menos acompanhando a taxa de expansão demográfica do país.

Em 13/8, foram reajustados em 210% os preços mínimos, ficando em Cz$ 403/50 kg para o produto originário das plantações irrigadas e em Cz$ 415/60 kg para o das de **sequeiro.** Os custos de produção, calculados pela **CFP**, foram ultrapassados nos dois sistemas de produção, pelos preços mínimos. O mercado, em alta, devido à expectativa quanto ao fim do tabelamento, teria de subir muito mais para cobrir os novos preços, que superavam também os praticados nos leilões em bolsas. Aliás, após os reajustes diferenciados, viu-se que as vendas do produto beneficiado não iam bem, porque os supermercados desejavam que se iniciassem vendas diretas dos estoques oficiais a preços mais baixos. Os beneficiadores do **Centro-Oeste**, acostumados a sempre adquirir arroz barato no segundo semestre, mostravam igualmente grande insatisfação, embora alguns lucrassem com a venda de quebrados e **canjicão.**

Também em setembro prosseguiu a maior demanda pelo **agulhinha**, vendendo-se bem pouco do arroz dos estados centrais. Para **sanar** este problema, seria necessário que, com o fim próximo do **Plano Bresser**, ou a tabela fosse eliminada, ou se aumentassem substancialmente os preços dos tipos de melhor qualidade, para deslocar a demanda para o arroz de **sequeiro** estocado pelo governo.

Próximo ao início do plantio da safra 1987/88 (cujo preparo do solo, no **Rio Grande do Sul** estava atrasado, devido às chuvas), velhos vícios típicos dos períodos de tentativas artificiais de controle de preços, como o tabelamento, retornaram. Detectou-se o **ágio** na periferia dos grandes centros urbanos e repetiu-se a mistura fraudulenta de tipos diferentes de arroz na venda ao consumidor final.

No final de setembro, divulgaram-se as novas regras para a intervenção governamental nos mercados de arroz, feijão e milho. Criou-se uma faixa de variação dos preços, situada entre o preço mínimo e um preço máximo calculado pela média de sessenta meses, mais uma margem de 12%, para o caso específico do arroz. A praça representativa para coleta dos preços é a de **São Paulo.** Outra medida adotada simultaneamente foi a extinção do redutor anteriormente determinado para atuar sobre os preços mínimos, a partir de fevereiro de 1988.

A chegada da data de liquidação dos **EGF**, com a exigência do governo de serem pagos os empréstimos até certo nível de preço, melhorou o escoamento do produto e o patamar estabelecido para as vendas gaúchas deixou de ser cumprido, saindo bastante arroz do estado.

As vendas oficiais do **agulhinha** foram suspensas em outubro, após reajuste de 13,1% em seus preços (5,7% para o arroz de **sequeiro**). A disponibilidade do **agulhinha** acabara e era preciso escoar as reservas do **sequeiro**, de 4,5 milhões de t. A já citada exigência de liquidação dos **EGF** em 30/09 e, igualmente, em 15/10, acarretou retração dos preços, mas o reajustamento de 11% no varejo, determinado pela **Sunab**, tenderia a recuperar as cotações. Todavia, a acentuada diferença entre os preços mínimos oficiais e os preços de mercado persistia, pondo em dúvida se as recém-criadas normas de intervenção governamental no mercado, para a safra 1987/88, poderiam ser realmente postas em prática.

Em meados de outubro, a **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul** relatava que o plantio, bem atrasado, cobria uma área "insignificante". Outra importante enti-

QUADRO 15 – ARROZ – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 1979/80 A 1987/88[1] – (em mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Estoque inicial[2]	756	2.040	1.404	1.644	1.181	1.063	806	2.254	3.067
Produção	9.638	8.228	9.155	8.224	8.991	8.760	9.813	10.578	10.464
Importação	348	209	203	465	91	643	1.875	235	235
Oferta total	10.742	10.477	10.762	10.333	10.263	10.466	12.494	13.067	13.766
Consumo	8.700	9.000	9.100	9.150	9.200	9.660	10.240	10.000[1]	10.250
Excedente	2.042	1.477	1.662	1.183	1.063	806	2.254	3.067	3.516
Exportação	2	73	18	2	–	–	–	–	–
Estoque final	2.040	1.404	1.644	1.181	1.063	806	2.254	3.067	3.516

FONTE – CFP.
[1] Estimativa; [2] em 1º/3.

dade arrozeira, o **Irga**, também se manifestava, mas em relação aos custos de produção. Segundo o **Instituto**, seus cálculos, corrigidos para o mês de setembro, concluíam que os custos chegavam a Cz$ 573/50 kg, bem acima do estimado pelo governo.

Aproximando-se o fim do mês, a greve dos funcionários da **CFP** afetou o mercado, através do anunciado adiamento dos leilões programados. Em meados de outubro, apenas Cuiabá, Campo Grande e Porto Velho tiveram vendas regulares dos estoques oficiais, mas o mercado continuou bem abastecido. Cabe registrar a realização, em **São Paulo**, na **Bolsa de Cereais**, de um inusitado leilão **particular**, da **Cooperativa Agrícola de Uruguaiana**, com regras fora do usual: venderam-se 3 mil t, com 10% pagos à vista e o restante a pagar, até 30/11.

Em 12/11, o **IBGE** liberou suas estimativas inseridas no **Prognóstico da Produção Agrícola para 1988 no Centro-Sul e Rondônia.** Registrava reduções de área de 4,7% no **Sudeste**, 6,15% no **Centro-Oeste** e acréscimo de 0,25% na região **Sul** (no cômputo geral, uma diminuição de 3,6%). A transformação do preço mínimo oficial em preço máximo regional explica a alentada diminuição nos estados centrais (em **Minas Gerais**, a retração do plantio foi estimada em 6,43%).

A difícil situação do mercado levou as cooperativas gaúchas a pedirem ao governo que remanejasse as remissões dos **EGF** vencidos ou vincendos, de modo a haver pagamentos iguais nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Quase simultaneamente, a **Fearroz** manifestou preocupação quanto ao fato de a crescente preferência pelo arroz **agulhinha** estar provocando maiores saídas de arroz em casca para beneficiamento em outros estados, privando o **Rio Grande do Sul** de vendas de produto com maior valor agregado. Outrossim, o **Sindicato das Indústrias do Estado** promoveu o **I Seminário Gaúcho da Comercialização do Arroz** para discutir a problemática da comercialização (há 1.200 marcas, conforme divulgado no **Seminário**) que prejudica as centenas de engenhos e cooperativas lá instaladas.

A ida a **Brasília** de lideranças da atividade não demoveu o governo de sua intenção de cumprir os prazos de liquidação dos **EGF**. Os preços do mercado, a princípio estabilizados, com a liberação em fins de novembro, subiram. O último leilão do ano apresentou pouco interesse, registrando a **CFP** a venda de 41% do que ofertou.

As dúvidas e ansiedades quanto à próxima comercialização não foram respondidas até o fim do ano, o que fez com que todos os agentes econômicos envolvidos na atividade persistissem em suas reivindicações, esperando novas medidas **saneadoras** do mercado, no início de 1988.



QUADRO 16 – ARROZ[1] – PREÇOS RECEBIDOS[2] PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS – 1987 – Cz$/kg

UF	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
RS	11,79	10,29	9,83	8,74	7,49	7,28	7,96	8,05	8,23	8,73	8,37
GO	12,16	10,53	9,34	8,10	7,06	6,70	7,06	7,62	7,88	8,41	8,44
MA	12,02	11,38	9,93	8,04	6,14	5,24	5,24	6,01	6,78	7,67	8,79

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
[1] Em casca;
[2] corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1987.

AVEIA – Condições climáticas favorecem a lavoura.

A área colhida voltou a crescer em 1987, atingindo 147 mil ha e mantendo a tendência de aumento verificada ao longo da década; em que se excetua o ano de 1986, quando as dificuldades na comercialização da safra anterior, somadas ao êxito da colheita do trigo, desestimularam seu plantio. O incremento no plantio, em 1987, deveu-se ao ganho de área em relação ao trigo, cuja política agrícola esteve desfavorável e ao bom desempenho econômico da aveia, na safra anterior. Convém notar que, devido à grande gama de variedades cultivadas, nem todos os produtores tiveram remuneração compatível com seus custos. Contudo, numa análise global da cultura, verificou-se um bom desempenho.

As condições climáticas foram favoráveis ao cultivo da aveia. O clima frio e seco, predominante durante a fase de desenvolvimento da lavoura, possibilitou a colheita, nos meses de novembro e dezembro, de grãos de boa qualidade, tanto para a alimentação humana quanto para o arraçoamento. O rendimento físico médio foi de 1.236 kg/ha. A produção foi de 181 mil t.

A comercialização transcorreu normalmente. No **Rio Grande do Sul** (principal estado produtor, com 56% do total do país), iniciou-se em novembro e deverá findar em março; o preço médio recebido pelo produtor foi, em novembro, de Cz$ 6,20/kg. No **Paraná** (estado que detém 26% da produção), as vendas iniciaram-se em dezembro. Lá, cerca de 50% da produção destinam-se à alimentação humana. Os grãos são armazenados pelas cooperativas e estão sendo vendidos gradualmente às indústrias alimentícias. Tais vendas findarão apenas na entrada da próxima safra. O preço recebido médio pelo produtor foi de Cz$ 9,33/kg, em dezembro. O preço superior do grão no **Paraná**, em relação ao **Rio Grande do Sul**, deve-se à diferença de qualidade e ao destino dos grãos.

No **Rio Grande do Sul**, estão-se desenvolvendo estudos de novas variedades e formas de cultivo, para também poder atender à alimentação humana. Entretanto, o custo de produção tem sido alto, em relação aos preços de garantia do governo. Convém notar que o preço mínimo de Cz$ 5,93/kg[1] em novembro, com reajuste até dezembro, está longe de atender à implantação de uma lavoura que corresponda às exigências do mercado brasileiro, não podendo servir como estímulo.

No ano de 1987, foram autorizadas, até novembro, importações de 15.982 t de aveia, ao custo de US$ 2,316 milhões-**Fob.**

CAFÉ – Safra recorde e preços declinantes. Cláusulas econômicas do Acordo Internacional **sustentam, a partir de setembro, cotações mundiais.**

A produção brasileira de café beneficiado, de 35,2 milhões de sacas de 60 kg, aumentou 155% em relação à obtida no ano anterior, que atingiu 13,8 milhões de sacas, de acordo com a mais recente avaliação da safra de 1986. A prolongada estiagem ocorrida em 1985 foi a responsável pela pequena produção no ano seguinte (ver Quadro 17).

A safra de 1987, de qualquer forma, foi significativamente elevada, só tendo sido ultrapassada, desde 1939, pelas de 1959 (44,1 milhões de sacas de 60 kg), 1965 (37 milhões de sacas) e 1981 (35,4 milhões de sacas).

Em decorrência do estímulo dos elevados preços no final de 1985, foram plantados, nos meses seguintes, 400 milhões de cafeeiros. Em fins de 1986 havia 3,9 bilhões de pés de café, dos quais 600 milhões ainda novos e sem produção, de acordo com informações do **IBC**. O surto do plantio ocorreu principalmente nas novas fronteiras da cafeicultura em **Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás** e **Rondônia**. Em **São Paulo** e **Paraná**, estados produtores tradicionais, houve intensa renovação do plantio.

De acordo com o **IBC**, os cafeeiros estão distribuídos da seguinte forma, por estado: **Minas Gerais** conta com 1,6 bilhão de pés (41%), **São Paulo** possui 760 milhões (19%), segue-se o **Espírito Santo**, com 640 milhões (16%), o **Paraná** com 500 milhões (13%), a **Bahia** com 160 milhões (4%) e outros estados pequenos produtores como **Rondônia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco** e **Ceará**. Juntos, estes últimos alcançam 290 milhões (7%).

Em 1987, ao contrário do que ocorreu em 1986, devido aos reduzidos preços de venda frente aos crescentes custos de produção, o plantio foi desacelerado desde o início do ano. Os preços recebidos pelos cafeicultores, na média nacional, foram 55% menores do que em 1986 (período janeiro-novembro) em termos reais (ver Quadro 18). O preço de garantia do **IBC**, para o café tipo 6, por exemplo, aumentou 13,2% entre agosto de 1986 e julho de 1987 (passou de Cz$ 2.650,00 para Cz$ 3.000,00, a saca de 60 kg) mas a inflação, medida pelo **IGP-DI**, atingiu 250% neste período.

QUADRO 17 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO (em milhões de sacas de 60 kg)

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO (%)
1980	16,4	–
1981	35,4	116
1982	16,2	–54
1983	30,4	88
1984	21,8	–28
1985	32,6	49
1986	13,8	–58
1987	35,2	155

FONTE – IBC.
OBS.: As produções médias nas décadas de 50, 60 e 70 foram de: 14,1 milhões, 20,4 milhões e 24,8 milhões de sacas de 60 kg, respectivamente.

A partir de julho, no intuito de tentar remunerar melhor o cafeicul-

1 A aveia classe branca, grupo 2, tipo 2 a granel.

QUADRO 18 – BRASIL – PREÇOS MÉDIOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE CAFÉ – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1986 E 1987 – (Cz$/kg)

MÊS	1986	1987	VARIAÇÃO %
Janeiro	125,01	71,78	-42
Fevereiro	119,15	58,29	-49
Março	121,61	47,15	-39
Abril	116,12	38,73	-67
Maio	115,05	35,30	-69
Junho	109,32	26,85	-25
Julho	105,36	24,03	-77
Agosto	111,31	23,30	-79
Setembro	115,75	22,68	-80
Outubro	111,13	23,14	-79
Novembro	103,51	21,93	-79

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para novembro de 1987.

tor, o governo estabeleceu que os preços mínimos seriam corrigidos mensalmente pela variação da **OTN** e sobre esses novos preços seriam feitos três acréscimos de 3% cada, em 1º/10/87, 1º/01/88 e 1º/04/88 (ver Quadro 19). Posteriormente, o **IBC** decidiu antecipar o último acréscimo para o mês de janeiro, concedendo 6% do aumento de uma só vez.

Dentro do **Plano de Safra 1987/88,** do **IBC,** foram lançados os programas de apoio à lavoura cafeeira, compreendendo o custeio de cafezais atingidos por nematóides, a atualização do cadastro de produtores e o desenvolvimento e difusão de tecnologia.

O custeio de cafezais consiste em dar prosseguimento à linha de crédito destinada a custear as operações de tratos culturais e despesas com insumos, dentro da sistemática e normas atuais do crédito rural.

Os **Valores Básicos de Custeio (VBC)** por hectare foram fixados em Cz$ 15.700, Cz$ 20.900 e Cz$ 28.000, para níveis de produtividade de até trinta sacas de café em coco por hectare, de trinta a sessenta sacas e de mais de sessenta sacas, respectivamente. Esses valores deverão ser corrigidos pela **OTN,** à semelhança dos demais produtos agrícolas.

Em complementação aos tratos culturais, foi prevista a continuidade, em 1987/88, dos créditos, com assistência técnica do **IBC,** destinados a instalações e equipamentos, incluindo-se: terreiros, lavadores, secadores, despolpadores, tulhas e descascadores. Os recursos advirão do **Sistema Nacional de Crédito Rural.**

Quanto às lavouras atingidas por nematóides, normalmente cafeeiros velhos implantados sobre solos de arenito no **Paraná** e em **São Paulo,** foi sugerida a erradicação e replantio gradual com cafeeiros mais resistentes.

A atualização do cadastro dos produtores feito em 1980/81 e que serve de base para as avaliações das safras, foi citada no **Plano de Safra** como necessária, da mesma forma que a retomada dos programas de desenvolvimento e difusão de tecnologia, uma vez que a cafeicultura tem-se instalado em algumas regiões de solos mais pobres e quimicamente desequilibrados.

A redução dos preços, observada no mercado interno, decorreu da queda das cotações internacionais. Tomando-se o **indicativo composto** da **OIC,** que reflete a média dos preços internacionais dos cafés de todas as origens, verifica-se a desvalorização de aproximadamente 24% nos preços deste ano em relação à média dos últimos doze anos (ver Quadro 20). No caso do café brasileiro, a diminuição chega a aproximadamente 40%.

Os baixos preços atuais refletem a grande produção mundial de 101,2

QUADRO 19 – CAFÉ – PREÇO DE GARANTIA DO IBC – AGOSTO A DEZEMBRO DE 1987 – (Cz$/60 kg)

MÊS	ARÁBICA		ROBUSTA/CONILLON
	Tipo 6 p/melhor	Tipo 7 p/melhor	Tipo 7 p/melhor
Agosto	3.091,50	2.782,35	2.473,20
Setembro	3.288,12	2.959,31	2.630,50
Outubro	3.579,13	3.221,22	2.863,31
Novembro	3.907,70	3.516,93	3.126,16
Dezembro	4.409,45	3.968,50	3.527,56

FONTE – IBC.

QUADRO 20 – CAFÉ – INDICATIVO MÉDIO DA OIC – 1975-87 (USc/libra-peso)

ANO	COLOMBIANO	OUTROS SUAVES	BRASILEIRO E OUTROS ARÁBICAS	ROBUSTA	COMPOSTO 1976
1975	81,31	65,41	82,57	61,05	63,23
1976	152,72	142,75	149,48	127,62	135,19
1977	240,21	234,67	308,04	223,76	229,21
1978	185,20	162,82	165,29	147,48	155,15
1979	183,41	173,53	178,47	165,47	169,50
1980	178,82	154,20	208,79	147,15	150,67
1981	145,33	128,09	179,85	102,87	115,48
1982	148,60	139,87	143,68	111,05	125,46
1983	141,61	131,69	142,75	124,12	127,91
1984	147,33	144,25	149,65	138,16	141,21
1985	155,07	145,56	151,76	121,24	133,47
1986	220,04	192,74	231,19	147,83	170,28
1987[1]	123,46	111,12	105,39	102,18	107,95

FONTE – Complete Coffee Coverage.
[1] Dados até novembro.

milhões de sacas de 60 kg no ano cafeeiro 1987/88, que foi a maior já obtida desde, pelo menos, o ano de 1960 (ver Quadro 21). No meio exportador brasileiro, estima-se em 76 milhões de sacas o consumo mundial anual.

A produção mundial, a partir de 1980, entrou em patamar superior ao que vigorava em décadas anteriores e, conseqüentemente, os preços tenderam a declinar. As cláusulas econômicas do **Acordo Internacional do Café (AIC)**, que regem o sistema de quotas e preços, foram reativadas no início desta década e têm mantido os preços em níveis considerados satisfatórios para os países produtores e consumidores. Tendo sido suspensas em 1986, devido aos altos preços do café, em decorrência da prolongada estiagem no Brasil, em 1985, retornaram em setembro de 1987 e conseguiram sustentar as cotações internacionais que já se situavam abaixo de um dólar por libra-peso.

O **Acordo**, que tem validade até setembro de 1989, estipulou para o ano cafeeiro 1987/88 a quota global de exportação, para os países-membros, em 58 milhões de sacas de café beneficiado. Ao **Brasil** coube a maior fatia, com o percentual de 30,48%, pouco abaixo do que o país havia pleiteado e a faixa de preços, como das outras vezes, foi fixada em US$ 1,20 e US$ 1,40 por libra-peso.

Já no início de outubro, os preços mantiveram-se durante quinze dias abaixo da faixa acordada, forçando um corte de 1,5 milhão de sacas na quota global, que passou para 56,5 milhões de sacas. Ao **Brasil**, coube pouco mais de 16 milhões de sacas para exportação, a serem distribuídas da seguinte forma: aproximadamente 3,7 milhões de sacas no período outubro-dezembro de 1987 e pouco mais de 4,1 milhões por trimestre, até setembro de 1988.

Diante da enorme produção interna, o governo brasileiro teve de disciplinar e conter as exportações dentro do limite estipulado ao país. As normas de divisão das quotas internas, adotadas pelo **IBC**, basearam-se no desempenho das exportadoras no período de 1º de abril de 1985 a 30 de setembro de 1987, nos estoques detidos pelos particulares e nos leilões na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, portanto, 65% advirão da capacidade de exportação de cada empresa, 25% dos estoques apresentados e 10% poderão ser conseguidos em leilão.

Dada a avantajada diferença entre a produção brasileira, este ano e a exportação limitada, o **IBC** passou a exigir a retenção de uma saca de café internamente para cada saca exportada. Desta maneira, o governo pretendeu evitar que a maior disponibilidade de café, no interior do país, aviltasse os preços dos cafeicultores.

As maiores críticas feitas às medidas governamentais relativas às exportações dizem respeito ao favorecimento dado aos grandes exportadores, detentores de recursos financeiros suficientes para manterem elevados estoques, por terem exportado grandes quantidades e poderem arrematar o café disponível na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**.

Em 1987 (dados até novembro) as exportações brasileiras de café aumentaram 85% em resposta à redução de 52% nos preços, por sinal os menores já registrados nos últimos quatro anos. A receita em dólar, em conseqüência, reduziu-se 10% (ver Quadro 22).

O consumo interno em 1987 foi estimado pelo setor privado em 6 milhões de sacas, não tendo apresentado, em relação ao ano anterior, alterações significativas.

QUADRO 21 – CAFÉ[1] – PRODUÇÃO MUNDIAL – 1980/81 A 1987/88 (em milhões de sacas de 60 kg)

ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO (%)
1980/81	86,2	–
1981/82	98,2	13,9
1982/83	82,1	–16,4
1983/84	88,7	8,0
1984/85	90,3	2,1
1985/86	95,5	5,8
1986/87	78,5	–17,8
1987/88	101,2	28,9

FONTE – Complete Coffee Coverage.
1 Beneficiado.
OBS.: As produções médias nas décadas de 60 e 70 foram de 67,6 milhões e 72,4 milhões de sacas de 60 kg, respectivamente.

QUADRO 22 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1984 A 1987

ANO	VALOR (US$ 1.000 Fob)	%	QUANTIDADE (t)	%	PREÇO MÉDIO (US$/t)	%
1984	2.596.146	–	17.708.864	–	146,60	–
1985	2.240.790	–14	16.272.415	–	137,70	– 6
1986	2.145.997	– 4	8.907.643	–45	240,92	75
1987	1.919.932	–10	16.462.335	85	116,63	–52

FONTE – IBC.

CEBOLA – Crise financeira compromete produtores e provoca prorrogação dos contratos de custeio.

A produção, em 1987, foi da ordem de 856 mil t, o que representou um acréscimo de 35% em relação à obtida no ano anterior. Este resultado deveu-se, sobretudo, aos expressivos aumentos de 76% e 55% verificados este ano, respectivamente, nas produções obtidas em **Santa Catarina** e no **Rio Grande do Sul** (ver Quadro 23), embora, devido ao excesso de chuvas e ao alto grau de umidade registrados na **Região Sul**, a quantidade de cebola canalizada para o mercado tenha sido muito inferior à inicialmente estimada.

No início do ano, em razão, tanto da grande disponibilidade, como da baixa qualidade do produto, os preços reduziram-se acentuadamente em todos os níveis de comercialização, conforme se pode constatar no Quadro 24. Logo em fins de fevereiro, porém, à medida em que a pressão de venda começou a diminuir e, além disso, o produto de qualidade comprometida foi sendo descartado, os preços praticados no mercado passaram a evoluir, a ponto de ultra-

QUADRO 23 – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CEBOLA 1986 E 1987

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1986	1987	%	1986	1987	%	1986	1987	%
São Paulo[1]	15.770	16.700	5,9	264.283	282.500	6,9	16.759	16.916	0,9
Santa Catarina	16.666	23.765	42,6	148.426	261.415	76,1	8.906	11.000	23,5
Rio Grande do Sul	17.223	19.600	13,8	107.645	167.272	55,4	6.250	8.534	36,5
Bahia[1]	4.380	3.717	–15,1	47.124	54.435	15,5	10.759	14.645	36,1
Pernambuco	3.614	4.281	18,5	42.032	48.141	14,5	11.630	11.245	–3,3
BRASIL[1]	63.399	75.381	18,9	635.251	856.024	34,8	10.020	11.356	13,3

FONTE – IBGE.
[1] Área plantada, produção e rendimento médio esperados, constantes da estimativa de novembro.

passar o limite de Cz$ 5,40/kg, fixado na tabela da **Sunab** (extinta em março).

Até maio, apesar do abastecimento vir transcorrendo sem problemas, a oferta não conseguiu provocar o arrefecimento das cotações, que continuaram em alta. Neste mês, além do produto do **Sul**, ingressaram também no mercado a safra **de soqueira** de **São Paulo** (colhida com atraso) e as primeiras partidas das variedades híbridas do Vale do São Francisco.

Apenas em junho, com o aumento das remessas da cebola **de soqueira** de **São Paulo**, e do produto nordestino, os preços começaram a baixar, chegando mesmo a despencar, notadamente a partir de meados de julho, quando o pique da safra do **Nordeste** (excepcionalmente entre julho e setembro) passou a coincidir com a comercialização das safras dos municípios paulistas de Monte Alto, São José do Rio Pardo e, posteriormente, de Mirandópolis. Este ano, devido ao atraso na liberação dos financiamentos destinados ao plantio na região do Médio São Francisco e, também ao fato de, na **Bahia** (mais especificamente no município de Xique-Xique) os produtores, em decorrência de perdas nas sementeiras e no transplante dos bulbos, terem sido obrigados a replantar, a safra desta região, que normalmente se concentra de maio a julho, acabou sendo colhida mais tarde.

Em razão do excesso de oferta, notadamente no período de meados de julho a outubro e, por outro lado, da retração da demanda (decorrente da queda do poder de compra dos salários, verificada em especial a partir do segundo semestre), os preços no mercado passaram a não cobrir sequer os custos de produção. Insatisfeitos com esta situação, produtores do **Nordeste** culparam o governo pelo atraso na liberação do crédito de custeio e pleitearam a compra do excedente pela **Cobal**. Diante da demora da **Cobal** em adquirir o produto desta região a um preço fixado em torno de Cz$ 4,40/kg, toneladas de cebola acabaram apodrecendo (principalmente nas plantações, já que o custo de colheita era superior ao preço de mercado) e estas perdas foram ainda maiores porque muitos produtores, na expectativa de compra pelo governo, deixaram de vender seu produto a intermediários.

Também por falta de preços compensadores, os produtores paulistas, que colhem neste período, acumularam vultosos prejuízos, ficando sem poder saldar suas dívidas bancárias. Para aliviar a pressão dos bancos, os produtores requereram e acabaram por conseguir a prorrogação por dois anos (com um de carência) dos contratos de financiamentos de custeio.

Ainda em novembro, quando o mercado passou a ser abastecido com maiores remessas da colheita de mudas do município de Piedade, **São Paulo**, e com o produto do **Paraná** já da safra seguinte, as cotações continuaram baixas, embora mais estáveis em relação às de outubro (ver Quadro 24). Objetivando provocar uma reação dos preços, produtores de Piedade passaram a reter o produto, além de promoverem campanhas para aumentar o consumo.

Somente em dezembro, em virtude da menor disponibilidade do produto paulista, cuja safra foi em parte prejudicada por problemas climáticos e, além disso, graças à redução prevista na colheita catarinense, começaram a melhorar as condições de comercialização. Note-se que, em

QUADRO 24 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] DA CEBOLA NO NÍVEL DO PRODUTOR E NOS MERCADOS ATACADISTA E VAREJISTA 1986-87 (Cz$/kg)

MÊS	PRODUTOR		ATACADISTA		VAREJISTA	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan	20,39	10,25	31,70	14,18	49,87	32,26
Fev	23,60	9,89	28,37	13,36	45,87	30,74
Mar	24,00	12,44	23,29	19,51	35,16	28,61
Abr	23,52	16,62	24,51	28,59	39,81	44,35
Mai	15,98	20,75	25,50	28,04	41,07	50,97
Jun	17,58	15,61	24,64	20,00	39,84	39,72
Jul	23,18	14,68	28,12	18,88	32,96	32,15
Ago	19,86	10,46	23,79	11,72	34,89	31,83
Set	20,09	4,61	21,04	8,86	32,67	22,71
Out	20,94	4,21	25,58	6,96	34,78	15,31
Nov	20,92	4,28	21,02	6,24	37,39	14,02
Dez	17,80	...	14,75	...	36,59	...

FONTE – FGV/Ibre/Cea, Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal, Minagri e IEA/SP.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI para novembro de 1987.

Santa Catarina, além das perdas provocadas por excesso de chuvas na época do transplante, muitas lavouras também foram prejudicadas pela estiagem, justamente na fase de formação de bulbos.

As perspectivas do **IBGE** para a próxima safra de cebola da **Região Centro-Sul** indicam acentuada redução da área plantada, significando que os produtores foram bastante desestimulados pelos baixos preços recebidos, notadamente no segundo semestre do ano.

CEVADA – Produção aumenta e consumo se reduz, ainda assim, indústria paga ao produtor mais do que o preço mínimo.

A área plantada com cevada, em 1987, manteve-se semelhante à da safra anterior (103 mil ha). A produção foi de 193 mil t (ver Quadro 25).

As boas condições climáticas e as melhores técnicas utilizadas no cultivo possibilitaram a obtenção de um bom rendimento físico (1.869 kg/ha), pelo terceiro ano consecutivo. O trabalho de pesquisa promovido pelas maltarias, indústrias cervejeiras, **Embrapa**, e outras entidades de pesquisa nacionais e estrangeiras, no **Sul** do país, visando à utilização de melhores cultivares, mais adequados à região, bem como dos herbicidas e adubos ideais à lavoura, além da verificação da melhor época para o plantio, têm possibilitado melhor desempenho.

Na atual safra, a área plantada decresceu no **Rio Grande do Sul** e em **Santa Catarina**, devido aos problemas ocorridos na comercialização, na safra anterior. Em 1986, a cultura apresentou rendimento físico superior ao inicialmente esperado e alguns produtores e cooperativas plantaram-na com sementes próprias, sem avisar a tempo as indústrias, levando a uma colheita superior à esperada. Para que tal fato não se repetisse, as indústrias cervejeiras, naqueles estados, exerceram maior controle sobre o plantio da atual safra. No **Rio Grande do Sul**, as condições climáticas favoráveis possibilitaram um bom desempenho da lavoura e a qualidade do grão obtido foi excelente para as cervejarias.

No **Paraná**, a área plantada cresceu 47% e atingiu 41 mil ha. A produtividade foi boa e a produção elevou-se 53%, alcançando 92 mil t. O maior fomento à cultura, por parte da **Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.** contribuiu para tal expansão. O plantio no estado iniciou-se na segunda quinzena de maio e terminou na primeira quinzena de julho, sem maiores inconvenientes, face às adequadas condições climáticas. Durante a fase de desenvolvimento da planta, o clima também foi benéfico, propiciando condições fitossanitárias favoráveis para a lavoura, resultando em colheita de grãos de qualidade.

Convém notar que, no final de 1986, a **Agromalte**, cuja capacidade de produção de malte é de 63 mil t, representando 33% da capacidade brasileira de malteação, passou a pertencer exclusivamente à **Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.**. Devido à importância da cultura para a região de Guarapuava, à possibilidade de acesso ao **EGF** dos agricultores que comercializam sua produção com a maltaria (o mesmo não ocorre para as demais maltarias que pertencem às indústrias cervejeiras) e ao déficit no suprimento de malte do país, que é superior à produção (ver Quadro 26), a **Agromalte** tem



planos de expandir sua capacidade de produção em 20%, e permanecer crescendo em 1990. Para atender a maior demanda por matéria-prima, deverá ser aumentada a produção de cevada, não só devido à maior extensão da área plantada mas, também, ao maior rendimento físico médio.

De um modo geral, o **VBC** autorizado pelo governo agradou aos produtores. Notou-se, entretanto, em alguns municípios, certa lentidão na liberação de recursos por parte dos bancos privados e pouca disponibilidade de crédito no **Banco do Brasil**. O **VBC** foi de Cz$ 4.802,00/ha para a faixa de produtividade entre 1.201 kg/ha e 1.600 kg/ha, Cz$ 6.728/ha para a faixa entre 1.601 kg/ha e 2.000 kg/ha e Cz$ 7.762/ha para a faixa com produtividade superior a 2.000 kg/ha.

O preço mínimo, fixado em maio de 1987, em Cz$ 5,14/kg, também foi favorável à cultura (ficou pouco acima do preço do trigo). Entretanto, as diversas mudanças ocorridas durante o ano, nas regras de reajuste, deixaram-no um pouco inferior ao do trigo, o que desagradou profundamente o produtor. No final de novembro, o preço mínimo foi equiparado ao do trigo, sendo fixado em Cz$ 10,42/kg para a cevada cervejeira, **tipo 2**, a granel, para novembro, com reajuste até dezembro de 1987 pela **OTN**. Convém notar que as indústrias pagam um pouco acima do preço mínimo ao produtor, mas baseiam-se nele para determinar seus preços.

QUADRO 25 – BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE CEVADA 1986-1987

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1986	1987	%	1986	1987	%	1986	1987	%
Paraná	27.600	40.670	47,4	60.000	92.000	53,3	2.174	2.262	4,1
Santa Catarina	26.018	19.229	–26,1	45.332	26.421	–41,7	1.742	1.374	–21,1
Rio Grande do Sul	49.317	43.568	–11,7	80.044	74.867	– 6,5	1.623	1.718	5,9
BRASIL	102.966	103.498	0,5	185.520	193.404	4,3	1.802	1.869	3,7

FONTE – IBGE.

QUADRO 26 – BRASIL – PRODUÇÃO, CONSUMO E DÉFICIT DE MALTE 1980-1987

ANO	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)	DÉFICIT (t)	DÉFICIT/ CONSUMO(%)
1980	116.000	317.700	201.700	63,49
1981	130.100	348.300	218.200	62,65
1982	170.000	353.000	183.000	51,84
1983	185.000	340.000	155.000	45,59
1984	185.000	331.000	146.000	44,10
1985	185.000	344.000	159.000	46,22
1986	185.000	424.000	239.000	56,37
1987	190.000	390.000	200.000	51,28

FONTE – CFP.

A colheita de cevada iniciou-se em outubro e a produção foi toda comercializada entre os meses de novembro e dezembro. A **Agromalte** adquiriu cerca de 60% da produção e a maltaria **Navegantes** cerca de 21%, limitando suas compras ao estado do **Rio Grande do Sul.** As demais maltarias compraram o restante. Na próxima safra, somente a **Navegantes** deverá necessitar de importações de cevada para sua operação.

Até novembro de 1987, foram autorizadas importações de 98 mil t de cevada, representando o dispêndio de US$ 991 mil-**Fob.** Para a próxima safra, esta quantidade deverá ser um pouco reduzida.

FEIJÃO – Importações de feijão-preto da Argentina e cobrança do ICM sobre gêneros alimentícios desagradam produtores rurais.

As safras de 1987,[1] em linhas gerais, deixaram de apresentar bom desempenho (ver Quadros 27 e 28). A primeira, das **águas,** ocupou área maior do que a de 1985/86 e, embora tenha produzido 25% mais, teve problemas vários, destacando-se a quebra da produção baiana, estimada em mais de 80%. Suas dificuldades começaram cedo. Em novembro de 1986, esperava-se o início da colheita dos feijões de **cores** de **São Paulo** e as ofertas da **Bahia** e de **Alagoas** no mercado paulista estavam-se encerrando. A manutenção da tabela no varejo (Cz$ 8,30/kg) era possibilitada pela existência no mercado de produto velho do **Paraná.** No final do mês, o atraso do plantio baiano causava inquietação e logo se percebeu que o abastecimento nordestino seria prejudicado.

O mercado se recuperou no início de dezembro, quando também a safra de **São Paulo** apresentou problemas, detectando-se grandes perdas, derivadas das chuvas, que paralisaram a colheita. A intensa precipitação afetou a qualidade, o que fez com que, no início do ano, os feijões **chuvados** paulista e paranaense fossem cotados a apenas Cz$ 300, sendo vendidos para o **Nordeste.** No **Paraná,** ocorreram, àquela ocasião, manifestações de desagrado dos agricultores quanto à política agrícola. O produto originário de **Santa Catarina,** colocado em **São Paulo,** valia, então, Cz$ 470/60 kg. Apesar de haver relativa abundância, a safra de Irecê, bastante atrasada (o plantio **normal** começa em outubro, concentra-se em novembro e termina em dezembro) acarretava pressão altista no mercado do **Centro-Sul.** A colheita baiana teve de ser adiada de janeiro para março, próximo ao início da semeadura das segundas safras de feijão e milho no nordeste da **Bahia,** que se dá em abril.

A safra da **seca,** no **Centro-Sul,** teve seu plantio iniciado em fevereiro, em uma situação difícil: deveria produzir mais de 1,5 milhão de t (o equivalente à safra de 1986, cujo plantio fora influenciado pela euforia do **Plano de Estabilização**), para regularizar o abastecimento, mas o preço mínimo estava defasado em relação aos custos de produção (a **Federação da Agricultura do Estado do Paraná** calculou-os em Cz$ 404,28 e o preço mínimo era de Cz$ 318,60) e o **VBC** e a taxa de juros não estavam definidos. Foram aprovados, em 13/2, pelo **Ministro da Fazenda, ad referendum** do **Conselho Monetário Nacional,** com 100% de financiamento, independentemente da classificação do produtor.

Outro fator de apreensão era a ausência de estoques para a garantia

QUADRO 27 – FEIJÃO – PRODUÇÃO DAS SAFRAS DAS ÁGUAS 1985/86 E 1986/87

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
PR	561.746	696.399	185.000	376.000	329	540
SC	197.666	271.000	77.140	189.700	390	700
SP	182.255	200.768	66.230	107.617	363	536
RS	141.472	172.405	30.633	99.305	217	576
MG	247.932	234.895	111.461	96.215	450	410
CE	492.967	327.744	109.258	43.132	222	132
PI	316.361	261.007	75.107	43.088	237	165
BA	385.057	415.619	226.414	31.258	588	75
ES	47.713	39.874	23.228	18.874	487	473
MA	42.265	41.094	17.287	15.399	382	375
RN	209.335	166.519	68.216	11.601	326	70
MS	7.904	13.628	3.254	8.328	412	611
MT	16.560	13.437	6.990	4.742	422	353
RJ	7.443	5.577	3.968	3.571	680	640
GO	5.940	6.520	2.320	3.260	391	500
DF	272	512	163	302	599	590
BRASIL	2.865.888	2.687.018	1.006.669	1.051.828	351	367

FONTE – IBGE.

1 A safra das **águas** é cultivada em dezesseis unidades da Federação, plantada a partir de julho e colhida a partir de outubro/novembro. A safra da **seca** é plantada em vinte e seis unidades da Federação, entre janeiro e abril, sendo colhida até junho. A de inverno é plantada entre maio e julho.

QUADRO 28 – FEIJÃO – PRODUÇÃO DAS SAFRAS DA SECA DE 1986 E 1987[1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
SP[2]	255.141[2]	256.200	220.746	184.500	865	720
MG[2]	317.530	328.692	141.743	171.613	446	522
BA	251.477	315.018	96.567	118.447	384	376
GO	175.014	171.370	49.190	76.600	281	447
PE	318.877	262.487	103.336	53.281	324	203
RO	92.318	75.719	59.725	44.075	647	582
PB	333.572	333.007	107.030	42.795	321	129
SC	170.136	88.771	103.792	34.657	610	390
ES	39.769	44.820	25.501	34.084	641	760
MT	86.621	69.165	35.194	32.374	406	442
PR[2]	66.308	51.600	28.857	28.760	435	557
PA	50.240	45.205	28.100	27.247	559	603
MS	28.327	35.060	14.763	23.576	521	672
AL	167.767	80.451	79.951	20.106	477	268
MA	55.687	47.112	31.099	17.916	558	380
SE	84.365	44.147	31.721	17.615	376	399
RS	77.888	50.868	28.610	12.274	367	241
RJ	10.285	9.841	5.965	6.797	580	691
CE	8.380	10.655	5.640	6.205	673	582
PI	12.519	12.142	6.633	5.362	530	442
AC	9.305	8.882	4.652	4.577	500	515
RN	3.627	4.166	2.182	2.648	602	636
DF[2]	1.342	1.283	612	1.222	456	952
AM	1.012	828	764	568	755	686
RR	874	973	261	285	299	293
AP	320	103	175	48	547	466
Brasil	2.618.702	2.348.565	1.212.809	967.632	463	412

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de dezembro;
[2] inclui a terceira safra.

do mercado e, com os preços em alta, passou-se a contar com o iminente fim da tabela (então em Cz$ 9,60/kg no varejo), que provocava sonegação de **ICM.**

Segundo a **CFP**, no **Nordeste**, durante algumas semanas, só se encontrava feijão na periferia dos grandes centros, a preços acima da tabela. Propôs-se, então, que se **liberasse** o mercado, para estimular a segunda safra. Houve, contudo, paralisação das atividades dos atacadistas que lidam com arroz e feijão, na cidade de São Paulo, em protesto contra a **Portaria 024**, da **Sunab.** Segundo a **Portaria**, a venda aos varejistas teria prazo de pagamento de trinta dias, com base em custo financeiro de 5% ou, no caso de vendas à vista, ocorreria o desconto do custo financeiro a juros de mercado.

A partir de março, com a adoção do **IPP**, o preço mínimo passou a Cz$ 429,60/60 kg, sendo corrigido até junho. Também a título de incentivo, a **CFP** pensou em manter as atualizações mensais do preço mínimo até setembro. Seria uma das medidas de um **programa emergencial**, para a produção de 200 mil t irrigadas, com vistas a impedir as importações, que pareciam indispensáveis, no segundo semestre. Não era conhecida, porém a extensão efetiva dos projetos de irrigação a serem empregados na implantação das lavouras irrigadas de feijão. Segundo a **Codevasf**, poderiam ser utilizados vinte e cinco perímetros de irrigação oficial (todos no **Nordeste**) e dezoito projetos particulares (em **Minas Gerais, São Paulo** e **Goiás**). O rendimento físico nas condições de irrigação pode chegar a 1.500 kg/ha, ou mais, bem acima da média brasileira. O financiamento de custeio a taxas favorecidas também foi cogitado e, a seguir, criou-se uma linha de crédito suplementar, de Cz$ 120 milhões, para apoio aos agricultores que plantassem feijão.

O novo preço mínimo para ser **viabilizado**, ou seja, para que permitisse a existência de margens de comercialização razoáveis entre os agentes envolvidos, necessitaria que o varejo de **São Paulo** pagasse cerca de Cz$ 4/kg acima da tabela e, o do **Rio de Janeiro**, que trabalhava com preço tabelado de Cz$ 8 kg, mais Cz$ 5,55/kg.

Também em março, ocorreu a tão esperada **liberação** do mercado, iniciando um movimento altista imediato. Antes da liberação, a **Sunab** havia autorizado um aumento de 35%, em média, para os feijões (o **carioquinha** passaria de Cz$ 9,60/kg para Cz$ 12,96/kg, o **preto comum**, de Cz$ 8/kg para Cz$ 10,80/kg e o **uberabinha tipo 1**, de Cz$ 13,20/kg, para Cz$ 17,82/kg) que foi suspenso rapidamente. A **liberdade** do mercado foi, no entanto, uma medida tardia para estimular a safra da **seca**, tradicionalmente cultivada em janeiro e fevereiro e colhida a partir de abril.

O processo altista então desencadeado não dava sinais de arrefecimento. O **carioca** passou dos Cz$ 460/60 kg no atacado de **São Paulo**, na média de fevereiro, para Cz$ 675/60 kg na média de março. O **feijão-preto** no atacado do **Rio de Janeiro** evoluiu dos Cz$ 395/60 kg, para Cz$483,75, no mesmo período. Passou-se a contar com graves problemas no suprimento, em razão das dificuldades nas duas safras (ver Quadros 27 e 28), principalmente sob a influência da frustração da safra de Irecê.

Em abril, a ascensão das cotações continuou (Cz$ 980/60 kg do feijão **carioquinha**, no atacado paulista, na média mensal) e, na primeira semana do mês, fecharam-se negócios a Cz$ 1.100/60 kg. A idéia de que este processo se manteria por algum tempo fez com que houvesse muitas vendas do produto do **Nordeste** no **Centro-Sul**, provocando escassez naquela região (o **mulatinho** chegou a ser cotado a Cz$ 1.500/60 kg, no atacado de **Fortaleza**, onde o **macaçar** atingiu os Cz$ 800/60 kg). No fim do mês, começou a colheita da **seca** em **São Paulo** e no **Paraná**, mas fortes chuvas, no início de maio (também em **Santa Catarina**) trouxeram prejuízos às plantações, acarretando alta ainda maior dos preços, com o **carioca** alcançando os Cz$ 1.400/60 kg, em **São Paulo**).

No **Nordeste**, contudo, a situação do clima era oposta, com o retorno

QUADRO 29 – FEIJÃO – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES EM ESTADOS SELECIONADOS 1987 – Cz$/kg

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
PR	26,48	23,21	20,67	20,99	19,57	21,22	21,54	22,57	23,80	22,98	22,42
MG	33,76	27,97	25,13	23,68	26,69	24,17	28,97	26,88	26,58	26,43	27,72
BA	46,66	41,29	38,71	40,04	39,93	42,81	41,19	40,66	37,17	39,45	36,56

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
1 Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1987.

temido da estiagem. Prolongada seca no **Ceará, Pernambuco, Paraíba** e **Piauí** parecia inviabilizar de vez a semeadura da **segunda safra.** Em verdade, apenas em **Sergipe** e no norte da **Bahia,** parecia não haver maiores problemas.

A partir de 1º de maio, o preço mínimo do feijão foi reajustado em 11,6%, passando de Cz$ 456,60 para Cz$ 509,40. Nas zonas de produção de **São Paulo,** o **feijão-carioca** recém-colhido chegou a Cz$ 1.100/Cz$ 1.200/60 kg, no início do mês, nível que os produtores paranaenses conseguiriam no fim do mês.

Para incentivar o plantio no **Nordeste,** o governo atualizou o **VBC** para as lavouras irrigadas, estendendo para aquela região os mesmos valores estabelecidos para o **Centro-Sul.**

Na ocasião, aventava-se a possibilidade de importações em prazo curto e se temia pelo futuro plantio da safra das **águas,** efetuado a partir de julho. No **Paraná,** principal estado produtor daquela safra, considerava-se que ocorreria grande redução no plantio, caso prevalecessem as más condições de comercialização, destacadamente no caso do **feijão-preto.**

Em fins de maio, chuvas em **Santa Catarina, Paraná** e **São Paulo** prejudicaram a colheita, o que acarretou nova elevação dos preços. No **Nordeste,** porém, a seca prosseguia. Em **Alagoas,** por exemplo, devido à impossibilidade de se plantar, não houve reuniões das **Coreas** nos meses de março e abril (o período ideal para o feijoeiro concentra-se de meados de maio a meados de junho).

No início de junho, dados do **IEA** davam conta de um plantio maior do que o esperado na **safra de inverno** paulista, estimando-se que superaria em 17 mil ha o inicialmente previsto. O feijão obtido àquela época, em **São Paulo,** não era de boa qualidade, criando expectativa quanto ao ingresso no mercado da **safra irrigada** da região de Guaíra, no Oeste Paulista, que alcançaria melhor cotação.

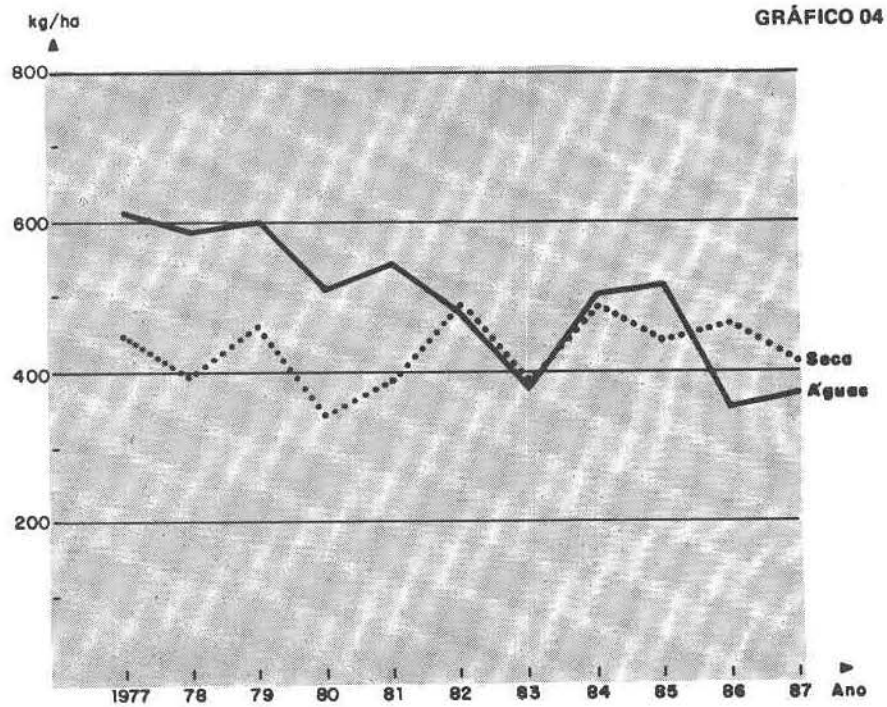
Os preços começaram a se estabilizar, em junho, com a entrada simultânea das safras de **Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais** e **Goiás.** A **CFP** estimava, então, que a estabilidade poderia durar até meados de julho, quando ocorreria o fim da safra daqueles estados.

Havia possibilidade de reação dos preços, mas adveio novo tabelamento, inserido no denominado **Plano Bresser,** sem que o governo tivesse estoques de **feijões-de-cores** (cujo consumo, de 1,9 milhão de t, segundo a **CFP,** havia caído 5%). Calculava-se um **déficit** na disponibilidade destas variedades equivalente a cerca de um mês de consumo. Aliás, a tabela para o **feijão-preto** nos estados da região **Sul** (Cz$ 15,50/kg) era completamente inadequada, pois, no **Rio de Janeiro,** principal mercado consumidor da variedade, o preço tabelado era de Cz$ 20/kg e se podia supor a ocorrência de maior demanda pelo produto, em razão do progressivo encarecimento relativo dos derivados do trigo. O **feijão-preto,** todavia, registrava **superávit** de quase 100 mil t.

O início do período das férias escolares trouxe redução sazonal do

BRASIL – RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DAS SAFRAS DAS ÁGUAS E DA SECA DE FEIJÃO – 1977-87[1] – (em kg/ha)

GRÁFICO 04



FONTE – IBGE.
1 Estimativa de dezembro.

consumo. Ainda se temia pelo abastecimento no segundo semestre, mas o mercado prosseguia bem abastecido, apesar da menor produção, levando a se supor que a oferta talvez tivesse se situado em nível mais elevado do que o imaginado.

Os preços recebidos pelos produtores permaneciam bons (ver Quadro 29) e a área plantada na **Bahia** tendia a ser maior do que se esperava. Havia expectativa quanto aos novos preços mínimos, que deveriam estimular o plantio, embora a seca atrapalhasse a semeadura baiana.

Em fins de julho, os supermercados dos estados do **Sul** pediam que fossem permitidas compras diretas dos estoques governamentais.

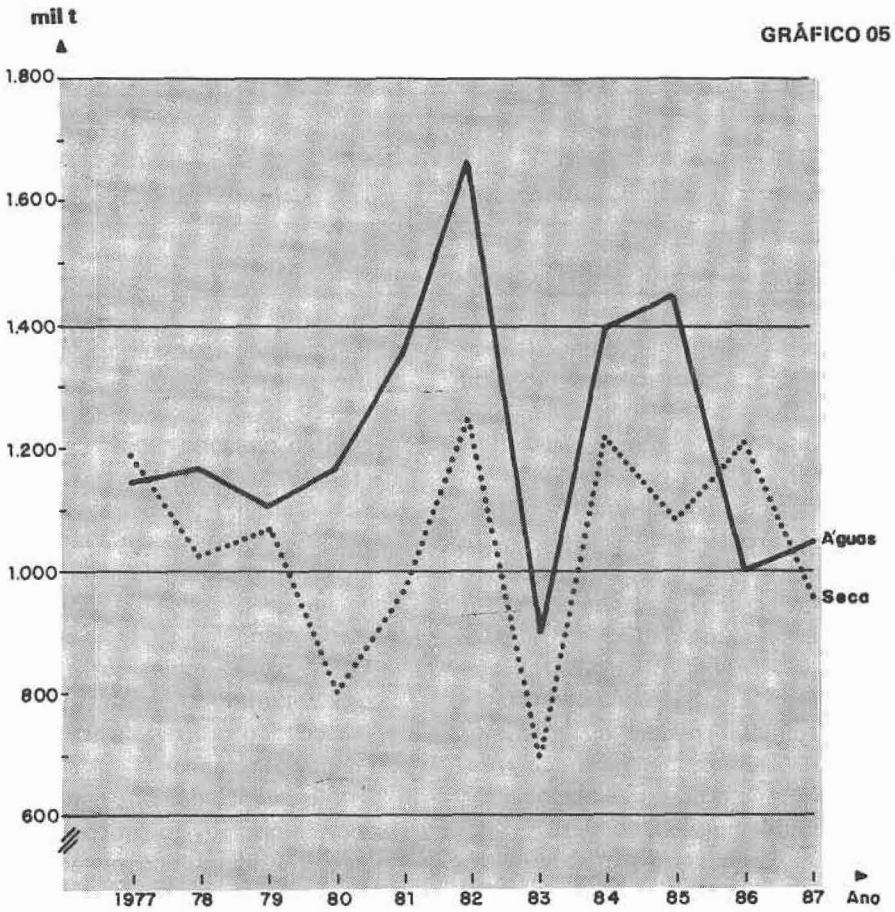
O mês de agosto começou com chuvas na região produtora da **Bahia**. Estas, porém, serviram ao milho, plantado um pouco mais tarde. Para o feijão, chegaram tardiamente. A produção baiana só era suficiente para vendas ao **Nordeste**, enquanto o **Centro-Sul** se abastecia com o produto originário das **lavouras irrigadas**.

No caso do **feijão-preto**, o recém-iniciado plantio da safra 1987/88 confirmava a tendência anteriormente delineada, de redução da área plantada. O **Departamento de Economia Rural**, da **Secretaria da Agricultura** do **Paraná** considerava, então, que a área plantada total da safra estadual de feijão tendia a repetir a extensão da safra das **águas** do ano anterior, apesar da frustração de três safras consecutivas. Em 1986/87, o **feijão-preto** (no **Paraná** predominam as variedades **Rio Negro** e **Tibagi**) correspondeu a 55% da safra mas, havendo disponibilidade de sementes, as variedades de **cores** superariam a área de cultivo do **preto**. Situação semelhante se verificava em **Santa Catarina**, que fora o segundo principal produtor, em 1986/87. No **Paraná**, o **Deral** considerou que o novo preço mínimo (Cz$ 1.050/60 kg, a vigorar em 1º de outubro) não chegou a entusiasmar os agricultores, embora não merecesse grandes críticas.

No **Rio Grande do Sul**, porém, o **VBC** calculado pela **Cotrijuí** era compatível com o apresentado pela **CFP**, apesar de o custo de produção apontado pela **Cooperativa** ser de

BRASIL – PRODUÇÃO DAS SAFRAS DAS ÁGUAS E DA SECA DE FEIJÃO – 1977-87[1]
(em mil t)

GRÁFICO 05



FONTE – IBGE.
1 Estimativa de dezembro.

Cz$ 1.327,25/60 kg. A **Emater-RS** verificou escassa disponibilidade de sementes fiscalizadas e identificadas no estado (25,5% das plantações gaúchas empregam estas sementes e insumos químicos).

O produto colocado em EGF não podia ser recuperado pelo agricultor pois a tabela não permitia a remissão do empréstimo, o que acarretava sua transformação em **AGF**. Em meados do mês, a **CFP** pôs em leilão 4 mil t e só não revendeu 28 t.

No final de agosto, finalmente, a tabela do varejo nos estados sulinos foi modificada, para facilitar a comercialização e o mês de setembro começou com a certeza de que o mercado não se defrontaria com problemas de abastecimento no segundo semestre. Afinal, a **terceira safra**, incentivada pelas cotações vigentes em abril e maio e pelo reajuste do **VBC** no período do plantio, produziu bem[2].



O mercado do **feijão-preto**, contudo, já com dificuldades pelas importações de 72 mil t em 1986 (a um custo de US$ 30 milhões) ainda seria afetado pelo cumprimento do acordo comercial assinado no começo do ano com a **Argentina**, que estabeleceu a importação de 40 mil t/ano de feijão daquele país. O governo autorizou a compra de 30 mil t de **feijão-preto** argentino, até 31/10, embora o **Ministério da Agricultura** tenha-se manifestado contra aquisições no

2 **São Paulo** produziu 84 mil t; **Minas Gerais**, 27,5 mil t; o **Paraná** 10,8 mil t e o **Distrito Federal**, 708 t.

exterior pela iniciativa privada (a **Seap** propusera importações de 100 mil t de **feijões-de-cores**) que, então, proviriam dos **EUA**, ou do **Chile**.

No início de setembro, a velha questão da cobrança do **ICM** sobre gêneros alimentícios foi retomada. Cerca de seiscentos agricultores da região de Sorocaba, **São Paulo**, participaram do **II Encontro Regional dos Produtores de Feijão**, propondo que se reduzisse a alíquota vigente, de 17% para 4,5%. Também se sugeriu que o **VBC** e o preço mínimo fossem regionalizados.

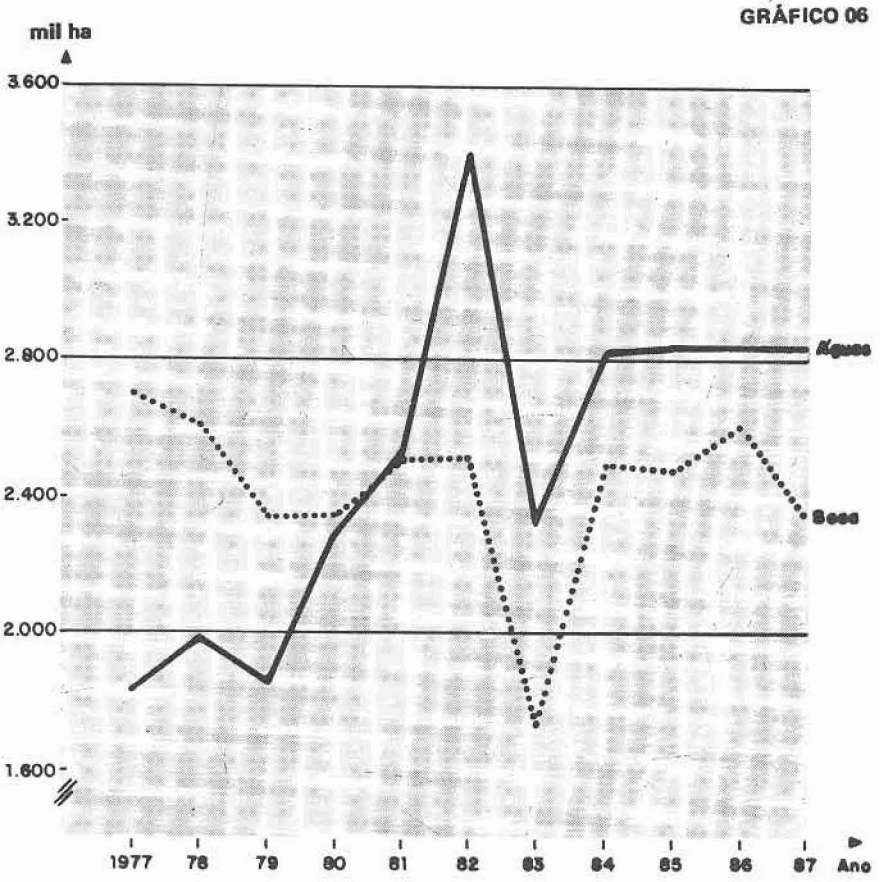
A colheita das **lavouras irrigadas** terminou no início de outubro e, apesar do consumo retraído, o **feijão-carioquinha**, no atacado de **São Paulo**, aumentou de Cz$ 1.650/60 kg, para Cz$ 1.800/60 kg. O **feijão-preto** passou a experimentar expectativa de alta, em razão de seu novo preço mínimo (Cz$ 1.180,20/60 kg).

A tabela não mais era cumprida, na prática. O preço mínimo, conforme a **CFP**, exigiria a cotação do feijão a Cz$ 38 por quilograma no varejo e, além de o **feijão-uberabinha** ter preço maior (Cz$ 25/kg), o que **transformou** outros feijões nesta variedade, havia algumas marcas liberadas. Só então, em **São Paulo**, principiaram vendas do produto paranaense, pois o feijão do interior do estado tinha sido suficiente para garantir o abastecimento até outubro.

Chegado novembro, os preços do **feijão-preto** ao produtor continuavam extremamente defasados em relação ao preço mínimo, situando-se em torno de Cz$ 780/60 kg, segundo o **IEA**. No varejo, o feijão de procedência argentina deprimia o mercado carioca. Os **feijões-de-cores**, no entanto, continuavam bem acima, alcançando Cz$ 1.440/60 kg, no nível do agricultor. Aliás, a colheita foi intensificada no **Paraná** e em **São Paulo** (Itaporanga) até ser estancada por fortes chuvas, durante alguns dias. Isto acarretou menor entrada do produto novo no principal mercado formador de preços, o paulista, e logo o **feijão-carioquinha** atingiu Cz$ 1.900/60 kg no atacado. O feijão paranaense tinha como destinação as praças nordestinas (só 5,5% da safra do **Paraná** tinham sido colhidos no início de novembro).

BRASIL – ÁREA COLHIDA DAS SAFRAS DAS ÁGUAS E DA SECA DE FEIJÃO – 1977-87[1] – (em mil ha)

GRÁFICO 06



FONTE – IBGE.

1 Estimativa de dezembro.

No **Rio de Janeiro**, o **feijão-preto** chegou a Cz$ 1.550/60 kg e a tabela caiu na terceira semana do mês. A princípio, não houve reação dos preços, mas logo subiram bastante no atacado, igualando – fato raro – as cotações do **feijão-de-cores** e permitindo prever bons negócios em 1988. Era preciso, porém, que se definissem as regras de comercialização, para que a **CFP** pudesse orientar as cooperativas e os agricultores quanto à utilização do **EGF**, para terem maiores recursos destinados à estocagem do **feijão-preto**. Mesmo assim, com um preço mínimo de Cz$ 1.288/60 kg, conseguiam-se Cz$ 1.500/60 kg no sul de **São Paulo** e no norte do **Paraná**.

Até meados de novembro, a microrregião de Irecê, que deveria ter iniciado seu plantio em outubro, ainda não o tinha feito, pois só houve chuvas em fins de novembro. Neste mês, o **IBGE** divulgou seu primeiro **Prognóstico da Produção Agrícola do Centro-Sul e Rondônia**, com base em informações coletadas em outubro. O **Prognóstico** apontava pequena redução na área plantada total (–0,6%). **São Paulo** destacou-se pela grande diminuição da área de plantio (–7,3%) e o **Paraná** praticamente teria seu cultivo estabilizado (+ 0,5%).

Em dezembro, a melhora das condições climáticas no **Paraná** e em **São Paulo** trouxe maior oferta e, apesar de prosseguirem as vendas para o **Nordeste**, os preços no mercado paulista recuaram um pouco; situando-se no máximo de Cz$ 1.800/60 kg. No **Rio de Janeiro**, o **feijão-preto** argentino começou a escassear e se viu que o abastecimento em 1988 seria realmente problemático.

Na região de Irecê, as chuvas continuaram mas, em razão do atraso no plantio, a colheita só deverá começar em abril de 1988. No **Centro-Sul**, a comercialização deu-se de forma bastante rápida e quem vendeu logo

fez, de fato, bons negócios. As dificuldades da economia brasileira, porém, impediram que se obtivessem bons rendimentos físicos (tradicional problema da atividade) já que as lavouras de feijão, normalmente pouco aquinhoadas com tratos culturais, desta vez receberam ainda menos insumos químicos e atenção.

Os dados do **IBGE** referentes ao mês de dezembro prevêem uma produção de 1,06 milhão de t para o **Centro-Sul**. Somando-se a este total a safra dos estados nordestinos participantes da safra das **águas**, pode-se prever que, mais uma vez, o abastecimento do ano necessitará da produção da safra da **seca**, mais instável do que a das **águas** (ver Gráficos 04 a 06) cujo plantio, contudo, deverá ser influenciado positivamente pela comercialização da safra das **águas**.

FUMO – Também os produtores de fumo enfrentam cotações baixas, apesar da modesta expansão da safra.

Em 1987, a produção de fumo em folha superou em 2,8% a obtida em 1986. Em relação à média dos cinco anos anteriores, houve um recuo de apenas 1,6% (ver Quadro 30). Os três maiores estados produtores foram o **Rio Grande do Sul, Paraná** e **Alagoas**, que responderam por 54,7% da colheita total do país. O **Rio Grande do Sul** destaca-se como o principal produtor, com 37%.

QUADRO 30 – BRASIL – PRODUÇÃO DE FUMO EM FOLHA – 1982-87 – (mil t)

ANO	QUANTIDADE (em mil t)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1982	420	–
1983	393	– 6,6
1984	414	5,3
1985	411	– 0,7
1986	387	– 5,6
1987	398	2,8

FONTE – IBGE.

QUADRO 31 – BRASIL – FUMO EM FOLHA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS AGRICULTORES – 1986 E 1987 – (Cz$/kg)

MÊS	1986	1987	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Jan	86,64	69,52	–19,8
Fev	81,80	65,77	–19,6
Mar	75,83	59,23	–21,9
Abr	76,45	47,83	–37,4
Mai	76,50	39,00	–49,0
Jun	74,09	30,97	–58,2
Jul	73,20	32,68	–55,4
Ago	73,47	30,34	–58,7
Set	70,94	28,26	–60,0
Out	69,98	25,51	–63,5
Nov	69,58	23,33	–66,5

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
1 Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1987.

Os fumicultores, em 1987, tiveram que conviver com preços inferiores aos que vigoraram em 1986. Na média dos onze meses, a redução chega a 46,4%, já descontada a inflação (ver Quadro 31).

No mercado externo, contrariamente, de acordo com dados da **Cacex** até agosto, o fumo foi vendido a preços 2,33% maiores do que no ano anterior, tendo passado de US$ 2.771,43/t para US$ 2.836,25/t, em média. A quantidade vendida no período baixou de 113,4 mil t para 104,5 mil t (7,86%), provocando a redução da receita de US$ 314,4 milhões, para US$ 296,5 milhões (–5,72%).

LARANJA – Contratos de participação são vantajosos em ano de alta nos preços internacionais.

Segundo o **IBGE**, a produção de laranja de 1986/87[1] foi de 73 bilhões de frutos, 10% superior à safra precedente. **São Paulo**, maior estado produtor, responsável por 82% da colheita, colheu 60,7 bilhões de frutos, resultado 13% superior ao de 1985/86.

Dos demais importantes estados produtores – **Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul** e **Bahia** – apenas o **Rio Grande do Sul** e **Minas Gerais** apresentaram incremento significativo em suas produções (ver Quadro 32). A atividade no **Rio de Janeiro** continua em seu antigo processo de decadência e, na **Bahia**, em virtude da seca, a redução dos níveis de produtividade foi além de 10%.

A safra paulista de 1987/88, cujo auge ocorreu entre setembro e outubro, foi inicialmente estimada em 260 milhões de caixas.

Contudo, entre agosto e outubro, a ação conjunta da estiagem, com variação brusca de temperatura (dias quentes e noites frias), provocou a queda dos frutos pequenos (denominados **chumbinhos**), ocasionando quebra de safra que varia, segundo indústrias e produtores, de 10% a 30% respectivamente, o que, em média, resultaria numa produção de cerca de 210 milhões de caixas.

Como as indústrias esperam produzir cerca de 750 mil t de suco de laranja (ver Quadro 33) para atender aos contratos já firmados com o exterior, será preciso utilizar todas as 210 milhões de caixas paulistas (supondo um rendimento industrial de 280 caixas[2], a 65º **brix**, para produzir 1 t de suco).

A comercialização da safra que ora está sendo processada (1987/88) deu-se de forma menos tumultuada do que no último ano. Em geral, o acordo entre produtores e indústrias ocorre durante o primeiro trimestre civil para o ano-safra que vai de julho do mesmo ano a junho do ano seguinte. Recorde-se que, no ano passado, a existência de elevados estoques de passagem de suco (cerca de 202 mil t) propiciou uma discussão mais demorada, levando à intervenção do governo, via **Cacex**, que fixou o preço da caixa em Cz$ 18, quando a maioria dos produtores (cerca de 80%) já havia contratado a Cz$ 14/caixa (contra os Cz$ 45/caixa pleiteados).

O aumento das exportações e do consumo interno em 1986, e o prejuízo causado à produção pela prolongada estiagem, no início daquele ano, prejudicaram o total destinado

1 1º de julho a 30 de junho;

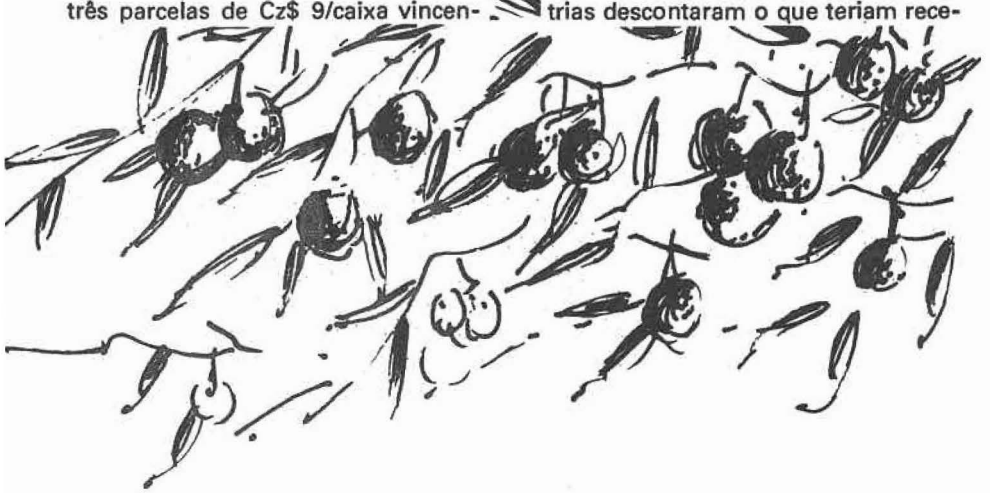
2 De 40,8 kg (90 libras-pesos).

QUADRO 32 - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA LARANJA-SAFRAS 1985/86 E 1986/87

ESTADO	1985/86	1986/87
Sergipe		
Área (ha)	28.997	29.462
Produção (mil frutos)	3.116.047	3.148.427
Rendimento (frutos/ha)	107.461	106.864
Bahia		
Área (ha)	6.540	16.540
Produção (mil frutos)	1.290.120	1.157.800
Rendimento (frutos/ha)	78.000	70.000
Minas Gerais		
Área (ha)	31.890	31.866
Produção (mil frutos)	1.949.063	2.110.502
Rendimento (frutos/ha)	61.118	66.231
Rio de Janeiro		
Área (ha)	36.071	32.574
Produção (mil frutos)	2.299.339	2.033.732
Rendimento (frutos/ha)	63.745	62.434
São Paulo		
Área (ha)	541.855	563.487
Produção (mil frutos)	53.707.066	60.728.648
Rendimento (frutos/ha)	99.117	107.773
Rio Grande do Sul		
Área (ha)	21.068	21.454
Produção (mil frutos)	1.736.660	1.917.822
Rendimento (frutos/ha)	82.431	89.392
Outros Estados		
Área (ha)	30.805	29.383
Produção (mil frutos)	2.534.812	2.266.907
Rendimento (frutos/ha)	82.286	77.150
BRASIL		
Área (ha)	707.226	724.766
Produção (mil frutos)	66.633.107	73.363.833
Rendimento (frutos/ha)	94.218	101.224

FONTE - IBGE.

ao processamento do suco de laranja, acarretando redução acentuada nos estoques finais. Como, por outro lado, os citricultores encontravam-se em precária situação financeira, decorrente da comercialização da safra 1986/87, nada impediu que as negociações do atual ano-safra fossem rápidas e consensuais. Foi acordado, a princípio, um pagamento de Cz$ 39/caixa a título de antecipação, sendo Cz$ 12/caixa à vista e mais três parcelas de Cz$ 9/caixa vincendas em outubro de 1987, janeiro e abril de 1988. Este pagamento seria descontado, nominalmente, do preço final obtido pela média aritmética da cotação do suco de laranja na **Bolsa de Nova Iorque** durante um ano (1º de julho a 30 de junho) e transformado em cruzados pela média da cotação do dólar no mesmo período. Em meados do ano, face à necessidade de se estimar a safra para o pagamento da segunda parcela, as indústrias descontaram o que teriam recebido a mais em produção no ato do pagamento à vista, processo que irá persistir ao longo do pagamento das demais parcelas.



Nesse sentido, os produtores viram-se em situação de descapitalização, mormente frente à perspectiva de quebra de safra, levando-os a pleitear nova antecipação, o que foi aceito pelos próprios industriais quase que imediatamente. Estes também se encontram em posição vulnerável, haja vista os contratos já firmados com o mercado externo, os baixos estoques disponíveis e a perspectiva de menor produção.

Em setembro, a **Frutesp** iniciou a concessão, antecipando mais Cz$ 46/caixa, sendo Cz$ 10 de entrada (21/09/87) e mais quatro parcelas de Cz$ 9 para pagamento a cada dia 10 dos meses de novembro, dezembro, fevereiro e março. As demais indústrias seguiram o exemplo, pagando Cz$ 40 em duas parcelas (Cz$ 25/caixa em 15 de outubro e Cz$ 15/caixa em 15 de dezembro). O valor de cada liberação será reajustado pela **OTN** e o total descontado no pagamento final, em 30 de junho de 1988.

Ao se considerar o rendimento industrial de 280 caixas para a fabricação de 1 t de suco (conforme procedimento adotado pelo segmento industrial) e as despesas de comercialização (externas e internas) sobre a base (estipulada também pelas indústrias) de US$ 1.292/t, os produtores deverão receber cerca de US$ 2,5/caixa, o equivalente, no início de 1988, a Cz$ 200/caixa. De certo, este valor representa um aumento substancial frente aos Cz$ 14/caixa recebidos no ano passado, o que demonstra ser este tipo de contrato (contrato de participação) muito mais vantajoso em um ano de alta nos preços internacionais.

Dois pontos, entretanto, devem ser ressaltados:

1º) as despesas de comercialização foram fixadas tomando-se por base 100% do destino das exportações para a **Flórida**, a título, talvez, de simplificação. Sabe-se, contudo, que é diferente a partilha do mercado: cerca de 50% das exportações brasileiras vão para os **EUA**, 40% para a **CEE** e 10% para alguns outros países

QUADRO 33 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE LARANJA E SUCO CONCENTRADO DE LARANJA SAFRAS 1980/81 – 1987/88[1]

ANO-SAFRA	PRODUÇÃO DE LARANJA		EXPORTAÇÃO E CONSUMO IN NATURA SÃO PAULO	LARANJA PROCESSADA SÃO PAULO	PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA	
	SÃO PAULO	BRASIL			SÃO PAULO	BRASIL
	milhões de caixas[2]		milhões de caixas[2]	milhões de caixas[2]	mil t[3]	
1980/81	170	217	32	138	492	493
1981/82	180	228	25	155	597	602
1982/83	195	244	34	161	564	568
1983/84	200	245	35	165	610	621
1984/85	205	252	20	185	768	784
1985/86	239	287	19	220	860	875
1986/87	220	265	57	163	593	610
1987/88	210	–	–	210	750	765

cont.

ANO-SAFRA	EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA[4]		BRASIL	
	SÃO PAULO	BRASIL	CONSUMO APARENTE DE SUCO	ESTOQUE FINAL DE SUCO
	mil t[3]		mil t[3]	mil t[3]
1980/81	496	497	12	55
1981/82	589	594	13	50
1982/83	503	507	13	98
1983/84	660	671	13	35
1984/85	749	765	10	44
1985/86	687	702	15	202
1986/87	714	731	20	61
1987/88	750	760	17	49

FONTE – IEA, Cacex, USDA.
1 Estimativa;
2 caixas de 40,8 kg (90 libras-peso);
3 a 65° Brix.
4 relativo ao ano-safra (julho-junho).

(Canadá e **Japão,** principalmente), o que reduz as despesas externas, pois não é sobre todo o suco que incide a taxa de equalização da **Flórida** (US$ 41/t).
As taxas alfandegárias também diminuem, mesmo considerando a sobretaxa de 19% sobre o valor **Fob,** mais frete marítimo, imposta pela **CEE.**

2º) ainda que o setor industrial desconte o que já antecipou em termos **reais** (e não só a segunda antecipação) seria mais vantajoso aos produtores receberem o preço final da caixa convertido em cruzados de junho de 1988 e, não, pela média do ano, mesmo que permaneça a tendência de evolução da **OTN** acima do dólar (situação que, entretanto, pode se inverter, devido ao impasse externo). Um simples exercício demonstra esta vantagem (ver Quadro 34).

Assim, comparativamente aos preços recebidos pelos produtores da **Flórida,** a defasagem ainda permanece elevada (ver Quadro 35). Também em relação ao preço médio de exportação, o preço recebido pelo produtor deverá situar-se em torno da média histórica (cerca de 55%). Estas considerações desmistificam, assim, as alegações de que 1987 foi um dos melhores anos para a citricultura brasileira.

No mercado internacional, a evolução espetacular dos preços foi resultada, sobretudo, do nível dos estoques mundiais de suco concentrado de laranja, (ver Quadro 36) e do aumento dos consumos norte-americano e europeu.

No caso dos **EUA,** mesmo com o aumento da produção de laranja naquele país, a partir da safra 1985/86, a oferta ainda é insuficiente para atender a demanda, que também se expandiu. Por outro lado, a desvalorização do dólar frente às moedas européias e ao iene possibilitou a ex-



QUADRO 34 – LARANJA – COMPARAÇÃO DO GANHO DO PRODUTOR BRASILEIRO, PELO DÓLAR MÉDIO E SEM CORREÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA (A) E PELO DÓLAR DO MÊS DE JUNHO DE 1988, COM A CORREÇÃO DA PRIMEIRA PARCELA (B)

MÊS	OTN (Cz$)	CÂMBIO[1] (Cz$/US$)	DISCRIMINAÇÃO	HIPÓTESE A	HIPÓTESE B
Jul/87	366,49	44,93	Preço-Nova Iorque (US¢/lb)	170	170
Ago/87	377,67	44,13	Preço (US$/t)	2.439	2.439
Set/87	401,69	39,86	Despesas (US$/t)	–1.292	–1.292
Out/87	424,51	53,40	Preço (US$/t)	1.147	1.147
Nov/87	463,48	56,46[PR]			
Dez/87	522,99	61,39[PR]	Rendimento		
Jan/88	596,94	76,75[PR]	Indústria (caixa/t)	: 280	: 280
Fev/88[P]	680,00	84,43			
Mar/88[P]	775,00	92,87	Preço (US$/caixa)	4,0	4,0
Abr/88[P]	884,00	102,16	Conversão		
Mai/88[P]	1.008,00	112,37	(Cz$/caixa)	302,00	494,00
Jun/88[P]	1.150,00	123,61	Antecipação		
			1ª	– 39,00	– 129,00
			2ª	– 100,00	– 100,00
			Preço Produtor (Cz$/caixa)	163,00	265,00

FONTE – Conjuntura Econômica (OTN e câmbio)
[1] **Venda.**
PR – Preliminar;
P – Previsão.
Obs.: Projetou-se a OTN crescendo a 14% ao mês, a partir de fevereiro de 1988, e a taxa de câmbio a 10% ao mês, a partir de janeiro de 1988.

pansão das importações dos países-membros da **Comunidade** e japonesas.

Em meados de outubro, a reavaliação das safras, tanto brasileira quanto norte-americana, para menos, sustentou as cotações em torno de US$ 160/lb, alcançando, já em dezembro, o valor de US$ 170/libra-peso (ver Gráfico 07).

Em virtude das constantes elevações das cotações na **Bolsa de Nova Iorque,** os preços de registro fixados pela **Cacex,** que sinalizam o patamar mínimo do preço de exportação, apresentaram também acentuada elevação. No período de um ano, estes preços se elevaram 67% (de US$ 980/t para US$ 1.645/t) beneficiando a receita de exportação, calculada em cerca de US$ 850 milhões, o maior nível depois do recorde de 1984. Em quantidade, o número obtido se assemelhou ao total vendido no ano anterior, cerca de 750 mil t (ver Quadro 38).

QUADRO 35 – SÃO PAULO E FLÓRIDA – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE LARANJA 1980/81 – 1986/87

ANO COMERCIAL	SÃO PAULO	FLÓRIDA
1980/81	1,65	3,72
1981/82	2,12	4,04
1982/83	1,27	4,28
1983/84	0,97	5,15
1984/85	2,10	4,96
1985/86	3,50	...
1986/87	1,15	...
1987/88[E]	2,50	...

FONTE – IEA e USDA.

QUADRO 36 – FLÓRIDA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – 1980/81 – 1986/87 (milhões de galões[1])

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO[2]	CONSUMO	ESTOQUE FINAL
1980/81	57,3	249,6	240,5	66,4
1981/82	69,0	214,9	230,5	53,4
1982/83	53,4	228,4	239,0	42,8
1983/84	42,8	239,9	228,3	54,4
1984/85	54,4	209,6	215,7	48,3
1985/86	48,3	215,1	226,7	36,7
1986/87	36,7	...	...	...

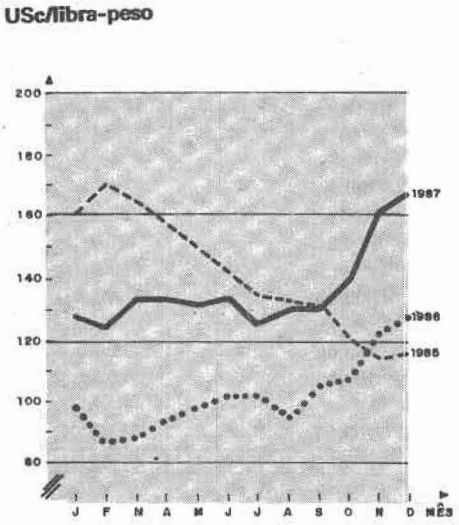
FONTE – Florida Citrus Processors Association.
[1] 1 t a 65º Brix = **344,8 galões a 42º** Brix;
[2] **inclui importações.**

Para que alcançasse a meta prevista, em t exportadas de suco, parte da safra que é normalmente destinada ao mercado interno para consumo **in natura** foi severamente sacrificada. Apesar das previsões de consumo sinalizarem para uma redução significativa da demanda frente ao atípico comportamento do ano passado, face à queda do poder de compra da população, a sua concentração no verão (dezembro a fevereiro) que coincide com o período de entressafra e, em especial, em um ano de excessivo calor, elevou a procura, forçando uma alta exagerada nos preços da laranja no atacado. A caixa de 29 kg, que estava sendo comercializada, no final de 1986, a Cz$ 76, subiu para Cz$ 600/caixa neste final de ano. Alguns feirantes estavam vendendo a dúzia a mais de Cz$ 150 no **Rio de Janeiro.** Como a maioria dos produtores já está com preços **fechados,** apenas alguns poucos, que não vendem às indústrias, deverão beneficiar-se deste aumento.

Não existem razões, entretanto, para se pensar que estes preços de-

SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – – COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS[1] NA BOLSA DE NOVA IORQUE – 1985-87 – (USc/libra-peso)[2]

GRÁFICO 07



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.

1 Primeiro futuro;

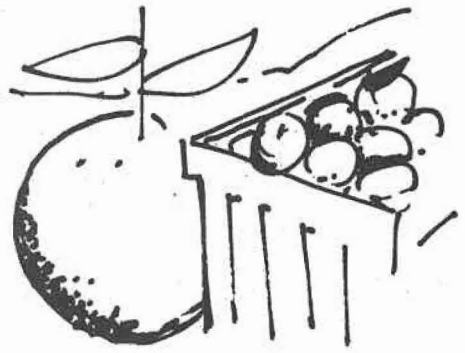
2 USc/libra de sólido solúvel.

vam subir mais ou permanecer neste patamar. Do lado da oferta, a safra **temporã** começa a ser colhida em fevereiro, elevando a disponibilidade da fruta. Paralelamente, o próprio preço e a persistente queda do poder de compra, por si só, levarão a uma redução da demanda. Ademais, ao se aproximar o período de comercialização da safra vindoura (1988/89), em março, normalmente os preços tendem a ceder pela própria pressão das indústrias.

A produção prevista para 1988/89 deverá, contudo, apresentar certa estabilidade.

É provável que o ganho de produção, advindo do aumento da flora dos pomares que entram em produção em 1988, seja comprometido com a perda de produtividade ocorrida em setembro/outubro de 1986. Como os estoques de passagem encontram-se em níveis irrisórios, o suprimento, tanto da fruta quanto do suco de laranja, deverá ser reduzido. Assim sendo e como, ao contrário do ano passado, os produtores encontram-se em situação menos vulnerável, o acordo de preços entre produtores e indústrias tem chances de ser mais bem negociado para a safra 1988/89, com vantagens para a produção rural.

Em nível internacional, os preços deverão permanecer firmes, pelo menos ao longo do primeiro semestre deste ano, em virtude, sobretudo, dos baixos estoques de passagem e das boas perspectivas de alargamento do mercado em direção, principalmente, ao **Oriente Médio,** e ao **Japão.** O aumento da renda **per capita** nestes países e o enfraquecimento do dólar frente às moedas européias e ao iene deverão constituir-se em bom indicador de procura pelo suco brasileiro.



Por outro lado, é muito provável que o principal comprador, os **EUA,** reduzam as importações face aos elevados preços e à facilidade de substituição do suco de laranja pelo suco de maçã. Além do mais, não ocorrendo geadas, a perspectiva da produção norte-americana é de se elevar além do que deverá se obter no atual ano-safra, 1987/88 (183,4 milhões de caixas), aumentando a disponibilidade interna da fruta e do suco (ver Quadro 39).

Desta forma, a partir do segundo semestre, as cotações do suco concentrado de laranja em **Nova Iorque** apresentam fortes indícios de retração.

Neste caso, as exportações brasileiras, no máximo, poderão repetir o desempenho do ano passado: oferta interna e demanda internacional sem grandes alterações e preços internacionais com tendência estável, em média.

QUADRO 37 – EUA – PRODUÇÃO DE LARANJA – 1985/86 A 1987/88[1] (em mil caixas[2])

ESTADO (DOS EUA)	1985/86	1986/87	1987/88
Flórida	119.200	119.700	130.000
Califórnia	53.900	58.500	49.000
Texas	310	875	1.350
Arizona	2.300	3.150	3.050
TOTAL	175.710	182.225	183.400

FONTE – Crop Production, NASS, USDA.

1 Estimativa;

2 Califórnia e Arizona **(1 caixa = 75 lbs);** Flórida **(1 caixa = 290 lbs);** Texas **(1 caixa = 85 lbs).**

QUADRO 38 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA 1983 – 1987

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ mil Fob)	PREÇO MÉDIO US$/t
1983	553.110	607.931	1.099,00
1984	904.805	1.414.500	1.563,00
1985	484.782	748.925	1.545,00
1986[1]	751.834	635.987	846,00
1986[2]	741.941	625.487	843,04
1987[2]	531.095	557.942	1.050,55

FONTE – Cacex.

1 Preliminar;

2 até setembro.

Obs.: Dados relativos ao ano civil.

QUADRO 39 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA POR REGIÃO DE DESTINO – 1980-86

ANO	CANADÁ		CEE		EUA		ISRAEL		JAPÃO		OUTROS		TOTAL	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%
1980	27.458	6,8	215.414	53,7	78.869	19,7	7.755	1,9	2.620	0,6	68.910	17,2	401.026	100,0
1981	23.983	3,7	292.050	45,7	259.569	40,6	12.152	1,9	4.642	0,7	46.750	7,03	639.146	100,0
1982	19.771	3,8	145.842	28,0	297.977	57,2	5.936	1,1	5.319	1,0	46.372	8,9	521.217	100,0
1983	31.864	5,8	204.076	36,9	256.207	46,3	10.266	1,8	4.444	0,8	46.253	8,4	553.110	100,0
1984	47.483	5,2	234.582	25,9	568.092	62,8	13.139	1,4	3.619	0,4	37.890	4,2	904.805	100,0
1985	21.935	4,5	137.775	28,4	286.557	59,1	5.385	1,1	12.519	2,6	20.621	4,2	484.782	100,0
1986	41.487	5,1	307.882	38,1	414.492	51,3	11.212	1,4	17.981	2,2	15.208	1,9	808.262	100,0

FONTE – Cacex.

MAMONA – Recuperação dos preços internacionais permite venda de estoques da CFP.

Em 1987, a produção, avaliada em 107 mil t, reduziu-se acentuadamente. Situou-se 59% abaixo do total colhido em 1986, registrando queda de 74%, quando comparada ao recorde alcançado em 1985. As baixas cotações externas do óleo de mamona, verificadas nos últimos dois anos, e seu reflexo nos preços internos das bagas (apesar da recuperação que começou a se processar já em meados do ano anterior), desestimularam mais uma vez os produtores, verificando-se um decréscimo da área plantada estimado em 42%, contrastando com a área colhida em 1986 (ver Quadro 40). Também o rendimento físico médio foi bastante prejudicado, notadamente na **Bahia** (principal estado produtor) em virtude da seca, podendo atingir apenas 406 kg/ha (572 kg/ha em 1986).

Visando induzir a recuperação das cotações externas do óleo, uma vez que o **Brasil**, quase sem concorrentes este ano, passou a liderar o mercado, a **Cacex**, em fevereiro, decidiu suspender os novos registros de exportação de óleo refinado, cujo preço mínimo tinha sido fixado, em dezembro de 1986, em US$ 635/t-**Fob**, até que as cotações alcançassem o nível de US$ 950/t-**Fob**. Com a adoção desta medida e, considerando-se que a **Índia**, maior produtor mundial e principal concorrente do **Brasil**, manteve-se praticamente afastada do mercado mundial, preferindo comercializar seu produto internamente, onde os preços praticados eram bem mais atrativos (as cotações indianas oscilavam entre US$ 900/t e US$ 1.000/t no princípio do ano e, entre US$ 1.200/t e US$ 1.300/t, já no início do segundo semestre) em março as cotações externas do óleo de mamona começaram a reagir à menor oferta. Note-se que, este ano, as transações externas da **Índia** limitaram-se apenas a cumprir o acordo bilateral com a **União Soviética**.

Diante da evolução das cotações do óleo no mercado externo que, já em julho, ao atingirem, em Roterdã, US$ 923/t-**Cif** (ver Quadro 41), chegaram bem próximas ao nível estabelecido pelo governo para dar início às negociações e, em setembro, até o superaram, a **CFP**, finalmente, em novembro, através da divulgação de uma licitação pública para a venda de 2 mil t de óleo, começou o processo de comercialização de parte das 28,6 mil t de óleo de seus estoques reguladores formados em anos anteriores, principalmente na safra 1984/85. Contudo, apenas na segunda metade de dezembro, foi realizado o primeiro leilão, tendo sido totalmente arrematadas 2 mil t, a preços bem superiores ao nível pré-estabelecido. Para evitar queda das cotações decorrentes de um excesso de produto no mercado, a **CFP** pretende montar, a partir de janeiro de 1988, um cronograma para a venda gradativa do restante dos seus estoques, de forma que, conforme a tendência das cotações nos mercados interno e externo, os próximos leilões possam ocorrer quinzenalmente.

Devido à suspensão dos novos registros de exportação logo em fevereiro de 1987, a quantidade de óleo

QUADRO 40 – MAMONA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E NO BRASIL 1986/1987[1]

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1986	1987	%	1986	1987	%	1986	1987	%
Bahia	324.022	178.098	–45,0	150.022	51.028	–66,0	463	287	–38,0
Paraná	20.636	14.300	–30,7	25.760	19.000	–26,2	1.248	1.329	6,5
São Paulo	15.266	17.942	17,5	16.629	24.788	49,1	1.089	1.382	26,9
BRASIL	457.085	263.341	–42,4	261.378	106.809	–59,1	572	406	–29,0

FONTE – IBGE.

1 Área plantada, produção e rendimentos médios esperados. Estimativa de novembro.

QUADRO 41 - ÓLEO DE MAMONA – COTAÇÕES INTERNACIONAIS 1986 E 1987 (US$/t Cif-Roterdã)

MÊS	1986	1987
Jan	721	710
Fev	675	703
Mar	633	733
Abr	623	764
Mai	633	774
Jun	646	855
Jul	680	923
Ago	708	916
Set	701	966
Out	699	985
Nov	703	985
Dez	725	

FONTE – Oil World.

refinado de mamona exportada pelo **Brasil**, entre janeiro e outubro, foi 14% menor do que a registrada em igual período do ano anterior, embora a receita cambial auferida tenha sido 12% superior (ver Quadro 42).

Também no mercado interno, refletindo a elevação das cotações externas e a escassez da matéria-prima resultante da quebra da safra atual e da anterior, os preços recebidos pelos produtores vêm aumentando significativamente desde o ano passado, ultrapassando em muito o preço mínimo oficial fixado em Cz$ 192,00/saca de 60 kg (sem correção mensal) para a safra 1986/87 da região **Centro-Sul**. Por exemplo, entre janeiro e novembro, os preços no nível do produtor evoluíram 477% na **Bahia**, 553% no **Paraná** e 472% em **São Paulo**. No mesmo período, a inflação medida pelo **IGP-DI** cresceu 397%.

As perspectivas para a próxima safra da região **Centro-Sul**, segundo o **Prognóstico da Produção Agrícola**, de novembro, do **IBGE**, indicaram acentuada redução da área plantada, notadamente no **Paraná**. Parece que nem a alta dos preços da mamona no mercado interno, nem a recuperação ou a expectativa de que as cotações externas do óleo continuem subindo no próximo ano, foram suficientes para estimular os produtores que, em razão das perdas acumuladas nas duas últimas safras (principalmente na de 1984/85, quando os preços de mercado ficaram muito abaixo do mínimo oficial), acabaram se voltando, em especial nesta região (onde é mais fácil a substituição), para outras culturas economicamente mais rentáveis. Apenas no **Nordeste**, ou mais especificamente na **Bahia**, onde, em virtude das condições climáticas, a cultura da mamona (geralmente consorciada com milho ou feijão) representa uma garantia contra os riscos da seca, os produtores, estimulados pelos altos preços que vêm sendo praticados no mercado, deverão, de acordo com informações da **Cepa**, expandir significativamente o plantio.



Os **Valores Básicos de Custeio** para a safra 1987/88 de mamona das regiões **Centro-Sul** e **Norte** (exceto **Pará** e **Território Federal de Roraima**), além do **Maranhão, Piauí** e parte da **Bahia**, corrigidos pela **OTN** de dezembro (1º/12/87), situaram-se, com relação à mamona de primeiro ano, em Cz$ 6.495,54/ha para faixas de produtividade de até 900 kg/ha e em Cz$ 12.159,52/ha para faixas acima de 1.900 kg/ha, com liberações em agosto de 1987, novembro de 1987 e março de 1988. Já as lavouras de segundo ano, com faixas de produtividade variando até 900 kg/ha e acima de 1.400 kg/ha, obtiveram valores médios de Cz$ 6.007,41/ha, também corrigidos pela **OTN** de dezembro.

QUADRO 42 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE ÓLEO REFINADO DE MAMONA JANEIRO A OUTUBRO – 1986-1987

VALOR (US$ mil-Fob)			QUANTIDADE (t)			PREÇO MÉDIO (US$/t-Fob)		
1986	1987	%	1986	1987	%	1986	1987	%
41.150	46.031	11,9	79.563	68.279	-14,2	517,20	674,16	30,3

FONTE – Cacex.

MILHO – Deterioração salarial reduz demanda por carnes e, conseqüentemente, por rações. Juros altos dificultam estocagem privada.

A produção em 1987 foi recorde, atingindo 26,8 milhões de t, em conseqüência da grande expansão de área plantada, que veio a reboque da euforia que caracterizou o ano de 1986.

O consumo, por sua vez, avançou menos do que a oferta, alcançando 25,1 milhões de t e ocasionando forte pressão baixista sobre os preços recebidos pelos agricultores. No pico da colheita, não raro pagava-se menos do que o preço mínimo (Cz$ 171,60/60 kg) nas principais zonas de produção.

Neste contexto, a **CFP** foi levada a formar grandes estoques que, em meados de junho, atingiam cerca de 4,5 milhões de t. Os elevados juros praticados no mercado financeiro desestimularam a estocagem por parte da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que a avicultura e a suinocultura, prejudicadas pela queda do consumo de carnes ditada pela má situação econômica, reviram seus planos de expansão.

À época do plantio da safra 1987/88, os agricultores mostravam-se dispostos a retornarem ao cultivo da soja, em detrimento do milho, tendo em vista a recuperação dos preços internacionais da oleaginosa e a experiência desfavorável que haviam tido na comercialização do cereal. Por este motivo, em setembro, a **CFP** voltou atrás em sua decisão de depreciar o preço de garantia do milho entre fevereiro e junho de 1988, substituindo-a pela concessão de ágio de 1,2% ao mês, de março a julho de 1988, ao mesmo tempo em que valorizava seu produto vendido em leilões durante a entressafra.

No que se refere ao **Nordeste**, a quebra de 72%, registrada na safra, acarretou a repetição dos problemas típicos do abastecimento local, comprometendo-se o governo a prover a oferta do cereal na região, desfalcada em quase 1,7 milhão de t. Mesmo assim, o quadro de oferta e demanda para o país como um todo, elaborado

pela **CFP**, registrou estoque final de quase 3 milhões de t.

Em novembro, o **IBGE** avaliou a área plantada na safra 1987/88 no **Centro-Sul** e **Rondônia** em 9,6 milhões de ha, 11% a menos do que a superfície de 1986/87, sendo que as maiores retrações ocorreram no **Paraná** (–24%) e **Rio Grande do Sul** (–11%).

Excetuando-se a ausência de chuvas em território gaúcho até o fim do ano, a nova safra evoluía, até então, sem maiores problemas na porção meridional do país.

SOJA – Consumo industrial cresce expressivamente. Política cambial sustenta preços internos.

A produção em 1987 situou-se em 16,9 milhões de t, o que representou a segunda melhor colheita já obtida no país, superada apenas pelas 18,3 milhões de t de 1985.

É importante relembrar que a safra começou a ser esboçada em meados de 1986, quando se traçaram as regras da política agrícola, na vigência do **Plano de Estabilização Econômica.** Àquela ocasião, o governo decidiu estimular as culturas de abastecimento interno, tendo como base o aumento do poder aquisitivo dos salários e, conseqüentemente, da demanda por alimentos.

A política agrícola, traçada em consonância com a hipótese de que o **Plano de Estabilização** seria duradouro, acarretou problemas consideráveis para a comercialização. Não houve lugar para armazenar a colheita porque ela cresceu, porque havia grandes estoques do ano anterior e porque industriais e intermediários compravam lentamente, tentando rebaixar ainda mais os preços.

No caso particular da soja, tal política e, mais especificamente, o preço mínimo fixado, garantiram o crescimento da produção nas regiões de fronteira agrícola. Efetivamente, a manutenção do preço de garantia em Cz$ 125,40, reajustado para Cz$ 170,40 (a partir de 1º/03/87), para todas as regiões, sinalizou positivamente aos produtores de soja do **Mato Grosso** e da **Bahia.**

Em termos climáticos, a safra transcorreu bem. A ausência de chuvas (que foram abundantes em outubro e novembro em **Goiás**) não chegou a afetar a soja, diferentemente do que ocorreu com o arroz e com o milho. A excessiva precipitação pluviométrica de março nos estados do **Centro-Oeste,** assim como sua escassez no **Rio Grande do Sul** nesse mesmo período, parecem também não ter causado prejuízos de grande intensidade.

Mesmo a menor utilização de adubos, em função das dificuldades decorrentes do **Plano** – pequena oferta e cobrança de **ágio** – não se refletiu sobre os rendimentos físicos por ha. Esses rendimentos apresentaram recuperação, se comparados aos de 1986, quando houve problema climático (ver Quadro 43). A produtividade média do país, em 1987, foi recorde (1.844 kg/ha). Apenas na **Bahia** houve frustração de safra, em decorrência da escassez de chuvas, tendo sido colhidos apenas 872 kg/ha, num ano em que a área semeada aumentou 71%, passando para 170 mil ha (ver Quadro 44).

A área total colhida manteve-se praticamente estável. As quedas registradas na maior parte dos estados foram compensadas por crescimentos expressivos em **Mato Grosso** e na **Bahia.**

Na época do plantio, cogitava-se que o decréscimo da área seria maior. A política agrícola, dizia-se, vinha favorecendo os chamados gêneros de abastecimento interno, em especial o milho, que poderia ocupar áreas tradicionalmente dedicadas à soja. As cotações da oleaginosa, no mercado internacional, também não estimulavam novos incrementos de área. No entanto, a substituição da soja por outras culturas esbarra na sua rentabilidade frente às lavouras de mercado interno, assim como na infra-estrutura já montada para sua produção, comercialização e industrialização.

Concretamente, a garantia de venda a preços corrigidos pela variação cambial coloca a soja em situação vantajosa, se comparada aos produtos de mercado interno. Isto porque estes últimos estão sempre sujeitos às quedas expressivas de seus preços **reais,** em conseqüência do crescimento da safra e/ou intervenções governamentais, através, por exemplo, da colocação de estoques oficiais no mercado e das importações. Teria de haver completa modificação no funcionamento do mercado de gêneros de abastecimento interno e na demanda por alimentos, em geral, para que esse quadro se modificasse.

Passados a primavera e o verão, com clima em geral bastante favorável às lavouras, no início do outono, as atenções se voltavam para a comercialização das safras recém-colhidas. Nesse aspecto, a situação não poderia ser mais delicada, em especial na região **Centro-Oeste.** Efetivamente, a rápida ocupação de áreas novas em **Mato Grosso do Sul, Mato**

QUADRO 43 – BRASIL – SOJA – RENDIMENTO FÍSICO POR HECTARE – (1986-87) (kg/ha)

ESTADO	1986	1987
Maranhão	1.565	1.037
Bahia	1.411	872
Minas Gerais	1.815	1.973
São Paulo	1.929	2.000
Paraná	1.490	2.122
Santa Catarina	1.302	1.259
Rio Grande do Sul	1.008	1.582
Mato Grosso do Sul	1.629	1.990
Mato Grosso	2.104	2.178
Goiás	1.813	1.956
Distrito Federal	1.716	2.053
BRASIL	1.452	1.844

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, novembro de 1987.

QUADRO 44 - BRASIL – SOJA – ÁREA COLHIDA, NA SAFRA DE 1986 E ESTIMATIVAS DE ÁREA DA SAFRA DE 1987 (1.000 ha)

ESTADO	1986	1987	
		1ª estimativa	11ª estimativa
Maranhão	9	9	9
Bahia	100	132	170
Minas Gerais	439	413	416
São Paulo	476	452	462
Paraná	1.745	1.670	1.718
Santa Catarina	383	353	362
Rio Grande do Sul	3.244	3.177	3.158
Mato Grosso do Sul	1.206	1.200	1.173
Mato Grosso	913	993	1.097
Goiás	622	540	544
Distrito Federal	49	44	44
BRASIL	9.186	8.983	9.153

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, novembro de 1987.

Grosso e **Goiás** (ver Quadro 45) fez a produção agrícola se expandir onde é precária a infra-estrutura de escoamento e armazenagem. Com a obtenção de uma boa safra, não só de soja como de arroz e milho, além dos estoques oficiais remanescentes de 1986, não havia lugar para a nova colheita.

Em **Goiás,** foi criada uma **Gerência Estadual de Armazenagem e Movimentação de Safras,** em março, para coordenar o fluxo da produção de cereais e oleaginosas. Nos outros dois estados, realizaram-se reuniões e levantamentos para se avaliar o déficit de armazéns, já que os dados disponíveis nem sempre são consistentes.

Todos os segmentos ligados à agricultura estavam, de fato, mobilizados para uma tarefa difícil de ser cumprida a contento: guardar, por um período superior ao normal, uma produção muito maior do que a capacidade de armazenagem disponível. Esse impasse, no entanto, está longe de ser acidental. Resulta, na verdade, da combinação de problemas de ordem estrutural e conjuntural. No primeiro caso, a ocupação de novas áreas, na velocidade com que esse fenômeno vem ocorrendo, acaba implicando em custos bastante elevados para os cofres públicos. Isto porque, dadas as dificuldades da economia brasileira nos últimos anos, os investimentos necessários para acompanhar a ocupação econômica das vastas áreas dos estados **centrais** e do **Norte** do país não foram realizados na magnitude necessária.

QUADRO 45 - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE SOJA 1975-87 – (mil t)

ANO	MS	MT	GO	BR
1975	nd	273	73	9.892
1976	nd	290	49	11.227
1977	nd	695	90	12.513
1978	nd	479	100	9.541
1979	827	27	282	10.240
1980	1.322	117	456	15.156
1981	1.347	225	383	15.007
1982	1.537	366	561	12.836
1983	1.801	611	693	14.582
1984	2.007	1.050	848	15.278
1985	2.559	1.656	1.356	18.278
1986	1.965	1.921	1.128	13.335
1987	2.336	2.389	1.064	16.876

FONTE – IBGE.
Obs.: O estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1º/01/1979.

No pico da colheita, estocaram-se a **céu aberto,** no **Centro-Oeste,** o arroz e o milho pertencentes ao governo, reservando-se para a soja os espaços nos silos e armazéns. A **CFP** chegou a adquirir quantidades expressivas da oleaginosa nos estados **centrais,** mas com a alta das cotações no mercado externo e a desvalorização do cruzado frente ao dólar, os preços de mercado, mesmo nas regiões mais distantes, tornaram-se mais atraentes do que o preço mínimo oficial.

As aquisições praticamente se interromperam no início de maio, quando o governo detinha pouco mais de 1 milhão de t, 861 mil das quais, correspondentes a compras efetuadas em **Mato Grosso** (ver Quadro 46).

A iniciativa privada, antecipando, de certo modo, a alta que ocorreria no exterior, adquiriu e processou grandes quantidades da safra, até fins de abril.

Os dados mensais de moagem de 1987, confrontados com os das últimas três safras, indicam que o consumo industrial de soja, nos meses de fevereiro, março e abril, cresceu expressivamente. Nos três meses subseqüentes, o esmagamento foi também bastante elevado, semelhante às maiores quantidades processadas em anos anteriores (ver Quadro 47). No total, nos oito primeiros meses do ano comercial 1987/88, foram esmagadas 10,4 milhões de t, 75% das 13,8 milhões de t estimadas para serem processadas, no período.

Também, no que diz respeito ao consumo interno, houve surpresas. Esperava-se que o decréscimo previsto no consumo de carnes como conseqüência da queda generalizada dos salários se refletisse, já no primeiro semestre de 1987, em menor demanda por farelo. Os dados de consumo, apresentados no Quadro 48, porém, não confirmaram a hipótese inicial. O aumento do plantel de aves e suínos, desencadeado pela boa rentabilidade dos criatórios em 1986 (em conseqüência da crise da carne bovina, na época do **congelamento** de preços) prosseguiu no período, mantendo ativa a demanda pelo farelo. A retração do seu consumo deverá, portanto, ser retardada

um pouco, até que se reduzam os rebanhos de aves e suínos, possivelmente a partir do início do próximo ano.

O consumo interno de óleo, por sua vez, já vem apresentando decréscimos, conforme se observa nas estatísticas da **Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)**, apresentadas no Quadro 48. Neste sentido, projeta-se para o presente ano uma queda de 10% na demanda de óleo no país, em relação às 2 milhões de t consumidas em 1986.

O desempenho do mercado interno foi acompanhado de um vigoroso crescimento das exportações, tanto de soja quanto de seus derivados.

QUADRO 46 – SOJA – AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL – 1987

ESTADO	QUANTIDADE (em mil t)
Minas Gerais	13
Mato Grosso	861
Mato Grosso do Sul	115
Goiás	58
TOTAL	1.047

FONTE – CFP.
OBS.: Posição até 20/05/87 do Banco do Brasil e 30/04/87, do Banco Central. Nos registros posteriores, a quantidade total de soja em AGF decresce, provavelmente em função das vendas efetuadas pelo governo.

Entre 1º de fevereiro, (quando se inicia o ano comercial), e 22 de novembro de 1987, foram exportadas 3 milhões de t de soja em grão, contra 1,1 milhão de t até a mesma data do ano anterior. As exportações de farelo, nesse período, aumentaram 17%, em relação ao último ano comercial e, as de óleo, 167%.

No início do segundo semestre, os preços do algodão, arroz e soja começaram a subir, não obstante as safras terem sido bastante boas. No caso da soja, a alta foi provocada não só pelo desempenho das exportações mas, também, pelo não-cumprimento de entregas no exterior por parte de uma tradicional firma exportadora. Até mesmo o início da venda dos estoques em poder da **CFP** não afetou as cotações, uma vez que, segundo circulava no mercado,

QUADRO 47 - BRASIL – MOAGEM MENSAL DE SOJA – 1984/85 A 1987/88 (em mil t)

MÊS	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88[1]
Fevereiro	421	475	414	679
Março	970	971	789	1.046
Abril	1.314	1.458	1.307	1.581
Maio	1.578	1.707	1.588	1.699
Junho	1.622	1.645	1.250	1.689
Julho	1.401	1.617	1.337	1.693
Agosto	1.379	1.434	1.327	1.430
Setembro	1.200	1.191	1.174	1.128
Outubro	1.064	1.097	1.140	...
Novembro	731	973	830	...
Dezembro	455	754	621	...
Janeiro	382	452	555	...
TOTAL	12.517	13.774	12.332	...

FONTE – Abiove, Safras e Mercado.
[1] Estimativa.
OBS.: O ano comercial brasileiro se inicia em fevereiro.

alguns produtores teriam vendido a soja, de propriedade do governo federal, armazenada em suas fazendas e, por isso, precisavam urgentemente adquirir o produto para repor o estoque.

Em função desses fatores, os preços da soja, em fins de agosto, alcançaram Cz$ 560/60 kg em Campo Grande **(MS)**, contra Cz$ 380/60 kg no início de julho. No mesmo período, as cotações no exterior decresceram e a desvalorização cambial foi de 10%.

A evolução dos preços recebidos pelos produtores, na safra de 1987, passou, então, a refletir as fortes mudanças da política econômica. O aumento do ritmo das desvalorizações cambiais propiciou ganhos acentuados aos produtores de soja em comparação, por exemplo, com os de arroz ou milho. Os preços pagos pelos cereais evoluíram abaixo da variação da inflação medida pelo **IGP-DI**, por força das safras abundantes e do enfraquecimento do mercado interno.

QUADRO 48 – BRASIL – CONSUMO INTERNO DE FARELO E ÓLEO DE SOJA 1986/87 E 1987/88

MÊS	FARELO Quantidade (em mil t)		ÓLEO Quantidade (em mil t)	
	1986/87	1987/88[1]	1986/87	1987/88[1]
Fevereiro	158	211	116	104
Março	168	202	85	123
Abril	207	267	145	172
Maio	209	263	182	134
Junho	223	207	190	168
Julho	254	240	204	155
Agosto	216	248	199	191
Setembro	248	242	192	178
Outubro	284	...	198	...
Novembro	318	...	176	...
Dezembro	244	...	169	...
Janeiro	260	...	145	...
TOTAL	2.789	...	2.001	...

FONTE – Abiove, Safras e Mercado.
[1] Estimativa.
OBS.: O ano comercial brasileiro se inicia em fevereiro.

Dentro desse contexto, foi traçada a primeira versão da política agrícola para a safra 1987/88, modificada já uma vez em fins de setembro. Essa política consistia, resumidamente, na fixação de **Valores Básicos de Custeio (VBC)** e preços mínimos em **OTN**, uma vez que é muito difícil, no momento atual, fazer-se qualquer estimativa a respeito do comportamento futuro da inflação.

Os **VBC**, apesar de terem sido fixados um pouco abaixo dos níveis reivindicados pelas entidades de classe dos produtores, foram considerados, em geral, satisfatórios. No caso da soja, o limite de empréstimo do **VBC** para os médios produtores foi elevado para 70%, contra 60% na última safra, e o acesso dos pequenos e grandes produtores manteve-se inalterado em, respectivamente, 100% e 50% do **VBC**.

Os preços mínimos, no entanto, causaram muita polêmica. Seu anúncio e a forma de apresentação na imprensa só contribuíram para criar controvérsias. Isto porque o preço-base, em cruzados, fixado para agosto de 1987, foi convertido em **OTN**, mas esse valor (em **OTN**) só prevaleceria em julho de 1988. Desse modo, nos meses de fevereiro a junho, os produtos valeriam, em **OTN**, menos do que o valor de referência fixado em agosto último, para médios e grandes produtores que desejassem contratar a **AGF**. Seria mais razoável ter-se fixado um preço em **OTN** para fevereiro de 1988 e anunciar o crescimento desse valor (em **OTN**) ao longo dos meses, para retardar ao máximo a venda dos produtos ao governo.

Passado pouco mais de um mês da fixação dessas normas, o governo resolveu mudar a regra estabelecida: aboliu os **deságios** dos preços mínimos para os produtos de abastecimento interno, mantendo-os apenas para a soja e o algodão, comercializados por médios e grandes produtores.

A razão alegada para a mudança era evitar um crescimento exagerado do plantio de produtos de exportação, em detrimento daqueles de mercado interno.

A influência dessa medida deve, entretanto, ter sido restrita, porque é o desempenho comercial dos diversos produtos na última colheita que costuma respaldar a decisão de plantio do produto na próxima safra. Nesse aspecto, foi a soja, sem dúvida, que, nos últimos meses, apresentou o melhor desempenho. Além disso, com o **deságio** nos preços mínimos ou sem ele, não é possível vislumbrar melhoras nos preços dos produtos de mercado interno a curto e médio prazos, diante das quedas no emprego e nos salários **reais**, registradas até agora. Com a política econômica vigente, não se prevê também nenhuma pressão de demanda por alimentos, antes pelo contrário.

A soja passa a ser, dessa forma, para o produtor, a melhor opção em termos de cultivo de verão: seus preços são reajustados pela desvalorização cambial, atualizada em níveis iguais ou superiores aos do crescimento dos preços de mercado interno, já que a prioridade, mais uma vez, é exportar.

Aliado a isso, o produto conta com a infra-estrutura de armazenagem e industrialização montada, que o faz fluir em direção aos centros de processamento e portos de exportação. Isso garante ao produtor, em última instância, melhores condições de comercialização relativamente às demais lavouras temporárias.

A sinalização vinda do exterior, ainda que não permita grande euforia, contribuiu para o aumento do plantio em 1987/88. Segundo a publicação alemã **"Oil World"**, a oferta e os estoques mundiais de soja se reduziram no ano comercial 1987/88, iniciado em 1º de setembro último, em função do aumento da demanda por farelos proteínicos, principalmente nos **EUA**, como reflexo do crescimento na produção de aves e suínos, naquele país.

O **Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA)**, em sua publicação sobre o mercado de oleaginosas, também endossa essas estimativas, esclarecendo que o movimento altista dos preços do farelo de soja, desde o início de 1987, é função de maior demanda nos **EUA** e de um crescimento expressivo das importações e do consumo soviéticos (ver Quadro 49).

QUADRO 49 – URSS – IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE FARELO DE SOJA 1983/84 – 1987/88 – (em mil t)

ANO COMERCIAL	IMPORTAÇÃO	CONSUMO
1983/84	827	1.819
1984/85	550	1.415
1985/86	600	2.350
1986/87[1]	2.000	3.200
1987/88[2]	2.100	3.250

FONTE – USDA.
[1]Preliminar; [2]previsão.

QUADRO 50 – ARGENTINA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE SOJA 1979 A 1988

ANO	ÁREA (mil ha)	PRODUÇÃO (mil t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1979	1.600	3.700	2.313
1980	2.030	3.600	1.773
1981	1.740	3.500	2.011
1982	1.986	4.150	2.090
1983	2.281	4.200	1.841
1984	2.910	7.000	2.405
1985	3.270	6.750	2.064
1986	3.350	7.300	2.179
1987	3.650	7.300	2.000
1988[1]	3.900	8.300	2.128

FONTE – USDA.
[1]Projeção.

Os preços do farelo deverão situar-se, no ano comercial 1987/88, entre US$ 165/t e US$ 190/t, o que manteria intenso o ritmo de moagem de soja nos **EUA.** Em decorrência disso, os estoques de óleo devem se manter elevados e os preços internacionais baixos (entre US$ 260/t e US$ 350/t).

A safra norte-americana, por outro lado, é equivalente à de 1986/87 – 53 milhões de t, apesar de um decréscimo na área semeada da ordem de 3%.

O clima bom proporcionou um rendimento físico por ha de 2.334 kg, o maior dos últimos dez anos, nos **EUA.**

Pelo lado da oferta, já se tem ciência de que crescerão as safras do **Brasil** e da **Argentina.** Neste último país, prevê-se que os baixos preços dos cereais deverão continuar incentivando o crescimento do plantio da soja. Pelo sétimo ano consecutivo (ver Quadro 50), segundo o **USDA,** a área argentina de soja deverá crescer, podendo alcançar os 3,9 milhões de ha. A produção, por seu turno, poderá situar-se em torno de 8,3 milhões de t, um milhão a mais do que a quantidade colhida na última safra.

Também na **Comunidade Econômica Européia,** é previsto o crescimento da oferta de soja, colza e girassol, o que acirrará a disputa naquele mercado – o maior comprador mundial de soja em grão e em farelo – entre **EUA, Brasil** e **Argentina.**

Quanto ao **Brasil,** em razão de fatores internos e externos, há indícios de crescimento na área plantada com soja, em todos os estados produtores. Na região **Sul,** cogita-se de um retorno à área cultivada na safra 1984/85, quando atingiu extensão recorde. Assinale-se que, desde então, em decorrência das quedas de preços da soja no exterior e do maior incentivo aos produtos de mercado interno, a área cultivada com a oleaginosa, naquela região, caracterizou-se por pequenas, mas contínuas retrações.

Em **Minas Gerais, Bahia** e nos estados do **Centro-Oeste,** a soja deverá continuar se expandindo, apenas em ritmo menor do que o registrado nos últimos anos, refletindo talvez as dificuldades enfrentadas, no momento, por todos os **Setores** da economia brasileira. Financiamentos e insumos mais caros, ao lado de dívidas elevadas contraídas no passado, poderão influenciar na redução do ímpeto de ocupação das áreas novas.

Em termos globais, pode-se conjecturar que o plantio de soja alcance algo em torno dos 10 milhões de ha, 9% acima da área colhida em 1987 e semelhante ao recorde de 10,2 milhões de ha, de 1985.

Com o clima correndo bem, essa área cultivada viabilizaria uma produção da ordem de 18 milhões de t, 7% acima do total obtido em 1987.

As exportações, nesse caso, poderiam render US$ 2,2 bilhões se fossem exportadas 2 milhões de t de soja em grão, 8,6 milhões de t de farelo e 900 mil t de óleo, aos preços médios projetados pelo **USDA** para o ano comercial 1987/88.

Não se deve esquecer, porém, que essa exportação está condicionada à manutenção de 2,7 milhões de t de farelo e 1,7 milhão de óleo, estimadas como necessárias para abastecer o mercado interno.

SORGO – Grande safra de milho dificulta comercialização.

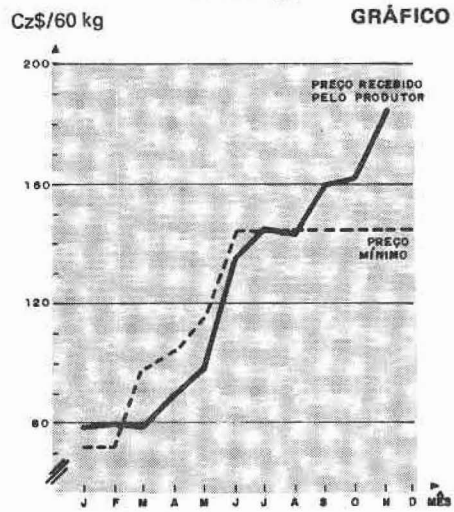
A área plantada voltou a crescer, alcançando 245 mil ha em 1987. A produção aumentou 24% e atingiu o recorde de 461 mil t. O rendimento físico médio foi semelhante ao da safra anterior, com 1.880 kg/ha.

O incremento de área ocorreu no **Centro-Sul,** onde o **Rio Grande do Sul** – principal produtor (ver Quadro 51) com ampla margem sobre os demais estados e responsável pela quase totalidade da safra das **águas** (ciclo produtivo igual ao do milho) – apresentou no plantio uma expansão de 94%. Tal desempenho se deveu aos incentivos dados pelo governo às culturas de abastecimento interno, concedendo-lhes **VBC** e taxa de juros favoráveis e à expectativa de aumento da demanda pelo milho e pelo sorgo. As boas condições climáticas possibilitaram que a cultura obtivesse bom rendimento médio e alcançasse a produção recorde de 257 mil t. Entretanto, a safra não foi facilmente comercializada, pois o consumo não aumentou e a colheita do milho foi também a maior já registrada, no país. Entre março e junho de 1987, os preços recebidos pelos produtores ficaram abaixo do preço mínimo (ver Gráfico 08). Isto fez com que a **CFP** adquirisse cerca de 60 mil t no estado, maior quantidade do cereal, comprada até então. No segundo semestre de 1987, a **CFP** ofereceu sorgo em leilão, mantendo um diferencial de 20% em seu preço relativamente ao do milho mas, mesmo assim, poucas vendas foram efetuadas. Convém notar que parte da produção estadual fica retida na propriedade para alimentação animal. As dificuldades encontradas na comercialização e sua baixa demanda desestimularam seus produtores e a área de cultivo deverá retornar aos níveis históricos, ficando em torno de 70 mil ha.

Em **São Paulo,** segundo maior produtor, as medidas governamentais, concedendo diferimento do **ICM,** para a fabricação de rações, propiciaram a manutenção da área plantada em torno de 34 mil ha. As condições climáticas favoráveis possibilitaram a obtenção de bom rendimento físico e produção recorde, de 81 mil t. A comercialização processou-se lentamente, com preços infe-

SORGO EM GRÃO – EVOLUÇÃO DO PREÇO MÍNIMO DO CENTRO-SUL E DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RS – 1987 (Cz$/60 kg)

GRÁFICO 08



FONTE – CFP, Emater-RS.

QUADRO 51 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO SORGO 1986-1987

ESTADO	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986	1987	%	1986	1987	%	1986	1987	%
RS	66.493	129.069	94,11	112.533	256.590	128,01	1.692	1.988	17,49
SP	32.754	34.000	3,80	70.264	80.600	14,71	2.145	2.371	10,54
MS	16.524	20.158	21,99	29.540	34.522	16,87	1.788	1.713	– 4,19
MT	5.938	19.100	221,66	11.755	27.357	132,73	1.980	1.432	–27,68
BA	31.601	13.130	–58,45	55.934	10.333	–81,53	1.770	787	–55,54
RN	14.216	5.516	–61,20	17.634	1.092	–93,81	1.240	198	–84,03
GO	8.026	5.035	–37,27	16.795	9.370	–44,21	2.093	1.861	–11,08
PR	9.450	4.600	–51,32	35.350	18.300	–48,23	3.741	3.978	6,34
PE	5.003	2.176	–56,51	7.171	1.614	–77,49	1.433	742	–48,22
CE	1.007	804	–20,16	1.191	679	–42,99	1.183	845	–28,57
Outros	7.586	11.494	51,52	11.955	20.272	69,57	1.576	1.764	11,93
BRASIL	198.598	245.082	23,41	370.122	460.729	24,48	1.864	1.880	0,86

FONTE – IBGE.

riores ao preço mínimo, devido à grande quantidade de milho ofertado no mercado. Para a próxima safra, espera-se que a área ocupada com sorgo se mantenha, sendo plantado em sucessão à soja precoce, cuja área deverá aumentar.

Nos demais estados do **Centro-Sul**, somente no **Paraná** e em **Goiás** reduziu-se a área plantada. Contudo, a comercialização transcorreu com dificuldades em todos eles, pois o sorgo, no **Brasil**, é normalmente preterido em períodos de boa oferta de milho, quando o preço relativo **sorgo/milho** precisa ser reduzido para despertar interesse pela sua compra. Naqueles estados, a **CFP** adquiriu a maior parte da produção. Convém ressaltar que este foi o ano em que se efetuou maior número de **AGF**, desde que se instituiu preço mínimo para o sorgo.



No **Nordeste**, a despeito da boa adaptabilidade do sorgo à região, comparativamente com culturas mais **nobres**, como o milho, as dificuldades encontradas na comercialização e adversidades climáticas têm desestimulado o plantio, que decresceu 58% em 1987, verificando-se produção de 13.718 t.

Na **Bahia**, a redução da área cultivada deveu-se principalmente às dificuldades encontradas na comercialização da safra de 1986, quando as indústrias não compraram a produção excedente. Na safra de 1987, a produção foi menor e totalmente vendida pelo preço mínimo à **CFP** e às indústrias de rações do estado.

Em **Pernambuco**, o programa de incentivo à cultura desenvolvido pela **Emater**, com o apoio financeiro do **Banco do Nordeste do Brasil**, apresentou bons resultados no início da década atual, no entanto, seu término e as dificuldades em sua comercialização desestimularam o plantio, que se reduziu 57%. A escassez de chuvas na fase de germinação contribuiu para o fraco desempenho e menor produção. Para a próxima safra, espera-se novo incremento de área, visto que a indústrias alimentícias do estado têm demonstrado interesse pelo cereal e a **Semempe (Companhia de Sementes e Mudas do Estado de Pernambuco)** já vendeu toda a sua produção deste ano.

No **Rio Grande do Norte**, o sorgo é plantado em meados do ano por grandes proprietários, que usualmente o utilizam para a alimentação animal na própria propriedade. A pequena incidência de chuvas, na época de seu plantio, provocou grande redução na área plantada.

TOMATE – Apesar dos fatores de desestímulo, produção paulista de tomate industrial se mantém estável.

A produção em 1987 foi recorde: 2 milhões de t, das quais cerca de 735 mil foram provenientes das lavouras rasteiras. Deste total, calcula-se que 588 mil t foram efetivamente enviadas para o esmagamento nas fábricas processadoras, descontando-se da produção rasteira a parcela habitualmente desviada para o mercado do produto **de mesa** (considerando-se a grosso, modo, sobre o total produzido nos cultivos rasteiros, um percentual médio de "desvio" na faixa de 10-30%). As primeiras colheitas das lavouras rasteiras são constituídas por frutos de maior peso médio e melhor qualidade, alcançando maiores cotações quando desviadas para consumo **in natura**. No sentido inverso, estima-se que 10% da produção de tomate envarado são vendidos para a indústria, em função de sua baixa qualidade.

Não se dispõe de dados oficiais que quantifiquem precisamente esta relação entre as duas produções. Segundo **Perosa** (**FGV**, tese) – "A produção de tomate de mesa tem crescido a uma taxa de 1,6% a.a. no período de 1970 a 1984, enquanto o tomate comercializado no **Entreposto Terminal de São Paulo (ETSP)** tem crescido a uma taxa de 2,5 a.a. no mesmo período". O crescimento da oferta no principal centro atacadista de **São Paulo**, a taxas superiores à produção de tomate de mesa no estado, seria um indicador do aumento progressivo da participação, no mercado **in natura**, do produto oriundo das variedades rasteiras, levando-se em conta que, naquele período, permaneceram praticamente constantes as quantidades ofertadas por outros estados. Além disso, observou-se, a partir de 1978, um substancial aumento da participação das microrregiões que produzem principalmente tomate industrial no total transacionado no **Ceagesp**. **Perosa** estima que atualmente esse desvio está situado entre 15-25% do total comercializado.

Neste último triênio, a produção cresceu 6% e o resultado da safra de 1987 pode ser considerado bastante satisfatório (colheu-se 11% a mais que em 1986), levando-se em conta as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos produtores no âmbito da produção e da comercialização. O desânimo dos produtores de tomate industrial com a péssima remuneração, obtida na safra anterior, fazia antever, no início do ano, um pior desempenho da produção destinada a abastecer as indústrias de transformação.

Ao contrário do que se esperava, não ocorreram retrações acentuadas na área destinada às lavouras rasteiras em **São Paulo**, apesar de a indústria não ter cumprido o acordo firmado com os produtores em dezembro de 1986, que estabeleceu o **preço-roça** de Cz$ 1,24/kg para o tomate que fosse processado até junho de 1987. Após esse prazo, os preços seriam fixados baseados numa atualização do custo de produção, acrescida da margem de lucro de 30%.

Na ocasião, devido às incertezas quanto aos rumos da política econômica, ficou acertado entre as partes que tal acordo seria passível de revisão, em função de modificações econômicas mais profundas que porventura viessem a acontecer.

As mudanças vieram. Todavia, a indústria, com a alegação de que o novo congelamento de preços advindo com o chamado **Plano Bresser** atingiria os produtos derivados, limitando seus preços finais, decidiu suspender as negociações.

Em junho, os preços pagos pela indústria estavam em Cz$ 2,40/kg, enquanto os custos operacionais, que haviam sido reestimados pelo **IEA**, já alcançavam a faixa de Cz$ 3,66 a Cz$ 4,06/kg.

O custo de produção havia se elevado bastante desde o início do ano, em função da alta dos preços dos insumos, da mão-de-obra e, especialmente, devido à ampliação das despesas financeiras decorrentes das recentes modificações na política agrícola governamental.

A indústria não aceitou as proposições dos agricultores, apesar da consistência de seus argumentos, pelos quais pleiteavam a fixação dos preços nos contratos entre Cz$ 4,20 e 4,60/kg.

Diante da impossibilidade de se formalizar um novo acordo, a indústria passou a praticar os preços de forma unilateral, não restando ao agricultor outra alternativa senão entregar a produção e tentar partir para um acordo, em bases mais aceitáveis, para a comercialização da próxima safra.

Exatamente para evitar as possíveis distorções nos níveis de preços pretendidos pelos dois segmentos e atuar como elemento de conciliação entre indústria e produtor, instituiu-se em 1977 o **Comitê da Agroindústria**, mantido pela **Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo** que, desde então, vem atuando como coordenador das negociações. Nas reuniões do **Comitê**, os produtores são representados pela **Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo)** e, a indústria, pela **Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação)**, sendo intermediadas por uma **Comissão Técnica** que também é responsável pela elaboração das planilhas de custo dos produtores.

QUADRO 52 - SÃO PAULO – QUANTIDADE DE TOMATE COMERCIALIZADA NO ATACADO – CEAGESP – ETSP – (t)

MÊS	1986	1987	Δ %
Jan	18.426	26.986	+ 46,4
Fev	17.341	18.144	+ 4,6
Mar	16.523	25.539	+ 54,5
Abr	17.715	20.117	+ 13,5
Mai	28.267	23.271	- 17,7
Jun	28.098	25.993	- 7,5
Jul	25.349	31.981	+ 26,2
Ago	26.849	20.575	- 23,4
Set	29.138	25.515	- 12,4
Out	29.459	28.201	- 4,3
Nov	26.585	18.902	- 28,9
Dez	22.248	22.019	- 1,0

FONTE – Acompanhamento Conjuntural/Hortigranjeiros – Cobal – Minagri.

Segundo o **Instituto de Economia Agrícola**, de **São Paulo**, a produção total no estado, em 1987, foi ligeiramente inferior à que foi colhida em 1986. Observa-se para as duas produções, de mesa e industrial, um comportamento estável em relação ao ano anterior, registrando-se um pequeno declínio na área de tomate rasteiro, enquanto a de tomate envarado apresenta uma expansão de 15%, quando comparada com a área cultivada em 1986.

Manteve-se a produtividade do tomate industrial, enquanto a do tomate de mesa mostra uma queda de 13% em relação à obtida em 1986, possivelmente afetada pela alta incidência de chuvas, no início do ano, nas principais **Dira** produtoras.

Portanto, não se concretizaram as expectativas que anteviam para 1987, em **São Paulo**, uma drástica diminuição na área de tomate rasteiro, a despeito da existência de alguns fatores preponderantes a desestimular o produtor.

Segundo as indústrias, em 1986, o consumo de derivados de tomate cresceu cerca de 30%, em conseqüência do **Plano de Estabilização Econômica**, quando operaram praticamente sem acumulação de estoques. A perspectiva de que o suprimento de matéria-prima não fosse suficiente para atender esse aumento na demanda interna do produto industrializado levou a **Abia** a solicitar, no final de 1986, uma autorização para importação de 26 mil t de polpa

[1] **Perosa**, J.M.Y. "O tomate no estado de São Paulo: Produção, Comercialização e Preços".

de tomate (que são equivalentes a 204 mil t do produto **in natura**). O governo reduziu a quota a ser liberada para 15,7 mil t, das quais apenas 7,8 mil t foram efetivamente importadas. A intenção da indústria foi de assegurar matéria-prima para os meses de janeiro a março, época em que se verifica a entressafra.

Além da importação, que repercutiu negativamente entre os produtores (uma vez que a colheita interna é capaz de suprir totalmente a demanda industrial), o segmento produtivo mostrava-se visivelmente desincentivado com a baixa rentabilidade verificada em 1986, quando o preço contratado de Cz$ 0,76/kg (nominal) só foi viável para as lavouras que alcançaram melhores produtividades, superiores a 35 t/ha.

A instabilidade na definição dos novos **indexadores** das taxas de juros agrícolas no momento em que se efetuava a revisão da sistemática adotada para o **Setor**, conforme estava previsto pelo governo, coincidiu com o início do plantio (fevereiro e março), gerando expectativas junto aos produtores rurais. A disponibilidade de recursos financeiros diminuiu e ocorreram atrasos nas liberações dos empréstimos.

No entanto, a ausência de um acordo formal com as indústrias, em 1987, e a incompatibilidade dos preços que vigoraram durante a safra com os custos do produtor, além das dificuldades em relação ao crédito, não impediram que fossem mantidos em **São Paulo** os mesmos níveis de produção observadas no ano anterior, nas culturas rasteiras.

Por sua vez, as previsões para a safra nordestina no início do ano estavam excessivamente otimistas. Aguardava-se, em **Pernambuco**, uma expressiva expansão da área plantada com o tipo industrial, a despeito dos preços desvantajosos alcançados pelo produto em 1986. Tais prognósticos baseavam-se, principalmente, no fato de o acordo de preços firmado com a indústria, antes de se iniciar o plantio, ter fixado para o tipo-padrão irrigado um preço igual ao que seria pago ao produtor paulista, condição há muito pleiteada pelos agricultores dos perímetros irrigados. Segundo a **Cepa** de **Pernambuco**, o valor inicialmente contratado (Cz$ 1,24/kg) proporcionaria uma margem de lucro em torno de 72%, quando confrontado com o custo de produção, na ocasião estimado em Cz$ 0,72/kg. Tais níveis de remuneração seriam garantidos desde que se mantivesse atualizada a **Matriz Básica de Custeio,** reajustando-se os preços logo a seguir.

Estimulados, os produtores iniciaram o plantio e as agroindústrias estimavam que seriam cultivados cerca de 12,5 mil ha de tomate, dos quais 2,5 mil ha no sistema de sequeiro (região de Pesqueira) e 10 mil ha na zona irrigada, o que corresponderia a uma expansão de aproximadamente 43% na área plantada.

Entretanto, em abril, os preços acordados tiveram que ser revistos, pois já estavam defasados em relação aos custos de produção. O surgimento de um impasse nas renegociações, quando a **Asproto (Associação dos Produtores de Tomate do Vale do São Francisco)** não aceitou o reajuste concedido a partir de maio, provocou um arrefecimento no ritmo do plantio.

A crise se intensificou após a decretação do **Plano Bresser** (simultaneamente à que ocorreu com os produtores paulistas), pois a indústria, além de oferecer na ocasião um valor muito aquém do solicitado pelos produtores, decidiu mantê-lo até o final do **congelamento**, quando, só então, retornaria às negociações. A partir daí, não houve mais acordo.

A seca, por sua vez, provocou significativas perdas no tomate industrial de sequeiro, cultivado na região de Pesqueira, onde a produtividade caiu cerca de 40%, segundo informações da **Cepa-PE.**

Como não haviam sido oficializados os preços praticados pela indústria, os contratos ficaram em aberto e os produtores puderam desviar suas produções para o mercado do produto **de mesa.** Esse abastecimento foi intenso no período de julho a setembro, quando as lavouras estaqueadas de verão encontravam-se na entressafra e a safra de inverno, cujos plantios haviam sido prejudicados pela estiagem, estava com suas remessas reduzidas.

A diminuição da oferta estadual do tipo **de mesa** provocou inicialmente uma elevação nos preços do produto (nos níveis do produtor, atacado e varejo), mas com a entrada do tomate industrial no mercado atacadista, as cotações declinaram, tanto em função da grande quantidade remetida, como, também, devido ao menor custo de produção desta variedade.

Em 1987, a safra pernambucana de tomate industrial não cresceu aos elevados níveis inicialmente previstos, mas praticamente igualou-se à obtida em 1986. No eixo industrial de Petrolina-Juazeiro, principal pólo produtor do estado, a oferta de matéria-prima não foi suficiente para atender as necessidades das empresas processadoras locais, que perpetuaram, por mais um ano, sua já tradicional elevada capacidade ociosa. Os desvios do produto em proporções expressivas para o mercado **in natura** também contribuíram para impedir que, em 1987, as empresas trabalhassem à plena capacidade.

Em relação ao tomate envarado, a safra paulista 1986/87 encerrou-se em novembro, registrando uma expansão na área colhida de 15% em relação ao ano anterior.

Devido à acentuada sazonalidade e à perecibilidade das olerícolas, estas se mantiveram alijadas de **congelamento** e **tabelamento** durante a vigência do **Plano Bresser.** A liberdade de preços no mercado evitou maiores prejuízos aos produtores.

Após um longo período de estabilidade de preços (meados de 1986 até janeiro de 1987), em virtude da oferta regular e do tabelamento imposto pelo **Plano de Estabilização** até outubro de 1986, registrou-se, no início do ano, uma acentuada alta no mercado paulista.

Esse comportamento foi devido à retração da oferta das zonas produtoras locais, quando a quantidade transacionada em fevereiro no **Ceagesp – ETSP** ficou 32,8% aquém do montante remetido em janeiro. O recuo da oferta nesta época do ano é esperado e ocorre também nas demais regiões (em função da sazonalidade da cultura), sendo mais acentuado na região **Sudeste,** cujos preços médios ponderados apresentaram, na ocasião, a maior variação em relação a janeiro (117,4%).

Nos meses subseqüentes, a oferta

QUADRO 53 – BRASIL – ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE TOMATE (mesa/industrial) – 1986-87

ESTADO	TOMATE ENVARADO						TOMATE RASTEIRO					
	1986			1987[1]			1986			1987[1]		
	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rend.
São Paulo	7.100	407.400	57.380	8.140	404.250	49.662	9.400	320.000	34.042	8.940	320.000	35.794
Pernambuco	1.479	51.240	34.645	1.344	27.718	20.263	8.732	259.306	29.696	10.439	263.138	25.207
Bahia	2.470	86.450	35.000	3.900	149.801	38.410	2.234	78.190	35.000	3.500	122.500	35.000
Goiás	1.306	54.760	41.929	1.238	46.326	37.420	274	9.160	33.431	920	29.340	31.891

FONTE – IEA, Cepa-PE, Cepa-BA, Cepa-GO.
[1] **Sujeitos a retificação.**

foi oscilante e os preços no atacado se comportaram de acordo com esses movimentos. A partir de maio, com o início da colheita em Campinas, principal microrregião produtora do estado, as remessas enviadas aos mercados **normatizados** paulistas cresceram 41% em relação ao mês de abril e os preços se apresentaram em declínio, tendência que se manteve até julho, quando ocorreu o pique da oferta. A partir de agosto, as cotações do produto se elevaram, com o arrefecimento das remessas oriundas de Campinas, principal ofertante durante aquele período.

No final do ano, o mercado não apresentou grandes variações, em virtude da estabilização no fornecimento do produto pela região de Campinas.

TRIGO – Produção nacional segue rota ascendente. Apesar dos anúncios, subsídio ao consumo não foi efetivamente extinto.

A produção, em 1987, atingiu 5,7 milhões de t, superando ligeiramente o recorde obtido em 1986. A área semeada, no entanto, retraiu-se nos principais estados produtores, situando-se em 3,4 milhões de ha no total do **Brasil** (ver Quadro 54). O rendimento médio por ha, no país, foi também, recorde: 1.668 kg/ha (ver Quadro 55).

A redução do plantio foi conseqüência da indefinição oficial quanto aos **VBC** e da redução do preço de garantia.

Os **Valores Básicos de Custeio** foram estipulados em fins de março, mas quase imediatamente ficaram defasados em relação aos custos de produção que, em linhas gerais, devem cobrir. Os novos **Valores** foram aprovados apenas em meados de maio, o que provocou expressiva queda do plantio no norte do **Paraná,** por exemplo, onde a semeadura normalmente se inicia em 15 de março e se estende até fins de abril (ver Quadro 56).

Ainda que tenha sido estabelecido que, dos financiamentos já contratados, as parcelas não liberadas deveriam ser corrigidas de acordo com o novo **VBC,** muitos agricultores, na dúvida se os **Valores Básicos de Custeio** seriam ou não reajustados, acabaram deixando de plantar.

Outro fator de desestímulo foi a concessão de apenas 50% do **VBC** para os grandes produtores, 60% para os médios e 100% para os pequenos. Como a maior parte dos produtores se encontra na faixa de médios e grandes, esses percentuais de adiantamento acabaram redundando em redução do plantio.

Sobressai, ainda, o fato de o preço de garantia ter-se reduzido dos US$ 241/t, pagos ao produtor na última safra, para US$ 204/t ou Cz$ 4.500,00/t, corrigidos a partir de 1º de abril de 1987 pela variação do **IPP,** e não mais pela variação da taxa de câmbio, como vinha ocorrendo desde 1982.

Com o advento do denominado **Plano Bresser,** em 12 de junho, os preços pagos aos produtores foram **congelados** até setembro (ver Quadro 57), quando teve início a fase conhecida como **flexibilização** do **Plano.** Os preços aos triticultores passaram inicialmente dos Cz$ 6.295,72/t, vigentes em 1º de junho, para Cz$ 8.540,00/t em 1º de setembro. Esse valor teve, todavia, um reajuste retroativo em novembro. Ou seja, os Cz$ 8.540,00/t foram majorados para Cz$ 9.025,00/t e os produtores que tivessem vendido ao **Banco do Brasil,** em setembro, teriam direito à complementação do valor inicial.

O mesmo ocorre com o preço de aquisição fixado para outubro e reajustado em novembro. Além disso, os reajustes dos preços de garantia previstos, de início, para serem feitos pela variação do **Índice de Preços Pagos (IPP)** passaram, dessa forma, a ter correções a critério das autoridades.

Quanto aos financiamentos de custeio, facultou-se o seu reajuste pela evolução do **Índice de Preços Recebidos (IPR)** ou pela **OTN.**

A colheita de trigo em 1987 foi realmente bastante farta. No **Paraná,** obtiveram-se 1.912 kg/ha e, em **São Paulo,** 1.775 kg/ha, rendimentos físicos 26 e 24% superiores, respectivamente, aos da boa safra de 1986.

É difícil definir, contudo, a razão do excelente desempenho das lavouras. De concreto, é possível supor que a produtividade física venha crescendo, nas últimas três safras, auxiliada pelo clima mas, também,

QUADRO 54 – BRASIL – ÁREA CULTIVADA COM TRIGO 1986-1987 (em mil ha)

ESTADO	1986	1987
Minas Gerais	11	7
São Paulo	218	180
Paraná	1.947	1.700
Santa Catarina	127	126
Rio Grande do Sul	1.198	981
Mato Grosso do Sul	396	426
Mato Grosso	0	1
Goiás	1	1
Brasil	3.898	3.422

FONTE – IBGE.

QUADRO 55 – BRASIL – PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO POR HECTARE DE TRIGO – 1976-87 – (mil t e kg/ha)

ANO	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO FÍSICO POR HECTARE (kg/ha)
1976	3.216	908
1977	2.066	655
1978	2.691	957
1979	2.927	764
1980	2.702	865
1981	2.210	1.151
1982	1.849	654
1983	2.236	1.187
1984	1.956	1.124
1985	4.322	1.614
1986	5.433	1.447
1987[1]	5.708	1.668

FONTE – IBGE.
1 Estimativa de novembro.

em conseqüência de o preço oficial estar oferecendo boa rentabilidade ao agricultor, estimulando, deste modo, o uso da melhor tecnologia disponível.

Entretanto, até hoje não foi possível estabelecer uma relação direta entre bons preços pagos aos produtores e produtividade elevada. Isto porque, mais do que as outras lavouras, a do trigo é suscetível à instabilidade climática – inverno e primavera quentes e úmidos – cujos efeitos sobre as plantações são verdadeiramente arrasadores.

Assim, em 1982, o preço de garantia foi fixado em US$ 275/t e a produtividade média alcançou 646 kg/ha, enquanto, no ano seguinte, com o preço reduzido para US$ 210/t, colheram-se 1.190 kg/ha. Nos anos de 1985 e 1987, houve a feliz conjugação de elevados preços ao produtor e clima favorável.

QUADRO 56 - TRIGO – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO SAFRA 1987

NÍVEL	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VALOR (Cz$/ha)
1	1.000	4.116,81
2	1.500	5.844,40
3	3.000	8.416,24

FONTE – Banco Central do Brasil.
Obs.: Os VBC dos níveis de produtividade 1 e 2 compreendem os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O nível 3, todo o território nacional. Os reajustes dos VBC, em maio, foram de 28%, 49% e 31%, respectivamente, para as três faixas de produtividade definidas acima.

Em 12 de junho, a nova intervenção do governo na economia teve como item mais expressivo de corte dos gastos públicos a retirada do subsídio ao trigo, medida aguardada há muitos anos.

Anunciou-se ter sido extinto, naquele dia, o subsídio ao consumo de trigo (diferença entre o preço de aquisição do cereal, nacional e importado, pelo governo e o de venda aos moinhos) porém, foram mantidos os demais gastos da **Conta Trigo,** a saber: a) incentivo à produção, que faz o governo adquirir todo o trigo produzido no país a um preço, atualmente, cerca de duas vezes superior ao do mercado internacional; b) comercialização estatal, de que se encarregam o **Banco do Brasil** e a **Sunab,** arcando com as despesas de compra, transporte, seguro e estocagem da safra brasileira, da contratação de importações e da distribuição do produto, nacional e importado, por todo o país, garantindo, ainda, não raro, financiamento quando da venda aos moinhos. Este sistema, bastante oneroso, foi mantido intacto e, se todo o subsídio, alocação de recursos oficiais, fosse realmente extinto, o preço a ser pago pelos moinhos teria de ser bastante onerado. Na verdade, o preço fixado em 12 de junho (Cz$ 6.500,00/t) era apenas ligeiramente superior ao de aquisição do produto brasileiro (Cz$ 6.295,72/t), que, nas últimas duas safras, compôs a maior parte da oferta.

Para impedir que o subsídio ao consumo reaparecesse, seriam necessários reajustes sistemáticos do preço de venda aos moinhos, já que os preços internos continuaram sendo corrigidos mensalmente, a partir de setembro, e os gastos com a importação nunca deixaram de crescer a cada dia, em virtude das minidesvalorizações cambiais.

Além disso, o forte aumento, de 513%, no preço de venda aos moinhos, decretado em 12 de junho, foi excluído, por determinação governamental, dos índices oficiais que medem a inflação.

Ora, conforme foi muito discutido nos últimos treze anos, a retirada do subsídio ao consumo sempre foi postergada, devido ao seu impacto sobre os índices inflacionários. Note-se, também, que nestas últimas décadas, o governo desenvolveu notável esforço de difusão do consumo do trigo, contribuindo decisivamente para o abandono, por extensas camadas da população, de arraigados hábitos alimentares, como aipim, batata-doce, cará, inhame e outros produtos assemelhados, de cultivo relativamente fácil. O governo chegou a introduzir derivados de trigo na merenda escolar, formando, já na infância, um hábito alimentar.

QUADRO 57 – BRASIL – PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES DE TRIGO – 1987 – (Cz$/t)

MÊS	PREÇOS PAGOS AO PRODUTOR DE TRIGO
Abril	4.500,00
Maio	5.000,00
Junho	6.295,72
Julho	6.295,72
Agosto	6.295,72
Setembro	8.540,00
Outubro	9.025,07
Novembro	10.415,00

FONTE – Sunab.
OBS.: Os preços de setembro e outubro foram reajustados, em novembro, para Cz$ 9.025,00 e Cz$ 9.540,00, respectivamente, facultando aos produtores, que venderam trigo ao governo em setembro e outubro, receberem uma complementação.

A questão é delicada. Certo é que, hoje, os derivados do trigo ocupam importante espaço na cesta alimentar dos brasileiros – de alta, média e baixa rendas – e a retirada do subsídio ao consumo se deu justamente no momento em que se aplicou uma

política de compressão salarial, cujos efeitos sobre os orçamentos familiares deverão ser bastante acentuados.

Também é oportuno lembrar: na mesma semana da retirada do subsídio ao consumo do trigo, que acarretará redução de despesas da ordem de Cz$ 60 bilhões, foi instituído um programa de apoio às micro e médias empresas, que custará Cz$ 52 bilhões. Isto significa que, sob o aspecto do déficit público, é quase nula a economia efetuada com o corte do subsídio ao trigo.

Como era previsível, o subsídio ao consumo reapareceu na medida em que as autoridades deixaram de reajustar os preços de venda aos moinhos na intensidade com que eram majorados os preços aos produtores.

O consumo interno, por sua vez, em 1987, manteve-se no patamar de 7 milhões de t, semelhante ao de 1986, e as importações situaram-se em 2 milhões de t.

Em 1988, com o consumo situando-se novamente em torno das 7 milhões de t e descontando-se uma reserva para sementes de 700 mil t da safra de 1987, as importações deverão se manter ao redor de 2 milhões de t.

UVA – Retração da demanda pelo vinho. Preços recebidos pelos produtores apresentam desempenho satisfatório.

O **19º Congresso Internacional** do **Office International de la Vigne et du Vin (OIV)** decidiu proclamar 1987 o **Ano da Vinha e do Vinho**, com o fim de aumentar o interesse pela atividade, nos âmbitos científico, cultural e alimentício. No **Brasil**, que ainda não faz parte do **OIV**, as promoções desenvolvidas durante todo o ano, em muitos países, não tiveram divulgação.

Os parreirais brasileiros já permitem a obtenção de uvas vinífera de cepas **nobres** e, malgrado o baixo consumo **per capita** anual, o país foi, no triênio 1983-85 (período mais recente coberto pelas estatísticas da **Fao**) o 23º importador mundial de bebidas derivadas da uva e o sexto produtor mundial de uvas de todos os tipos (ver Quadro 58) nos dois casos excetuando-se os países europeus.

Na safra de 1987, a área de plantio voltou a crescer, ainda que moderadamente (1%). Os vinhedos pernambucanos foram os que mais se expandiram (10%), mas o conjunto de unidades da Federação, cuja produção é pequena demais para justificar acompanhamento individualizado pelo **IBGE**, aumentou em 34% a área de cultivo (ver Quadro 59). Nestas zonas de produção, a uva vem-se revelando uma opção atraente para os pequenos produtores e, também, apresenta alta rentabilidade em projetos de fruticultura irrigada. No Médio São Francisco, na **Bahia**, por exemplo, obtiveram-se uvas de até 22º **brix**, com pouco uso de agrotóxicos e possibilidade de colheita de mais de duas safras anuais, permitindo bons ganhos monetários.

A situação da safra, porém, não foi tranqüila. O inverno gaúcho de 1986 foi insuficientemente frio, o que acarretou a quebra da dormência das gemas, segundo o **Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho**, da **Embrapa**, situado em **Bento Gonçalves**. Isto foi constatado em julho, por ocasião da poda dos parreirais e se pôde antever que ocorreriam problemas com a quantidade a ser produzida. A qualidade das frutas acabou também sendo prejudicada, mais tarde, pelo clima adverso. No período da floração (setembro e outubro) houve muita umidade e, no da maturação (dezembro e janeiro), repetiu-se a elevada umidade, com intensa precipitação pluviométrica e reduzida insolação, o que acarretou a **podridão do cacho**, principalmente das variedades brancas, que são precoces. As uvas **tintas**, colhidas a seguir, foram de melhor qualidade. Em termos quantitativos, a safra total foi 5% menor do que a do ano anterior. No **Rio Grande do Sul**, que respondeu por 63% da produção brasileira, a quebra de safra foi de 10,5%, menor do que parecia, a princípio.

Logo no início do ano, o **Ministério da Agricultura** fixou, **ad referendum** do **Conselho Nacional de Vitivinicultura – Conavin**, o novo preço

QUADRO 58 – UVA – PRODUÇÃO[1] MUNDIAL – 1983-85 (em mil t)

PAÍS	1983	1984	1985
Itália	12.975	10.751	10.360
França	10.000[2]	9.370[2]	10.000[2]
URSS	6.443	8.139	7.800[2]
Espanha	5.119	5.569	5.345
EUA	4.995	4.712	5.064
Turquia	3.400	3.300	3.303
Argentina	3.547	2.746	2.279
Grécia	1.766[3]	1.742[2]	1.687[3]
Romênia	1.711	1.752	1.500[2]
África do Sul	1.468	1.610[2]	1.610[2]
Irã	1.421	1.500[3]	1.350[2]
Iugoslávia	1.611	1.416	962
Alemanha Ocidental	1.739	1.145[3]	780[3]
Portugal	1.264	1.000	1.150
Chile	1.180[2]	1.050[2]	1.100[2]
Bulgária	1.000	1.120	1.010[2]
Hungria	979	800	440
Brasil	577	603	718
México	603	585[3]	600[2]
Afeganistão	510	510[2]	510[2]
Iraque	419[3]	425[3]	440[3]

FONTE – Annuaire Fao de la Production.

1 De acordo com a FAO, "alguns países, entre eles a Alemanha Ocidental, Chile, França e República Islâmica do Irã, para mencionar apenas alguns dos principais produtores, não publicam dados sobre a produção total de uva. As estimativas que figuram no quadro, referentes a estes países, baseiam-se nas informações disponíveis sobre a produção de uvas de mesa, passas e vinho";

2 estimativa da FAO;

3 dado não oficial.

QUADRO 55 – BRASIL – PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO POR HECTARE DE TRIGO – 1976-87 – (mil t e kg/ha)

ANO	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO FÍSICO POR HECTARE (kg/ha)

preço de venda aos moinhos, já que os preços internos continuaram sendo corrigidos mensalmente, a partir de setembro, e os gastos com a importação nunca deixaram de crescer

mínimo da uva. A **comum** teve reajuste de 27% sobre o preço estabelecido em fevereiro de 1986, passando de Cz$ 1,26/kg, para Cz$ 1,60/kg. Em reunião anterior do **Conavin**, não se chegou a um acordo, pois os agricultores reivindicaram Cz$ 2,02/kg e as indústrias aceitavam pagar o máximo de Cz$ 1,60/kg. Segundo os produtores, o custo de produção da safra não lhes permitiria vender por menos de Cz$ 3,00/kg e seus representantes reuniram-se com o futuro governador do **Rio Grande do Sul**, enviando, em seguida, uma comissão de representantes a Brasília. Do ponto de vista do governo, porém, o preço mínimo não deveria ser revisto, pois deveria representar um **piso** de remuneração e, também, porque se esperava que aumentasse grandemente a demanda pela fruta.

Com efeito, embaladas ainda pela expressiva ampliação da demanda em 1986, as empresas vinícolas acorreram à Serra Gaúcha, disputando a uva com as cooperativas e pagando bem mais do que o preço mínimo. Embora o **Plano de Estabilização Econômica** já estivesse extinto, na prática, ainda se supunha que o consumo poderia aumentar, em 1987.

A **Embrapa** considerava possível, então, que os estoques de vinho no fim do ano fossem diminutos.

Em meados de janeiro, a **CFP** admitiu usar o preço finalmente acertado entre os viticultores e a indústria (Cz$ 2,20/kg) como base de cálculo dos **EGF**; o preço, já fora aceito pelo **Ministro da Agricultura.**

Em 20 de janeiro, o **Conavin** homologou o preço de Cz$ 2,30/kg para a uva **comum**, do grupo **IU**, com 15° glucométricos, a ser pago pela indústria aos viticultores, fixado a partir da **Resolução 004**, que anulou a

QUADRO 59– UVA – PRODUÇÃO DAS SAFRAS DE 1986 E 1987 (em t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
RS	39.826	39.852	392.798	351.380	9.863	8.817
SP	8.914	9.084	96.895	107.234	10.870	11.805
SC	5.815	5.820	65.154	60.000	11.204	10.309
PR	2.320	2.211	21.927	26.440	9.833	11.958
PE	751	825	10.996	11.180	14.642	13.552
OUTRAS	947	1.270	2.005	3.040	2.117	2.378
TOTAL	58.483	59.062	589.775	559.254	10.085	9.469

FONTE – IBGE.

precedente. Contudo, não foram assegurados recursos para a aquisição da safra. Aquele preço, considerado bom, não chegou, de fato, a vigorar pois, além da menor produção que se colhia, a demanda das vinícolas estava muito forte, embora o consumo do vinho se retraísse. Afinal, os estoques da bebida eram baixos e haveria novos lançamentos, como os **coolers**, bebidas refrescantes à base de vinho, de graduação alcóolica semelhante à da cerveja. Diante desta situação, a **CFP** não montou nenhuma operação visando à compra da safra.

A qualidade das uvas, segundo o **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** de Caxias do Sul, estava abaixo do considerado **normal** (14° a 16° **brix**, quando a média na região é 17°). O preço pago pelas indústrias correspondia, então, a frutas com grau glucométrico mais elevado. Por exemplo, a uva **Isabel** era vendida por Cz$ 4,00/kg, com 15° **brix**, e tal preço equivaleria a 18° ou 19°. Nas castas **nobres**, de acordo com a **Uvibra**, obtinham-se frutas também com 14° a 16° **brix** e as indústrias pagavam como se fosse 20°.

Os preços recebidos pelos produtores tiveram bom desempenho durante todo o ano (ver Quadro 60), mesmo com a retração do consumo de vinho.

Em meados do ano, anunciou-se que a produção irrigada do Vale do São Francisco tinha ido muito bem, ao contrário da do **Sul** do país. Do total de 40 mil ha, em que lá se implantou a irrigação, pela **Codevasf** (em Petrolina, **Pernambuco** e Juazeiro, **Bahia**), cerca de 1.300 ha são de videiras, colhidas geralmente em maio/junho e dezembro. Algumas lavouras chegam a render 30.000 kg/ha e a **seca verde** que afeta freqüentemente as terras circunvizinhas não as atinge.

Por ocasião da poda dos vinhedos gaúchos, para a safra a ser colhida em 1988, em agosto/setembro, houve a eliminação costumeira de pés antigos e a enxertia em novos, com renovação estimada, na ocasião, de 3% a 4% da área. As variedades viníferas (mais de trinta) representariam 30% da safra.

O clima, então, era bastante propício, prenunciando uma safra **cheia.** Historicamente, segundo o **Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho**, ocorre uma grande colheita a cada três anos. As últimas foram bem regulares, em 1985, 1982 e 1979.

QUADRO 60 - UVA – PREÇOS RECEBIDOS[1] PELOS PRODUTORES DE ESTADOS SELECIONADOS 1987 – Cz$/kg

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RS	8,89	13,68	26,54	22,19	17,39	13,98	12,70	15,37	10,83	9,79	10,43	9,00
SP	22,77	12,15	36,05	38,52	25,34	28,18	–	–	–	–	–	22,37
SC	–	33,74	28,89	26,69	20,92	16,62	19,08	19,45	18,01	25,21	22,03	19,00
PR	88,34	77,42	60,27	49,02	38,95	33,75	33,36	37,55	37,46	39,32	48,45	27,54

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1987.

Em **São Paulo**, segundo maior estado produtor de uva, agosto já é mês de colheita de uvas de mesa (**Itália, Niagara** e **Rubi**, principalmente) em algumas regiões, permitindo vender na entressafra de outros estados. Na zona produtora de Jundiaí, a comercialização transcorreu sem problemas, salvo pelas reclamações dos produtores quanto aos altos preços dos insumos empregados nas plantações.

Em fins de setembro, a formação de geadas extemporâneas sobre os vinhedos da Serra Gaúcha, no início da brotação das variedades precoces, trouxe preocupação, pois se as uvas comuns (**Isabel, Niagara, Seibel**) rebrotam, embora com perdas, isto não ocorre com as uvas vinífera de ascendência européia.

Quase simultaneamente, a região de Jundiaí, **São Paulo**, foi afetada por precipitação de granizo que teria danificado cerca de 5 milhões de pés de uva de mesa. Poucos dias depois, em 6 de outubro, outra chuva de granizo destruiu aproximadamente 1 milhão de pés de uva **Niagara** em Indaiatuba, segundo estimativa da **Casa da Agricultura** local.

No mês de novembro, a **CFP** começou seus estudos para a fixação do novo preço mínimo, analisando o pleito dos viticultores, de aumento de 283%, em relação ao preço vigente em setembro. Havia preocupação quanto à determinação do valor, pois a safra afigurava-se abundante e o poder aquisitivo da população, comprimido, não permitiria maior demanda, nem pela uva, nem pelo vinho, em 1988.

Em 13 de novembro, estabeleceu-se, pela **Lei nº 7.628**, que "os preços mínimos da uva serão fixados de agosto a novembro de cada ano... serão corrigidos até a data do pagamento da uva, calculando-se o reajuste mensal a partir do mês subseqüente ao de sua fixação".

A discussão quanto ao preço mínimo a viger na nova safra acirrou-se, com choques de opinião entre os agentes econômicos envolvidos na atividade. A proposta de Cz$ 9,20/kg para a uva **comum** criou controvérsia e expectativa quanto à decisão do governo federal. Logo, começaram manifestações dos produtores rurais pois, diante da proximidade de uma



grande safra, aumentava a possibilidade de o governo ser o principal comprador da produção, pela primeira vez, desde que a uva entrou para o rol dos produtos amparados pela **Política de Garantia de Preços Mínimos**, em 1979. Afinal, a rápida perecibilidade da fruta poderia deixar o viticultor em difícil situação, caso se estabelecesse um impasse com as indústrias, enquanto não estivesse definido o preço mínimo, o que não aconteceu até o final do ano.

VINHO – Crise econômica e altos impostos reduzem consumo de vinho.

O grande incremento no consumo de vinhos em 1986 (ver Quadro 61) e a diminuição da produção da safra de uva colhida em 1987 foram responsáveis pela intensa procura pela fruta na Serra Gaúcha, no início do ano. Temia-se que o prosseguimento da pressão da demanda pelo vinho reduzisse os estoques a nível irrisório. Pensou-se em importar da **Argentina**, aproveitando-se o protocolo de intercâmbio existente entre os dois países, estimando-se que o preço da garrafa custaria cerca de US$ 2,00 (Cz$ 36,00, na época), no varejo brasileiro, enquanto o vinho gaúcho de boa qualidade era vendido por Cz$ 100,00. A indústria vinícola de **Santa Catarina**, então, admitia também a possibilidade de comprar vinhos europeus para venda no mercado interno. Tanto na **Argentina**, quanto na **CEE**, o produto se beneficia de subsídios governamentais.

Embora o **Ministério da Agricultura** não tivesse garantido a existência de recursos para o financiamento da safra, a indústria, em fins de janeiro, concordou em pagar o preço homologado pelo **Conselho Nacional de Vitivinicultura**, de Cz$ 2,30/kg da fruta.

A safra de uva apresentou problemas de qualidade, mas se sabia que estes não teriam repercussão junto aos consumidores de vinho, pois a disponibilidade da bebida nas cantinas permitiria que os vinhos fossem **cortados**, ou seja, misturados com os de safras passadas, de melhor qualidade. Segundo o **Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho**, da **Embrapa**, apenas em 1988, se a safra então colhida também for fraca, os vinhos virão a ser afetados, pois os estoques melhores estarão mais reduzidos.

O consumo logo no início do ano já dera sinais de retração. Além do fim do canto de sereia do **Plano de Estabilização Econômica**, com a retirada do tabelamento do vinho, houvera o forte aumento da alíquota do **IPI** incidente sobre a bebida (passou, em fins de 1986, de 10% para 100% e, depois, para 50%). Há cerca de dez anos, a alíquota do **IPI** havia



QUADRO 61 – VINHO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO RIO GRANDE DO SUL – 1978-88
(em mil litros)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	TOTAL	COMERCIALIZAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1978	157.413	277.714	435.127	195.996	156.812
1979	156.812	291.816	448.628	210.915	166.546
1980	166.546	199.602	366.148	215.002	151.146
1981	151.146	288.008	439.154	227.751	211.403
1982	211.403	329.715	541.118	274.347	266.771
1983	266.771	188.193	454.964	276.813	178.151
1984	178.151	243.301	421.452	260.371	161.081
1985	161.081	366.342	527.423	274.361	253.062
1986	253.062	225.370	478.432	314.223	164.209
1987	164.209	218.143	382.352	200.000	182.352
1988	182.352	373.134	555.486	200.000	355.486

FONTE – União Brasileira de Vitivinicultura.

sido reduzida de 20% para 10%, com o fim de incentivar o sub-setor e evitar as importações. Àquela época, o produto importado estava presente em todo lado. Neste período, a vitivinicultura brasileira evoluiu (o país é o 17º produtor mundial, sendo o sexto, fora da **Europa**, conforme o Quadro 62) e a nova taxação surpreendeu os agentes econômicos envolvidos na atividade.

Apesar da retração no consumo e buscando diversificação, anunciou-se o lançamento no **Brasil** do **cooler**, bebida à base de vinho e sucos de frutas naturais, que vinha tendo grande êxito nos **EUA**, onde detém 16% do mercado, por seu baixo teor alcoólico e sua aceitação entre os consumidores mais jovens.

Em março, os comerciantes de vinho manifestaram seu inconformismo com a alta incidência do **Imposto** e, segundo informação da **CFP**, em abril, de 10 a 15 milhões de litros ficariam, em breve, encalhados nas empresas, em razão da drástica queda verificada nas compras. Os vinhos populares foram os primeiramente afetados e as maiores empresas vinícolas avaliaram que o produto de melhor qualidade manteria seu consumo mais ou menos estável, em razão do melhor nível de renda de seus compradores.

Havia, também, o problema dos altos custos da indústria, com elevadas majorações nos preços de seus insumos (vidro, papel, cortiça e cápsulas). Por tudo isto, houve rápido encarecimento do vinho brasileiro e, em muitos pontos de venda dos grandes centros populacionais, encontrava-se o produto importado a preços mais baixos do que os do similar nacional.

Apenas em maio, o **Ministério da Fazenda** reconheceu que "a elevada tributação poderia atuar como inibidora de vendas" e daí houve redução da alíquota, que passou de 50% para 20%, ainda assim o dobro do percentual vigente até novembro de 1986. As indústrias passaram a crer que o consumo se recuperaria, uma vez que, segundo elas, os preços ao consumidor poderiam baixar até 20%. Outro ponto de vista vigente no mercado, simultaneamente, era o de que a redução do **IPI** apenas estabilizaria os preços nos patamares atingidos em maio, durante os dois meses subseqüentes. Aliás, é a partir do início do segundo semestre, com a chegada do inverno, que se concentra o grosso (70%) da demanda por vinho.

Em agosto, porém, o subsetor vinícola estava relativamente parado, o que, inevitavelmente acarretaria estoques finais bem maiores do que o esperado. A exportação ainda não é significativa (ver Quadro 63), não podendo resolver, em absoluto, qualquer problema de excedentes internos. A exportação do suco de uva é relativamente bem maior e o suco concentrado vendido ao exterior



corresponde ao esmagamento de aproximadamente 40 milhões de kg por ano.

No mês de setembro, a **Festa Nacional do Champanha**, em Garibaldi-RS, serviu para dar divulgação aos sucessos e às dificuldades da vitivinicultura brasileira. Sabia-se, então, que as condições climáticas do inverno propiciariam uma safra abundante de uva, em 1988, em um contexto de escassa possibilidade de recuperação da economia do país. Pelo menos, com a elevação do valor do dólar no mercado interno, os vinhos importados voltaram a ser mais caros do que os da produção local.

Em outubro, a **Associação Gaúcha de Vitivinicultores** estimava que o consumo brasileiro de vinhos se reduzira a apenas 1,5 litro **per capita**, de janeiro a setembro, embora os vinhos **nobres**, confirmando as previsões das empresas vinícolas multinacionais, tivessem estabilizado suas vendas. A **Federação das Cooperativas de Vinho** também divulgava que, de janeiro a agosto, o consumo havia se situado em 97,7 milhões de litros (164,1 milhões de litros foram consumidos no mesmo período de 1986).

No mês de novembro, a **Uvibra** anunciou a intenção de lançar campanha de promoção do consumo da bebida, pois estimava a produção de 1988 em 410 milhões de litros e o estoque gaúcho em 180 milhões de litros.

No início de dezembro, a **Receita Federal** aumentou em treze dias o prazo para o recolhimento do **IPI** incidente sobre os derivados de uva, incluindo o vinho.

A preocupação com a próxima comercialização da safra, no nível do produtor rural, aumentou. A **CFP** passou a esperar uma produção de 470 mil t de uvas e o fato de o consumo de vinho ter diminuído 36% em 1987 (embora 1986 tenha sido um ano atípico) trouxe inquietação, por não haver aparelhamento para a aquisição da quantidade imaginada (até 350 mil t), já que o preço mínimo da uva, ainda não definido, poderia vir a ser o principal referencial do mercado.

A uva adquirida terá de ser estocada por pouco tempo e transformada em vinho ou em álcool vínico, para a correção dos vinhos de safras futuras. A **Embrapa** deverá dar o indispensável apoio técnico, para que se obtenham vinhos de boa qualidade neste processo e, mesmo assim, a armazenagem será outro problema a ser contornado.

Observa-se, então, que, também no subsetor do vinho, está a se configurar uma das tradicionais dificuldades da agricultura brasileira, o despreparo para a administração de safras abundantes.

QUADRO 62 – VINHO – PRODUÇÃO MUNDIAL[1] – 1983 A 1985
(em mil t)

PAÍS	1983	1984	1985
Itália	8.310	7.090	6.550
França	6.880	6.415	6.859
URSS	3.510	3.410	3.350[2]
Espanha	3.091	3.554	3.327
Argentina	2.472	1.963	1.680[2]
EUA	1.476	1.670	1.690[2]
Romênia	949	1.004	900[2]
Alemanha Ocidental	1.339	888	600
África do Sul	917	896	896[2]
Portugal	905	717	832
Iugoslávia	788	692	366
Grécia	519	534	530
Chile	650	450	450
Hungria	627	507	275
Bulgária	455	516	482[2]
Austrália	350	396	405
BRASIL	275[3]	273[2]	280[2]

FONTE – Fao.

[1] Segundo a Fao: "Quase todos os grandes países produtores de vinho calculam sua produção a partir da quantidade de uva esmagada durante a vindima. Assim, seus dados correspondem à quantidade de mosto do mesmo ano agrícola e representam a produção total das empresas, independentemente de ser o produto consumido posteriormente como vinho, vinagre, ou enviado à destilação. Infelizmente, não foi possível obter estatísticas nesta base para todos os países e as lacunas foram preenchidas mediante consulta a declarações fiscais e estimativas comerciais. Alguns países não publicam estatísticas concernentes à produção de vinho, ou fornecem dados pouco confiáveis, seja porque não incluem a produção total de vinho, ou porque incluem também as misturas de vinhos com sucos de frutas. A produção destes países foi estimada a partir das quantidades de uva esmagada para vinificação, quando se dispunha desta informação."

[2] estimativa;

[3] dado não-oficial.



QUADRO 63 – VINHO DE MESA E SUCO DE UVA – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1980-87 (em US$-Fob)

ANO	VINHO DE MESA	SUCO DE UVA
1980	1.715.037	3.310.901
1981	462.930	2.464.917
1982	377.201	2.797.116
1983	319.645	2.986.489
1984	333.911	2.732.687
1985	665.151	3.452.559
1986	1.582.414	4.697.546
1987[1]	617.734	3.968.643

FONTE – Cacex.

[1] Dados referentes ao período entre janeiro e agosto.

CARNE AVÍCOLA – Queda do poder aquisitivo da população urbana contribui para deterioração dos preços recebidos pelos agricultores. Custos de produção crescem.

O ano de 1987 apresentou produção e consumo recordes de carne avícola, mas não foi considerado alvissareiro pelos criadores, já que a queda do poder aquisitivo da população e o tabelamento dos preços no varejo, durante alguns meses, prejudicaram a adequação dos preços recebidos pela ave viva aos custos efetivos.

A oferta de carne de frango cresceu 11% frente à de 1986, alcançando 1,8 milhão de t, **empurrando** a disponibilidade **per capita** para 12 kg/ano, uma vez que as exportações foram estimadas preliminarmente em 200 mil t.

O mercado absorveu a totalidade da oferta, não só porque a participação da carne de frango na dieta da classe trabalhadora aumentou acentuadamente desde 1986, como, também, porque o preço mais atraente do produto, comparativamente às carnes bovina e suína, coadunou-se com o processo de arrocho salarial promovido ao longo de 1987.

De acordo com a **Associação Paulista de Avicultura (APA),** de janeiro a novembro, o preço médio de Cz$ 20/kg recebido pelo frango vivo, no estado de São Paulo, foi 18% inferior ao seu custo de produção, o que não evitou, porém, que a produção mensal de pintos de corte mantivesse crescimento praticamente ininterrupto, de janeiro a outubro.

As exportações, até outubro, foram de 174 mil t, segundo a **Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos,** 9% a menos do que em igual período de 1986. As vendas de partes de aves avançaram 8,5%, participando com 31% do total (25% no ano anterior), evidenciando as dificuldades de se expandirem as compras por parte dos países tradicionais adquirentes de aves inteiras. Além do mais, acirrou-se a concorrência por parte dos **EUA,** cujas vendas contam com pesados subsídios provenientes do **Export Enhancement Program.** No mercado interno, os exportadores contaram com repasse de milho dos estoques governamentais a preços subsidiados.



CARNE BOVINA – Volta a crescer o abate de matrizes. Instabilidade conjuntural repercute no ciclo pecuário.

O comportamento do mercado de produtos pecuários caracterizou-se por duas fases distintas, em 1987. Embora em plena safra, o fluxo de animais para abate manteve-se em nível muito baixo, durante o primeiro semestre, numa espécie de prolongamento do quadro de retenção de reses no pasto que marcou a segunda metade de 1986 (ver Quadro 64). Os preços tiveram queda abrupta, refletindo mais as políticas de arrocho salarial que, ao ensejo do malogro do **Plano Cruzado,** passaram a ser implementadas, do que um nível elevado da oferta (ver Quadro 65).

No segundo semestre, isto é, na fase de entressafra, surpreendentemente o ritmo de abates recrudesceu e os preços reais mantiveram-se estáveis, arrematando com pinceladas **surrealistas** o quadro do desempenho anual da pecuária bovina (ver Quadro 65).

As seqüelas do **Plano de Estabilização Econômica,** que acarretou transtornos de vulto ao mercado de produtos bovinos, em 1986, continuaram a incidir de modo enfático na atividade criatória, em consonância com a instabilidade geral da economia. O comportamento atípico dos preços reais dos animais de reposição (bezerro, boi magro), do boi gordo e carne bovina, no segundo semestre, espelhou em toda a sua plenitude as seqüelas mencionadas e a política de aviltamento salarial contida no chamado **Plano Bresser.**

Depois da queda abrupta na primeira metade do ano, os preços reais persistiram estáveis no período entre junho e outubro, exatamente na fase da entressafra, quando normalmente ocorrem as maiores altas. Destaque-se que, apesar da queda abrupta das cotações, ainda assim a média do primeiro semestre para cada categoria superou nitidamente a do ano anterior: bezerro, + 14,1%; boi magro, + 14,8%; boi gordo, + 20,7% e a carne + 29,3% (ver Quadro 65). São três as explicações para o fato: a primeira refere-se à forte majoração das cotações (sobretudo no segundo semestre de 1986), à revelia do congelamento dos preços decretado em fevereiro daquele ano, movimento que atingiu seu pico em janeiro de 1987. Como a alta atingiu níveis recordes, a média do primeiro semestre de 1987 continuou elevada, mesmo com queda repentina dos preços no período. A segunda diz respeito à coincidência da safra, época de queda natural dos preços, com a retomada da escalada inflacionária. A terceira foi que, neste período, teve início também a implementação da política de arrocho salarial, provocando o arrefecimento da demanda em intensidade idêntica à sua exacerbação, verificada no ano anterior.

QUADRO 64 – BRASIL – ABATE DE BOVINOS E PESO DAS CARCAÇAS – 1986-87

DISCRIMINAÇÃO	1986				1987			
	Total	Boi	Vaca	Vitelo	Total	Boi	Vaca	Vitelo
				Janeiro a Junho				
Abate (1.000 cab)	5.918	4.034	1.866	18	5.155	3.665	1.465	25
Participação (%)	100,0	68,2	31,5	0,3	–	71,1	28,4	0,5
Peso das Carcaças (1.000 t)	1.267,4	947,1	318,8	1,5	1.137,1	878,7	256,5	1,9
Participação (%)	100,0	74,7	25,2	0,1	100,0	77,3	22,5	0,2
Peso Médio (kg)	214,2	234,8	170,8	83,3	220,6	239,8	175,1	76,0
				Junho a Novembro				
Abate (1.000 cab)	2.617	2.014	589	14	3.940	2.692	1.230	18
Participação (%)	100,0	77,0	22,5	0,5	100,0	68,3	31,2	0,5
Peso das Carcaças (1.000 t)	564,1	464,3	98,7	1,1	813,1	606,1	205,6	1,4
Participação (%)	100,0	82,3	15,5	0,2	100,0	74,5	25,3	0,2
Peso Médio (kg)	215,6	230,5	167,6	78,6	206,4	225,1	167,2	77,8

FONTE – IBGE.

O movimento dos preços da carne bovina no varejo da cidade de São Paulo constituiu exceção, uma vez que, diferentemente dos outros produtos pecuários, revelou pequena alta (+ 7,3%) no quadrimestre de junho a outubro (ver Quadro 65). A defasagem deveu-se, provavelmente, às dificuldades para a coleta de preços realmente praticados no mesmo período do ano anterior, quando o tabelamento para a carne bovina, decretado pelo governo, aparentemente ainda vigorava.

Essa recuperação intempestiva do abate não apresentou, porém, aumento real na oferta interna de carne bovina, visto que resultou do confronto com o desempenho anormalmente abaixo verificado em 1986. Desse modo, em 1987, a produção de carne bovina deve ter alcançado a casa das 2,1 milhões de t, cifra semelhante à obtida em 1984 (2.096.369 t).

Aspecto importante a ser destacado foi o aumento da matança de matrizes, a partir de maio, refletindo a desconfiança do pecuarista, com relação ao comportamento futuro do mercado. Em conseqüência, o percentual de vacas sacrificadas subiu de 26,9% (janeiro a abril) para 31,2% (maio a novembro) (ver quadro 66). Recorde-se que, em 1986, quando da euforia do **Plano Cruzado**, o abate de matrizes diminuiu significativamente. Na época, o fato foi saudado como benéfico ao país, mas durou exatamente um ano (de abril de 1986 a março de 1987). Esse prazo pode ser considerado muito curto, tendo em vista que, historicamente, no ciclo

QUADRO 65 – BRASIL – BEZERRO, BOI MAGRO E BOI GORDO – PREÇO[1] RECEBIDO PELO PRODUTOR; CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇO REAL[1] DA CARNE BOVINA NO VAREJO – 1986-87 (até outubro)

MÊS	PREÇOS RECEBIDOS NO BRASIL						PREÇOS NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	Bezerro (Cz$/Cab)		Boi Magro (Cz$/Cab)		Boi Gordo (Cz$/@)		Carne Bovina (Cz$/kg)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Janeiro	5.867,89	9.666,23	11.133,96	17.704,78	1.256,23	2.063,44	155,32	256,38
Fevereiro	5.251,31	8.439,35	10.225,10	15.830,84	1.070,87	1.637,19	132,75	192,12
Março	5.546,42	7.292,27	10.709,30	13.995,54	1.093,08	1.389,06	130,35	168,32
Abril	5.975,62	6.192,98	11.288,72	11.840,60	1.107,93	1.154,39	129,61	150,59
Maio	6.430,89	5.398,46	11.797,98	10.177,87	1.120,98	1.096,06	128,38	153,75
Junho	7.205,20	4.390,66	12.831,70	8.507,43	1.190,51	913,65	129,33	120,28
Julho	7.707,10	4.308,78	13.675,41	8.342,59	1.272,65	960,90	128,68	132,34
Agosto	8.116,80	4.503,20	14.496,80	8.987,32	1.353,40	1.090,29	126,42	140,79
Setembro	8.577,70	4.454,38	15.518,01	9.143,64	1.478,33	1.130,95	...	133,05
Outubro	9.073,66	4.345,68	15.978,01	8.961,04	1.429,72	1.090,31	123,88	136,11
Novembro	9.206,29		16.293,50		1.564,81		174,97	
Dezembro	9.440,30		17.207,36		1.958,75		248,99	
Média do 1º semestre	6.046,22	6.896,66	11.331,13	13.009,51	1.139,93	1.375,63	134,29	173,57
Média de julho a outubro	8.368,82	4.403,01	14.917,07	8.858,65	1.383,53	1.068,11	126,33	135,57

FONTE – FGV/Ibre/Cea, IEA/SP.

[1] Corrigido pelo IGP-DI para novembro de 1987. **@ = 15kg**

QUADRO 66 – BRASIL – PERCENTAGEM DE VACAS NO TOTAL DE BOVINOS ABATIDOS 1986-87 – (em mil cabeças)

MÊS	1986 Total	1986 Vaca	1986 Participação (%)	1987[1] Total	1987[1] Vaca	1987[1] Participação (%)
Janeiro	815	315	38,7	621	159	25,6
Fevereiro	865	348	40,2	765	198	25,9
Março	960	342	35,6	982	260	26,5
Abril	1.140	317	27,8	910	265	29,1
Maio	1.039	267	25,7	929	283	30,5
Junho	867	209	24,1	948	300	31,6
Julho	584	147	25,2	870	290	33,3
Agosto	505	118	23,4	806	252	31,3
Setembro	312	90	28,8	781	222	28,4
Outubro	600	111	18,5	778	229	29,4
Novembro	493	114	23,1	705	237	33,6
Dezembro	8.733	2.514	28,9	9.095	2.695	29,6

FONTE – IBGE.
[1] Até novembro.



QUADRO 67– BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – 1986-87 (período de janeiro a outubro)

ANO	CARNE BOVINA CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA Quantidade (t)	Valor (Fob) (US$ 1.000)	Preço Médio (Fob) (US$ 1.000)	CARNE BOVINA INDUSTRIALIZADA Quantidade (t)	Valor (Fob) (US$ 1.000)	Preço Médio (Fob) (US$ 1.000)
1986	78.722	159.522	2.026,40	99.038	200.599	2.052,48
1987	54.380	174.365	3.206,42	73.886	187.722	2.540,70
Variação (%)	–40,9	9,3	58,2	–25,4	–6,4	23,8

FONTE – Funcex.
Nota: Em equivalente-carcaça, foram exportadas 365.678 t e 266.285 t nos períodos de janeiro a outubro de 1986 e de 1987, respectivamente, correspondendo à redução de 27,2%.

pecuário, a fase de retenção de matrizes, em resposta aos preços favoráveis do mercado, dura, no mínimo, dois anos.

A exportação de carne bovina registrou o total de 266,3 mil t, no período de janeiro a outubro, representando decréscimo de 21,2% em relação a igual período de 1986. Os preços médios da carne exportada subiram significativamente, tanto para a carne fresca (US$ 3.206,42/t, mais 58,2%) como para a industrializada (US$ 2.540,70/t, mais 23,8%), configurando acréscimo de 0,5% na receita do período (ver Quadro 67). Assinale-se, porém, que não obstante o retorno da oferta a níveis normais, o país, segundo a **Funcex**, no período de janeiro a outubro, importou 184,6 mil t de "carnes e miúdos comestíveis".

Em 1987, a reversão de expectativa do pecuarista evidencia que a atividade atravessa situação de alta instabilidade, repercutindo na própria reprodução do **ciclo pecuário**, que se caracteriza por um período de dois a três anos de abate ou retenção intensos de matrizes. Essas influências de ordem conjuntural, advindas de planos econômicos malogrados, configuram empecilhos de difícil transposição para uma atividade que, estruturalmente, à míngua de investimentos, já vem marcando passo desde o início da década atual.



CARNE SUÍNA – Maior oferta de suínos e deterioração dos salários repercutem sobre os preços. Abates atingem recorde de treze anos.

No biênio 1986-87, o desempenho dos mercados de carnes foi acidentado, tanto do ponto de vista do criador, como do consumidor.

Em 1986, os produtores de carnes foram em geral beneficiados pela grande expansão da demanda. As conseqüências imediatas, no âmbito da produção, diferiram em razão das próprias características de cada atividade. Assim, se os avicultores conseguiram, em período curto, aumentar a oferta de carnes de aves, via expansão dos plantéis, os bovinocultores, impossibilitados de reação idêntica, devido ao ciclo biológico mais longo do gado bovino, tiveram que depender do governo para garantir a rentabilidade do empreendimento.

Em relação à suinocultura, a resposta do criador assemelhou-se à registrada na avicultura, com a diferença do prazo um pouco superior, que é necessário à expansão do rebanho. Destarte, se a maior oferta de carne de aves já era evidente no início do último trimestre de 1986, o avanço na produção de carne de porco só veio a ser registrado no começo de 1987, persistindo nos meses seguintes.

À semelhança do que ocorreu com os avicultores e pecuaristas, o movimento de preços dos suínos desagradou profundamente os criadores, pegos na armadilha da simultaneidade da maior oferta com a erosão do poder de compra dos salários.

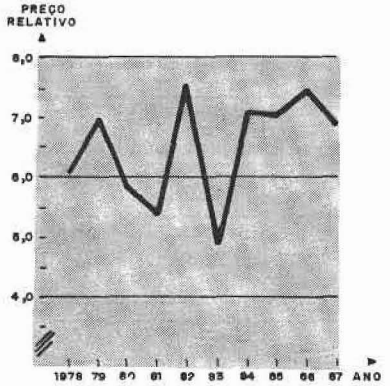
Em 1986, segundo avaliação da **Cepa-SC**, a produção de carne suína do país foi de 1,08 milhão de t e o estoque inicial, de 15 mil t. Devido à pressão exercida pelos consumidores sobre os segmentos de carnes substitutas à bovina, importaram-se cerca de 70 mil t de carne de porco, que deveriam atender basicamente à maior demanda do final do ano. No entanto, devido ao atraso no recebimento e na interiorização do produto, sua distribuição estendeu-se ao início de 1987, prejudicando sobremaneira os produtores brasileiros.

De fato, levando-se em conta os tradicionais aumentos da demanda pela carne bovina e a queda da de carne suína no período estival, a venda de carne suína estrangeira a preços competitivos[1] foi particularmente danosa ao criador brasileiro. Como agravante, acrescente-se que, exatamente no primeiro trimestre do ano, os abates **Sif** no país foram 6% superiores aos de igual período do ano anterior, percentual que se elevou a 17%, em março, segundo o **IBGE**.

O único fato a favorecer a atividade suinícola foi a safra recorde de milho colhida no ano passado. Na região **Sul**, os preços **reais** médios mensais recebidos pelos produtores depreciaram-se praticamente sem interrupção até agosto, passando a aumentar no mês seguinte, muito embora, em novembro, ainda estivessem 21% abaixo do nível de janeiro. A média dos preços relativos mensais **suíno/milho** na região **Sul**, embora inferior à de 1986, ainda foi superior a 6,0, valor considerado limite entre as situações de lucro e de prejuízo dos criadores (ver Gráfico 09).

REGIÃO SUL – MÉDIAS ANUAIS DO PREÇO RELATIVO SUÍNO/MILHO – 1978-87[1]

GRÁFICO 09



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

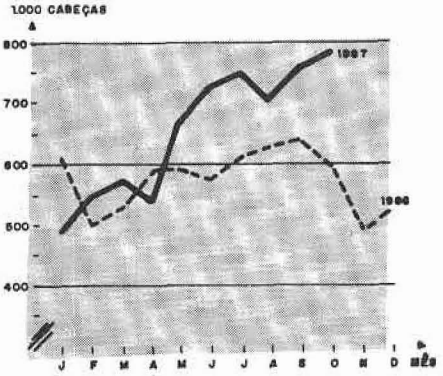
[1] Janeiro a novembro.

1 Segundo o **IEA/SP**, o diferencial teria sido de 25% a 30% em relação ao produto brasileiro.

A intranqüilidade que caracterizou a atividade durante o ano agravou-se com o não-cumprimento das promessas governamentais de aquisição de carne suína para estocagem. Essas compras, previstas inicialmente entre 25 mil t e 50 mil t, seriam realizadas pela **CFP** ou pela **Seap**, estabelecendo-se uma quota para cada estado grande criador. Em resposta às longas marchas e contramarchas da liberação de recursos, os criadores promoveram o abate de matrizes, com vistas à redução do rebanho, fazendo com que a imediata maior oferta de carne depreciasse as cotações (ver Gráfico10).

REGIÃO SUL – ABATE MENSAL DE SUÍNOS SIF – 1986-87 (em mil cabeças)

GRÁFICO 10



FONTE – Minagri, Serpa-SC, Cepa-SC, Deral-PR e Instituto Sul-Riograndense de Carnes.

Em setembro, quando a **CFP** cancelou as aquisições, cresceu a oferta de animais para abate, simultaneamente ao aumento das cotações do milho (forçado pelo governo, a fim de diminuir o desestímulo ao plantio da safra 1987/88) e à pressão das indústrias sobre o produtor, devido ao congelamento dos preços dos derivados no varejo.

Concomitantemente, o mercado acusava aumento da oferta de carne avícola, intensificação da perda do poder de compra dos salários e diminuição dos preços, em termos **reais**, da carne bovina. De janeiro a dezembro, os preços **reais** no varejo[2]

2 Na cidade de São Paulo.

das carnes bovina e avícola (produtos que são tradicionalmente preferidos pelos consumidores) desvalorizaram-se, respectivamente, 43% e 103%, enquanto, para a suína, a depreciação era de 54%. Em outras palavras, a desvalorização da carne suína não foi suficiente, em termos comparativos, para que pudesse ganhar maior espaço junto ao consumidor, tendo em vista as tradicionais restrições impostas por tabus alimentares à sua ingestão.

A seriedade da crise por que passou a suinocultura em 1987 pode ser avaliada pelo dado de abates **Sif**, que, segundo o **IBGE**, de janeiro a novembro, alcançaram 9,8 milhões de cabeças, cifra recorde dos últimos treze anos. Note-se que os abates ultrapassaram as médias mensais do período 1975-87 em percentuais que variaram entre o mínimo de 14%, em abril, e o máximo de 27%, em novembro (ver Quadro 68).

QUADRO 68 – BRASIL – ABATE DE SUÍNOS (SIF) 1975-87 (Média Mensal) E 1987[1] (em mil cabeças)

MÊS	1975-87	1987[1]	%
Jan	671	753	+12
Fev	608	745	+23
Mar	675	782	+16
Abr	671	766	+14
Mai	735	887	+21
Jun	759	947	+25
Jul	798	982	+23
Ago	814	939	+15
Set	795	985	+24
Out	826	1.021	+24
Nov	764	972	+27
Dez	773	ND	–

FONTE – IBGE/DPI/Deagro/Dipes.
1 Resultados preliminares.

Sem dúvida, parte do crédito do abate recorde é devida à expansão do rebanho, em 1986. Por outro lado, avaliações[3], segundo as quais o abate de matrizes nas grandes regiões produtoras teria alcançado até o dobro dos 3% usuais, corroboram a conclusão de que estaria havendo contração forçada do rebanho.

Da mesma forma, a comparação entre os preços recebidos e os custos de produção nos estados de **Santa Catarina** e **Paraná**, nos últimos anos, não deixa dúvidas quanto à queda da rentabilidade do criador (ver Quadros 69 e 70).

Portanto, o desempenho do mercado de carne suína em 1987 serviu para ratificar o posicionamento cauteloso adotado pelos suinocultores no início de cada ano, tendo em vista o fato de que a interferência governamental não raro prejudica o segmento produtor, que não conta com outra solução senão proceder à diminuição da oferta o mais rapidamente possível. Sintomaticamente, o **USDA** prevê redução de quase 40% na oferta brasileira de carne suína em 1988, frente à de 1987.

QUADRO 69 – PARANÁ – CUSTO MÉDIO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS E PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR – 1980/87

ANO	CUSTO MÉDIO (Cz$/kg) (A)	PREÇO RECEBIDO (Cz$/kg) (B)	B/A
1980	0,05	0,04	0,80
1981	0,09	0,07	0,78
1982	0,16	0,15	0,94
1983	0,53	0,37	0,70
1984	1,42	1,40	0,99
1985	4,34	4,40	1,01
1986	11,38	12,78	1,12
1987[1]	17,22	13,32	0,77

FONTE – Seab/Deral – PR.
1 Janeiro a maio de 1987.

QUADRO 70 – SANTA CATARINA – CUSTO MÉDIO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PARA MESES ESPECÍFICOS DE 1985, 1986 E 1987

MÊS E ANO	CUSTO MÉDIO (Cz$/kg) (A)	PREÇO RECEBIDO (Cz$/kg) (B)	B/A
Mar de 1985	3,39	12,82	0,83
Jun de 1985	4,05	3,05	0,75
Set de 1985	5,14	4,97	0,97
Dez de 1985	8,60	8,27	0,96
Mar de 1986	11,63	9,95	0,86
Jun de 1986	10,46	9,75	0,93
Set de 1986	11,03	11,37	1,03
Dez de 1986	12,60	13,36	1,06
Mar de 1987	18,23	13,23	0,73
Jun de 1987	39,57	16,30	0,89
Set de 1987	45,06	22,63	0,50

FONTE – Embrapa/CNPSUA, FGV/Ibre/Cea.

3 O **IBGE** não contabiliza este dado.

LEITE – Aumento da produção de leite demonstra importância de preços adequados no nível do produtor, mas a política salarial impede expansão do consumo.

A produção destinada à industrialização cresceu 14,7% no período de janeiro a novembro de 1987 (ver Quadro 71), em resposta à política de preços **realistas** implementada, a partir de abril, ratificando o conceito empírico de que a pecuária leiteira responde, de modo imediato, a estímulo dos preços. O aumento da produção, no caso, decorreu de características conjunturais, já que o rendimento dos rebanhos encontrava-se muito baixo, em razão da longa fase de preços deprimidos, quando os pecuaristas reduziram compulsoriamente as despesas com o plantel e até deixaram de ordenhar os animais em lactação, para evitar maiores prejuízos. A retomada da atividade foi, pois, auspiciosa. A produção destinada à indústria atingiu cerca de 8,2 bilhões de litros, o mesmo volume registrado em 1981. A disponibilidade de 169,3 ml/hab/dia persistirá, porém, muito abaixo do volume-padrão de consumo recomendado pela **Fao-OMS.**

A despeito do desempenho da atividade, assinale-se que o incremento concentrou-se no período de abril a novembro (+ 22,2%), considerando que, no primeiro trimestre, a produção decresceu (ver Quadro 71), face ao fato de o reajuste de 51,5% dos preços, concedido em janeiro, ter ficado abaixo do pleito dos criadores. De fato, foi somente a partir de abril, com o aumento de 63,4%, que a política de preços realistas para a atividade passou a influenciar a produção. Posteriormente, concederam-se mais quatro reajustes no curto período de maio a novembro, assim distribuídos: 30 de maio, 39,9%; 12 de junho, 26,9%; e 19 de outubro, 8,8%[1]. Em conjunto, esses reajustes significaram 441% em 1987, 52 pontos percentuais acima da evolução do **IGP-DI,** de janeiro a outubro.

Para evitar que se repetisse a evasão de grande montante de divisas (US$ 184 milhões, em 1986) com a importação de leite em pó e outros derivados lácteos, o governo optou por mudanças na política de preços, que, a partir de maio, passou a ter como base a planilha de custos, elaborada pelo **Centro Nacional de Pesquisa de Gado Leiteiro,** da **Embrapa,** por recomendação da **Comissão Permanente do Setor Leiteiro (CPSL)**[2], criada pelo **Ministério da Agricultura.**

Do ponto de vista do produtor, a nova planilha trouxe vantagens evidentes sobre a antiga, razão porque a sua adoção como instrumento de atualização de preços pode ser considerada, para a atividade, o fato mais importante ocorrido em 1987. Dentre essas vantagens, mencionam-

QUADRO 71 – BRASIL – LEITE RECEBIDO PELA INDÚSTRIA – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1986 E 1987 – (em mil l)

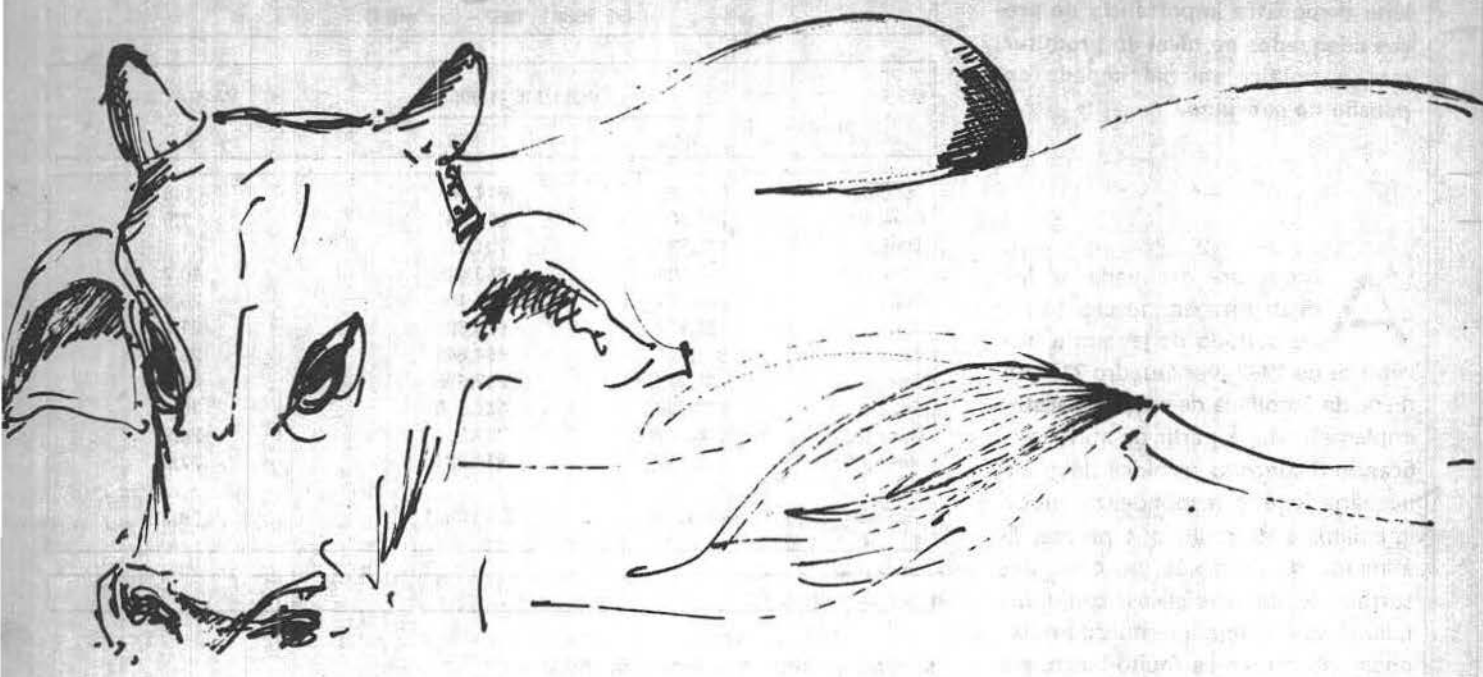
MÊS	VOLUME (1.000 l)		VARIAÇÃO
	1986	1987	%
Janeiro	816.055	811.364	– 0,6
Fevereiro	703.161	692.388	– 1,5
Março	709.736	701.973	– 1,1
Abril	617.109	683.415	10,7
Maio	565.578	679.190	20,1
Junho	521.199	633.821	21,6
Julho	521.571	654.849	25,6
Agosto	531.923	662.996	24,6
Setembro	577.008	638.560	10,7
Outubro	626.091	781.934	24,9
Novembro	663.157	914.321	37,9
TOTAL	6.852.588	7.854.881	14,7

FONTE – IBGE.



1 Válido também para novembro.

2 A **CPSL,** criada em 15/05/87, tem como atribuição principal **assessorar o governo na formulação de um política setorial** com vistas a preços, pesquisa; assistência técnica e extensão rural; comércio exterior, estocagem; normas e padrões higiênico-sanitários; política fiscal e creditícia. Apresenta-se composta de representantes da **Seplan, Min. da Fazenda, Conf. Nacional da Agricultura, Conf. Bras. de Coop. de Laticínios, Org. das Coop. Brasileiras, Conselho Nac. da Ind. de Laticínios, Procon-SP** e **Contag.** Além disso, conta com a assessoria especial de técnicos da **Embrapa, Embrater, Cobal** e **CFP.**



se as seguintes: 1) uniformização dos custos anuais, que eram, até então, fortemente diferenciados nos períodos de **seca** e **das águas**; 2) inclusão de todos os custos reais de produção, abrangendo também a remuneração na atividade; 3) levantamento de preços dos produtos utilizados na atividade diretamente no varejo e desatrelados de fontes oficiais. Neste sentido, pode-se afirmar que, com a nova planilha, privilegiam-se as ações, cujos resultados são de médio e longo prazos, ao contrário da anterior, que dava ênfase a fatos meramente conjunturais.

A coincidência do grande aumento da oferta interna de leite com a perda do poder de compra da população, derivadas das políticas recessivas postas em prática após o fracasso do **Plano Cruzado,** trouxe dificuldades à colocação do produto no mercado, sobretudo às indústrias laticinistas que, já no último trimestre, continuaram a acumular grandes quantidades de queijos e outros derivados lácteos.

Em face do aumento da produção interna, o governo cancelou, no início de novembro, a importação de 35 mil t de leite em pó, significando economia de US$ 28 milhões. Assim, a quantidade importada total no ano ficou na casa de 65 mil t, das quais 50 mil t foram reservadas a fim de engrossar os estoques para a entressafra de 1988. No início de novembro, o governo alocou o montante de Cz$ 4,9 bilhões para a estocagem de 15 mil t de leite em pó e financiamento de 30 mil t de queijo e outros derivados lácteos, com vistas à regulagem do abastecimento.

Em razão da existência de excedentes de leite e derivados no mercado ressurgiu, no âmbito dos criadores, a idéia de se promover novamente uma campanha promocional das qualidades alimentícias do produto, com o objetivo de atrair os consumidores e interromper o processo de queda da demanda provocado pelo arrocho salarial. A campanha a ser desencadeada baseia-se na convicção de que a queda do consumo resulta, também, do desconhecimento da importância nutritiva do leite, obstáculo que somente uma estratégia de **marketing** bem estruturada poderá remover. A procedência dessa constatação é evidente, sobretudo no nível da população de baixa renda, cujos membros, segundo notícias veiculadas, chegam a trocar os tíquetes de leite por pão ou outros produtos de menor valor alimentício.

Finalmente, é oportuno destacar que a retomada do processo produtivo deveria estar inserida em um programa de longo prazo, no qual se contemplassem todos os elos da extensa cadeia leiteiro-laticinista, da criação na fazenda à mesa do consumidor (aliás como estava previsto no Decreto 92.745, de 20 de março de 1986) e, não, como resultante de meros reajustes realistas de preços.

OVOS – Produção elevada e preços baixos.

Financeiramente, 1987 não foi um bom ano para a avicultura de **postura.** O maior consumo registrado em 1986 animou os criadores a expandirem o plantel naquele ano, com a produção de 1987 alcançando, de acordo com a **Apa,** 1,3 bilhão de dúzias (18% maior do que em 1986).

A simultaneidade desta maior oferta e das dificuldades da economia durante o ano, aliada à morosidade peculiar da contração da oferta, levaram à aguda depreciação dos preços recebidos pelos criadores, que, em novembro, segundo a mesma **Associação,** eram quase 50% inferiores, em termos reais, aos de janeiro. O preço médio na granja, calculado em Cz$ 10,64/dúzia no período de janeiro a novembro, foi, de acordo com a mesma fonte, 32% inferior ao custo de produção.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Melio Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL